



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Leandro Santos de Azevedo

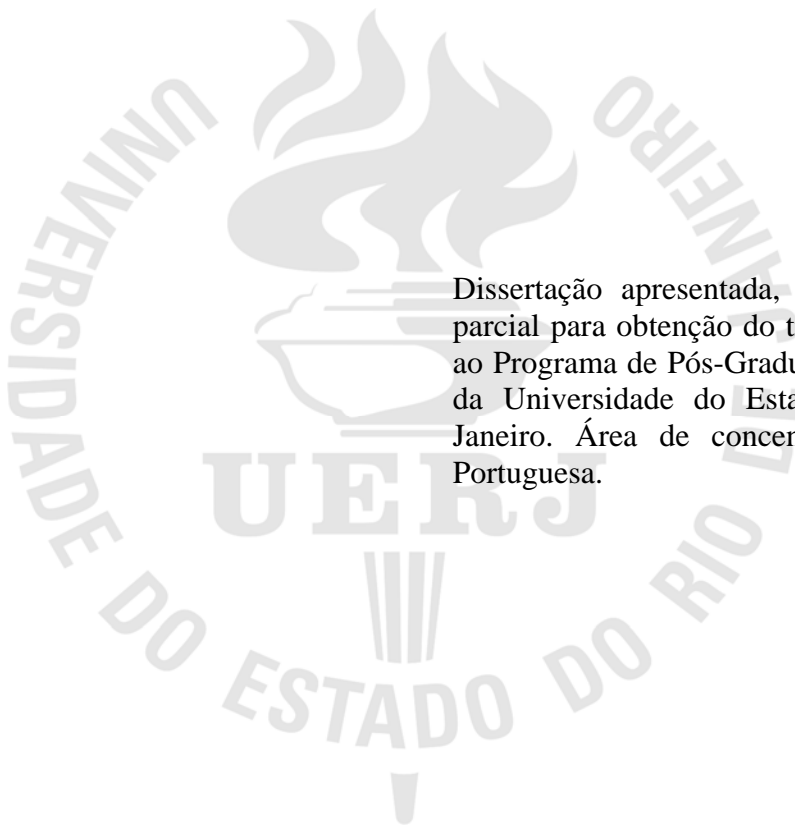
“Mas” e “embora”: uma descrição morfossintática e semântico-pragmática

Rio de Janeiro

2013

Leandro Santos de Azevedo

“Mas” e “embora”: uma descrição morfossintática e semântico-pragmática



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

A994	<p>Azevedo, Leandro Santos de. “Mas” e “embora”: uma descrição morfossintática e semântico-pragmática / Leandro Santos de Azevedo. – 2013. 256 f.</p> <p>Orientador: José Carlos Santos de Azeredo. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua portuguesa – Sintaxe - Teses. 2. Língua portuguesa – Morfologia - Teses. 3. Semântica – Teses. 4. Pragmática – Teses. 5. Língua portuguesa – Conjunções – Teses. 6. Língua portuguesa – Gramática – Teses. I. Azeredo, José Carlos de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 806.90-56</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Leandro Santos de Azevedo

“Mas” e “embora”: uma descrição morfossintática e semântico-pragmática

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 02 de abril de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dra. Tania Maria Nunes de Lima Camara
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dra. Tania Conceição Pereira
Instituto de Letras da PUC-RJ

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

À minha mãe, meu pilar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter tido saúde para continuar, e a minha mãe por todo o apoio despendido a mim.

Agradeço também a todos os que, de alguma forma, direta ou indiretamente, tenham me apoiado: desde os amparos pessoais aos auxílios profissionais.

Por fim, também sou grato, especialmente, ao professor José Carlos Santos de Azeredo, orientador de palavras gentis; e à professora Tania Maria Nunes de Lima Camara, pelos carinho e amizade, além da acolhida no estágio durante todo um semestre.

Me cansei de lero-lero
Dá licença, mas eu vou sair do sério
Quero mais saúde
Me cansei de escutar opiniões
De como ter um mundo melhor

Mas ninguém sai de cima, nesse chove-não-molha
Eu sei que agora eu vou é cuidar mais de mim

Como vai? Tudo bem
Apesar, contudo, todavia, mas, porém
As águas vão rolar, não vou chorar
Se por acaso morrer do coração
É sinal que amei demais

Mas enquanto estou viva e cheia de graça
Talvez ainda faça um monte de gente feliz

Rita Lee

RESUMO

AZEVEDO, Leandro Santos de. “*Mas*” e “*embora*”: uma descrição morfossintática e semântico-pragmática. 2013. 256 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Esta dissertação é o resultado de dois anos de estudo e de pesquisa dedicados à formação, à estrutura e ao funcionamento da língua portuguesa. A inconformidade com o tratamento um tanto superficial que os compêndios gramaticais prescritivos, sobretudo os escolares, têm dado à classificação das conjunções coordenativas adversativas e das subordinativas adverbiais concessivas e, por conseguinte, das orações em que elas se inserem, foi a motivação e é o que justifica a escolha do tema. Essa maneira de abordar a questão tem misturado descrições sintáticas com semânticas, sem, muitas vezes, levar em consideração a aplicabilidade e a pertinência de uma ou de outra oração no discurso. Dessa forma, esta dissertação se propõe a descrever os comportamentos morfossintáticos e semântico-pragmáticos dos períodos formados com as conjunções “mas” e “embora” à luz da semântica enunciativa, e a averiguar até que ponto a vagueza de abordagem desse tema tem refletido na formação daqueles que têm a língua portuguesa como língua materna no Brasil. Para tanto, o trabalho apresenta a seguinte estrutura: num primeiro momento, serão considerados a metodologia usada para a feitura do trabalho e os pressupostos teóricos que melhor fundamentam-no. A teoria está dividida em três momentos, a saber, o enfoque dado pela tradição gramatical, o enfoque dado pela linguística à noção de coordenação e de subordinação, e o enfoque dado pela semântica enunciativa às conjunções “mas” e “embora”. Num segundo momento, serão explanadas as análises feitas dos *corpora* presentes no texto: um para corroborar as ideias presentes em um dos capítulos teóricos (*corpus* de textos de opinião); e outro para averiguar se a superficialidade da abordagem do tema ao longo do tempo tem afetado na formação de leitores e escritores proficientes em língua portuguesa (*corpus* de transcrição). A análise do segundo *corpus* — o *corpus* de transcrição, em que pessoas de diferentes níveis de estudo foram testadas no que tange ao conhecimento acerca da transformação de períodos compostos por coordenação adversativa em subordinação adverbial concessiva e vice-versa; além de se descobrir se não iniciariam uma frase com a conjunção adversativa “mas” — tem capítulo à parte e revelará o que não é tão difícil de pressupor: 67,4% das frases transcritas revelam o desconhecimento que as pessoas têm acerca da diferença morfossintática e semântico-pragmática de períodos formados pelas conjunções adversativa e concessiva, “mas” e “embora”, respectivamente.

Palavras-chave: Morfossintaxe. Semântica. Pragmática. Conjunções.

RÉSUMÉ

Cette dissertation est le résultat de deux années d'études et de recherche dédiées à la formation, à la structure et au fonctionnement de la langue portugaise. Le désaccord avec le traitement un peu superficiel que les abrégés prescriptifs, surtout les scolaires, donnent à la classification des conjonctions de coordination adversatives et des conjonctions de subordination concessives et, ensuite, des clauses auxquelles elles s'intègrent, a été la motivation et c'est ce que justifie le choix du thème. Cette manière de traiter la question confond des descriptions syntaxiques aux descriptions sémantiques sans souvent prendre en considération l'usage et la pertinence d'une ou d'autre clause au discours. De cette façon, cette dissertation se propose à décrire les comportements morphosyntaxiques et sémantique-pragmatiques des périodes formées avec les conjonctions « mas » et « embora » à partir des critères de la sémantique énonciative, et enquêter sur jusqu'à quel point l'imprécision de l'approche de ce thème réfléchit à la formation de ceux qui ont la langue portugaise comme langue maternelle au Brésil. Avec cet objectif, le travail présente la structure suivante : dans un premier moment, seront considérés la méthodologie utilisée pour l'élaboration du travail et les présupposés théoriques capables de mieux le baser. La théorie est partagée en trois moments, à savoir l'approche utilisée par la tradition grammaticale, l'approche utilisée par la linguistique à la notion de coordination et de subordination, et l'approche utilisée par la sémantique énonciative aux conjonctions « mas » et « embora ». Après, les analyses faites des *corpora* présents dans le texte seront mieux expliquées: l'un pour renforcer les idées existantes sur un des chapitres théoriques (*corpus* de texte d'opinion) ; et l'autre pour vérifier si la superficialité du thème le long du temps affecte la formation de lecteurs et d'écrivains compétents en langue portugaise (*corpus* de transcription). L'analyse du deuxième *corpus* — le *corpus* de transcription, où ont été testés des individus de différents niveaux d'études en ce qui concerne la connaissance au sujet de la transformation des périodes composées par coordination adversative en subordination adverbiale concessive et inversement; outre découvrir s'ils commenceraient une phrase avec la conjonction adversative « mas » — a un chapitre à part et ira montrer ce qui n'est pas très difficile à supposer: 67,4% des phrases transcrites révèlent l'ignorance des individus en ce qui concerne la différence morphosyntaxique et sémantique-pragmatique des périodes formées par les conjonctions adversative et concessive.

Mots-clés: Morphosyntaxe. Sémantique. Pragmatique. Conjonctions.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	METODOLOGIA E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	12
2	A TRADIÇÃO GRAMATICAL	15
2.1	<i>Grammatica expositiva</i> , de Eduardo Carlos Pereira	15
2.2	<i>Gramática secundária da língua portuguesa</i> , de Said Ali	18
2.3	<i>Grammatica expositiva da língua portuguesa</i> , de Mario Pereira de Souza Lima .	20
2.4	<i>Gramática normativa da língua portuguesa</i> , de Rocha Lima	23
2.5	<i>Gramática fundamental da língua portuguesa</i> , de Gladstone Chaves de Melo.....	25
2.6	<i>Moderna gramática portuguesa</i> , de Evanildo Cavalcante Bechara	28
2.7	<i>Nova gramática do português contemporâneo</i> , de Celso Ferreira da Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra	29
2.8	<i>Gramática Houaiss da língua portuguesa</i> , de José Carlos Santos de Azeredo.....	31
2.9	<i>Gramática de usos do português</i> , de Maria Helena de Moura Neves	34
2.10	<i>Nova gramática do português brasileiro</i> , de Ataliba Teixeira de Castilho	38
3	COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO	43
4	“MAS” E “EMBORA”: UMA DESCRIÇÃO À LUZ DA SEMÂNTICA ENUNCIATIVA	48
4.1	“Mas”	48
4.1.1	<u>Ma_{SN}</u>	51
4.1.2	<u>Ma_{SPA}</u>	55
4.2	“Embora”	58
4.3	Semântica	61
4.3.1	<u>O valor semântico do “mas”</u>	62
4.3.2	<u>As relações expressas pelas conjunções concessivas: o valor semântico do “embora”</u>	64
4.4	Argumentação	67
4.4.1	<u>Argumentação e polifonia</u>	72
4.4.2	<u>Argumentação e estilo</u>	74
5	ANÁLISE DO CORPUS DE TRANSCRIÇÃO	79
6	CONCLUSÃO	96
	REFERÊNCIAS	99
	ANEXO A — Textos de opinião	102
	ANEXO B — Textos reescritos	139

INTRODUÇÃO

Durante algum tempo de estudos voltados para a área de Letras, especificamente para a formação, a estrutura e o funcionamento da língua portuguesa, foi observado que pouco se falava de questões acerca de períodos compostos por coordenação adversativa e por subordinação adverbial concessiva que fossem além de uma descrição vaga. Tudo o que se via era apenas aquela superficial e inócua classificação desses períodos e suas conjunções, tal qual é vista nas gramáticas prescritivas e escolares.

Referência bibliográfica em muitos concursos, Celso Cunha & Lindley Cintra (2007), por exemplo, limitam-se a uma vaga definição das conjunções coordenativas adversativas e das subordinativas adverbiais concessivas. Ao lado de uma imprecisa descrição, os gramáticos apresentam-nos uma lista dessas conjunções, sem ao menos nos indicarem, esclarecerem a sua aplicabilidade. Além disso, quando se propõem a discorrer sobre as orações iniciadas por essas conjunções, eles apenas nos dizem que as orações coordenadas sindéticas adversativas e as subordinadas adverbiais concessivas são as orações que se iniciam com uma conjunção coordenativa adversativa (p. 597) e uma subordinativa adverbial concessiva (p. 605), respectivamente. Entretanto, essa insuficiência não se restringe a eles. Como será observado em capítulo, perceberemos que outros gramáticos são tão superficiais e imprecisos como eles.

De acordo com Eduardo Guimarães,

Sabemos que, nas gramáticas escolares, chamar uma oração de coordenada ou subordinada, como chamar uma conjunção de coordenativa ou subordinativa, é só uma descrição, e isto porque tais gramáticas não distinguem o nível da observação dos fatos no nível explicativo. (GUIMARÃES, 2007, p. 75)

Dessa forma, o motivo precípua da escolha do tema desta pesquisa é a inconformidade com o tratamento um tanto superficial que os compêndios gramaticais prescritivos, sobretudo os escolares, dão à classificação das conjunções coordenativas adversativas e das subordinativas adverbiais concessivas e, por conseguinte, das orações em que elas se inserem. Essa maneira de abordar a questão mistura descrições sintáticas com semânticas, sem, muitas vezes, levar em consideração a aplicabilidade e a pertinência de uma ou de outra oração no discurso. Importante notar que as conjunções coordenativas adversativas e as subordinativas adverbiais concessivas serão aqui representadas pelas conjunções “mas” e “embora”, respectivamente. Acredita-se que essas duas conjunções representam satisfatoriamente seus grupos, além de serem mais comuns em textos menos formais.

Assim sendo, esta dissertação se propõe a descrever os comportamentos morfossintáticos e semântico-pragmáticos dos períodos formados com as conjunções “mas” e “embora”, e a averiguar até que ponto a vagueza de abordagem desse tema tem refletido na formação daqueles que têm a língua portuguesa como língua materna no Brasil. O objetivo deste trabalho é, pois, tratar esse tema com rigor de forma que seja pertinente para o desenvolvimento dos estudos de formação, estrutura e funcionamento da língua portuguesa.

Para tanto, o trabalho apresenta a seguinte estrutura: num primeiro momento, no capítulo 1, serão considerados a metodologia usada para a feitura do trabalho, os pressupostos teóricos que melhor fundamentam-no e os dois *corpora* construídos ao longo da pesquisa — um para corroborar as ideias presentes em um dos capítulos teóricos (*corpus* de textos de opinião); e outro para averiguar se a superficialidade da abordagem do tema ao longo do tempo tem afetado na formação de leitores e escritores proficientes em língua portuguesa (*corpus* de textos reescritos).

As pressuposições teóricas estão divididas em três capítulos, a saber: “a tradição gramatical” (capítulo 2), “coordenação e subordinação” (capítulo 3) e “‘mas’ e ‘embora’: uma descrição à luz da semântica enunciativa” (capítulo 4). No capítulo 2, foram rastreadas sete gramáticas publicadas ao longo do século XX, três editadas antes da Nomenclatura Gramatical Brasileira e quatro contemporâneas dela, e três gramáticas do novo século, descomprometidas com a já citada Nomenclatura.

No capítulo 3, por sua vez, foi dado o enfoque linguístico às noções de coordenação e subordinação, focando no que a linguística traz de diferente da tradição gramatical.

Já no capítulo 4, foram perscrutadas as ideias da Semântica Enunciativa, no que dizem respeito às conjunções “mas” e “embora”. Além disso, foi investigado como os textos de opinião em linguagem formal escrita se comportam, combinando, pois, a este capítulo, que tem suas teorias fundamentadas na linguagem oral, a análise do primeiro *corpus* presente no texto — o *corpus* de textos de opinião. Com efeito, suscitam-se algumas perguntas: com que frequência a conjunção “mas”, tão presente na linguagem oral, aparece no *corpus* que é uma coletânea de artigos de opinião e editoriais de diferentes jornais brasileiros renomados? E do que falar da frequência da conjunção “embora”? Teriam as orações iniciadas por ela seu modo verbal no subjuntivo conforme prescrito pela tradição gramatical? E a sua posição no período? Qual seria a frequência, por exemplo, de um período iniciado pela oração concessiva?

Em se tratando ainda da estrutura do trabalho, num segundo momento, será explanada a análise feita do segundo *corpus* presente no texto — o *corpus* de textos reescritos —, em que pessoas de diferentes níveis de estudo foram testadas no que tange ao conhecimento

acerca da transformação de períodos compostos por coordenação adversativa em subordinação adverbial concessiva e vice-versa; além de se descobrir se não iniciariam uma frase com a conjunção adversativa “mas” (capítulo 5).

A partir disso, surgem novas dúvidas: será que nossos alunos do último ano do ensino médio às portas do vestibular sabem as diferenças concernentes às conjunções “mas” e “embora” e às orações encabeçadas por elas? Será que universitários ou, ainda, graduados de diferentes áreas conhecem essas diferenças? Melhor: será que nossos alunos do curso de Letras percebem bem as diferenças firmadas em períodos constituídos por coordenação adversativa e por subordinação concessiva? Será se têm consciência de que não faria sentido iniciar uma frase com a conjunção “mas”, pospondo a oração que deveria vir primeiro para que com ela estabelecesse uma oposição?

Por fim, serão feitas as conclusões a que se chegou com a descrição e com a análise dos *corpora* (capítulo 6), e serão apresentados os anexos.

1 METODOLOGIA E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A fim de descrever a morfossintaxe, a semântica e a pragmática dos períodos formados com as conjunções “mas” e “embora”, e de averiguar até que ponto a vagueza de abordagem do tema aqui investigado tem refletido na formação daqueles que têm a língua portuguesa como língua materna no Brasil, foram propostos três momentos teóricos e dois analíticos. A teoria será distribuída em três capítulos à parte, a saber:

a) o enfoque dado à questão pela tradição gramatical, seja ela representada por gramáticos prescritivos, seja ela representada por gramáticos-linguistas que descrevem os fenômenos da língua (capítulo 2). Importante notar que esse capítulo servirá para ilustrar o que se tem escrito sobre o assunto ao longo dos anos e para provar a vaguidade de algumas obras;

b) o enfoque dado pela linguística à noção de coordenação e de subordinação (capítulo 3); e

c) o enfoque dado pela semântica enunciativa às conjunções “mas” e “embora” (capítulo 4).

As obras utilizadas para ilustrar o enfoque gramatical foram dez: três gramáticas pré-Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), quatro comprometidas com e contemporâneas dela, e três gramáticas recentes, descomprometidas com a NGB. As pré-NGB são a *Gramática expositiva* (1918), de Eduardo Carlos Pereira, a *Gramática secundária da língua portuguesa* (a primeira edição data de 1923), de Manuel Said Ali Ida, e a *Gramática expositiva da língua portuguesa* (1937), de Mário Pereira de Souza Lima; as contemporâneas da NGB são a *Gramática normativa da língua portuguesa* (2012), de Carlos Henrique da Rocha Lima, a *Gramática fundamental da língua portuguesa* (1970), de Gladstone Chaves de Melo, a *Moderna gramática portuguesa* (2004), de Evanildo Cavalcante Bechara e a *Nova gramática do português contemporâneo* (2007), de Celso Ferreira da Cunha e de Luís Filipe Lindley Cintra; já as descomprometidas com a NGB são a *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2008), de José Carlos de Azeredo, a *Gramática de usos do português* (2011), de Maria Helena de Moura Neves e a *Nova gramática do português brasileiro* (2010), de Ataliba Teixeira de Castilho.

Quanto ao enfoque linguístico dado à noção de coordenação e de subordinação, os textos essenciais utilizados foram: *Comunicação em prosa moderna* (2004), de Othon Moacyr

Garcia, e *Subordinação e coordenação* (2008), de Flávia de Barros Carone. Esses textos foram julgados imprescindíveis para a feitura deste trabalho porque fazem uma leitura complementar dos textos gramaticais.

O último capítulo referente à teoria traz as noções da semântica enunciativa, tendo como representantes Oswald Ducrot, na França, e Carlos Vogt e Eduardo Guimarães, no Brasil. As obras do linguista francês empregadas neste capítulo foram: *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer* (1977), obra em que o autor fundamenta sua teoria; *De magis a mais: une hypothèse sémantique* (1979); *Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas* (1981); e *O dizer e o dito* (1987).

As obras dos brasileiros aplicadas neste capítulo foram, de um lado, *Linguagem, pragmática e ideologia* (1980) e *O intervalo semântico: contribuição para uma teoria semântica argumentativa* (2009), de Carlos Vogt, e, de outro, *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português* (2007), de Eduardo Guimarães.

Além desses, outros autores foram relevantes para a construção teórica deste capítulo: Ingedore Grunfeld Villaça Koch, com *Argumentação e linguagem* (2011) e *A inter-ação pela linguagem* (2007); e Maria Helena de Moura Neves, com “As construções concessivas”, texto presente no volume 7 da *Gramática do português falado* (1999), e com sua *Gramática de usos do português* (2011).

Importante reiterar o que foi firmado na introdução deste texto: enquanto se faz a descrição cujo arcabouço teórico é a semântica enunciativa, será analisado o primeiro *corpus* constituído durante a pesquisa, o *corpus* de textos de opinião. Este é composto por diversos artigos de opinião e editoriais de diferentes partes do Brasil, todos disponíveis *on-line*. São eles: A gazeta *on-line*, AC; O Estado *on-line*, CE; Diário de Natal *on-line*, RN; Zero Hora *on-line*, RS; Folha de São Paulo *on-line*, SP; O Estado de S. Paulo *on-line*, SP; Brasil de Fato *on-line*, SP; O Globo *on-line*, RJ; e Jornal do Brasil *on-line*, RJ. O objetivo desta combinação, descrição teórica e análise de *corpus*, é, tão somente, corroborar as afirmações feitas e registrar, estatisticamente, algumas ocorrências hodiernas. Portanto, enquanto se propõe o terceiro momento teórico, também se propõe o primeiro momento analítico.

No segundo momento analítico, entra em cena o segundo *corpus* presente neste trabalho: o *corpus* de textos reescritos. Este foi formado por meio de testes a que foram submetidas diversas pessoas de diferentes níveis de ensino — alunos do terceiro ano do ensino médio de uma instituição privada (35 informantes), graduandos e graduados em cursos diferentes de Letras (32 informantes) e alunos do segundo ao oitavo período do curso de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (50 informantes). Analisado em um único

capítulo (capítulo 5), o *corpus* de textos reescritos nos permitirá descobrir, mormente, se os informantes submetidos ao teste de reescrever são ou não capazes de transformar um período composto por coordenação adversativa em um período composto por subordinação adverbial concessiva e vice-versa; e se esses informantes têm ou não o conhecimento acerca da não iniciação sentencial com a conjunção “mas”.

Importante notar, desde já, que não foram computados como erros alguns desvios gramaticais: desconhecimento modo-temporal de alguns verbos, erros de pontuação, de concordância, de ortografia. Como já mencionado, o objetivo central desta investigação é descobrir se falantes do português são capazes de fazer uma leitura profícua dos excertos jornalísticos nos quais as conjunções “mas” e “embora” estão presentes e, a partir disso, reescrevê-los com proficiência.

No mais, toda a discussão teórica presente nesta pesquisa será fundamental para a análise do *corpus* de textos reescritos.

2 A TRADIÇÃO GRAMATICAL

2.1 *Grammatica expositiva*¹, de Eduardo Carlos Pereira

A *gramática expositiva* de Eduardo Pereira estuda a palavra sob dois aspectos fundamentais, a saber: isoladas e combinadas. Quando estudadas isoladamente, consideradas em si, as palavras são objeto de estudo da parte da gramática chamada “lexeologia”. Quando estudadas combinadamente para a expressão do pensamento, as palavras são objeto de estudo da parte da gramática chamada “syntaxe”.

Ao estudar as palavras isoladas, a lexicologia as analisa em seus dois elementos fundamentais: em sua parte material e em sua parte imaterial, ou seja, em sua ideia ou significação. Dessa forma, seu estudo se divide em fonologia e em morfologia. A fonologia não nos interessa neste trabalho.

Contudo, é a morfologia que nos interessa aqui. Segundo o autor, as modalidades morfológicas podem ser estudadas em duas partes: taxionomia e etimologia. A taxionomia “estuda as diversas *classes* de palavras e as suas *propriedades* em relação á idéa que expressam.” (PEREIRA, 1918, p. 59) Ademais, em relação à ideia, as palavras se dividem em oito classes ou categorias chamadas “partes da oração”: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Essas categorias gramaticais se classificam em dois grupos quanto à flexão: as variáveis ou flexivas e as invariáveis ou inflexivas. A conjunção pertence ao grupo das inflexivas.

Eduardo Pereira (1918, p. 153) define, assim, a conjunção: “é uma palavra invariável, que liga duas orações entre si, ou *coordenando* ou *subordinando* a segunda á primeira”. Quanto ao seu valor sintático, as conjunções se dividem em simples e adverbiais, ou seja, estas conservam seu valor de advérbio — “quando”, “entretanto”, “finalmente”, “assim” — enquanto que aquelas são simples conjunções — “e”, “ou”, “mas”, “que”, “se”.

Já quanto à forma, as conjunções são simples ou compostas, estas também chamadas de locuções conjuntivas.

Quanto à significação, por sua vez, as conjunções se classificam em coordenativas ou de aproximação, e subordinativas. As coordenativas são as conjunções que ligam orações que

¹ A 1ª edição data de 1907.

têm a mesma função na frase e classificam-se em: aproximativas (copulativas); alternativas (disjuntivas); continuativas ou transitivas²; conclusivas ou ilativas; explicativas; e adversativas.³ Consoante Pereira, as adversativas são conjunções “que ligam orações de sentido adverso ou contrário: *mas, porém, todavia, contudo, senão, aliaz, somente.*” (*idem*, p. 155)

Por outro lado, as conjunções subordinativas são as que ligam duas orações, subordinando a segunda à primeira e classificam-se em onze espécies: temporal ou periódica; condicional; causal; final; modal; consecutiva; correlativa; integrante; comparativa; dubitativa; e concessiva. Esta é a “que liga indicando uma concessão”. (*idem*, p. 157) No mais, o autor cita a conjunção “embora” entre as que classifica de concessiva.

Em nota, o autor diz que as conjunções subordinativas “denominam-se *circumstantiaes*, pois como já acontece com as da primeira classe [as coordenativas], são, em geral, advérbios, que assumem função connectiva.” (*idem*, p. 156)

Se por um lado, a gramática estuda as palavras isoladamente por meio da lexiologia, por outro, ela estuda as palavras combinadamente por meio da sintaxe. Esta tem por objeto o estudo da frase que, por sua vez, “é a combinação ou relação de palavras que dá expressão a um pensamento, o qual pôde ser COMPLETO (...) ou INCOMPLETO”. (*idem*, p. 195) As palavras e as frases se combinam ou se relacionam para formar o “período grammatical” e para expressar o pensamento por meio da coordenação e da subordinação. Aquela “consiste na combinação de palavras e phrases da mesma função grammatical, e, ainda, de termos que se prendem por concordancia”. (*idem*, p. 196) Demais, a coordenação se efetua de duas maneiras: por conjunção coordenativa e por justaposição. No primeiro caso, a coordenação se diz sindética, e no segundo, assindética.

A subordinação “dá-se quando uma palavra ou phrase se combina ou relaciona com um outro termo de diferente função syntactica”. (*idem*, p. 197) Além disso, efetua-se de dois modos: por partículas subordinativas (preposição, conjunção subordinativa, advérbio conjuntivo, adjetivo conjuntivo e pronome conjuntivo) e pelo sentido.

² O autor chama de conjunções coordenativas continuativas ou transitivas as “que ligam orações, exprimindo apenas uma continuação do discurso ou transição de pensamento”, e as cita: “pois” (prepositiva), “pois bem”, “ora”, “entretanto”, “no entanto”, “dahi”, “depois”, “além disso”, “além de que” ou “do que”, “com efeito”, “demais”, “de mais a mais”, “outrossim”. (PEREIRA, 1918, p. 155)

³ Em sua *Grammatica expositiva: curso elementar* (1924, p.103), Eduardo Carlos Pereira mostra uma lista de conjunções coordenativas ou de 1ª classe, e de conjunções subordinativas ou de 2ª classe. As de 1ª classe são: “e”, “nem”, “ou”, “já... já”, “mas”, “porém”, “todavia”, “contudo”, “por conseguinte”, “porisso”, “outrossim”, “senão”, “ora”, “pois”, “entretanto”, “dahi”, “no entanto”, “depois”, “logo”, “portanto”, “isto é”, “por exemplo” e “a saber”. Já as de 2ª classe são: “quando”, “quanto”, “comquanto”, “apenas”, “mal”, “que”, “do que”, “até que”, “logo que”, “porque”, “para que”, “sem que”, “visto que”, “ainda que”, “á medida que”, “antes que”, “posto que”, “pois que”, “embora”, “se”, “salvo se”, “excepto se”, “como”, “bem como”, “assim como”, “como que”, “segundo” e “conforme”.

Mais adiante, o autor propõe a divisão do estudo da sintaxe em quatro partes: a) a proposição e seus membros; b) o período gramatical; c) as particularidades sintáticas sobre as categorias gramaticais; e d) a pontuação. É nos itens b) e c) que o autor trata das conjunções e dos períodos que as contêm.

O período gramatical “é uma ou mais proposições, orações ou sentenças que formam sentido completo ou independente”. (*idem*, p. 267) As proposições do período gramatical podem ser classificadas quanto à forma, quanto à espécie, quanto à função e quanto aos membros. Quanto à forma, a proposição, como o período gramatical, pode ser simples, complexa ou composta. A proposição simples “é a que contém uma só declaração expressada por um verbo” (...). A complexa, “é a que contém duas ou mais proposições simples, tendo uma delas o sentido principal modificado pela outra ou outras, que a ella se prendem por particulas subordinativas” (...) A proposição composta “é a que contém duas ou mais proposições simples ou complexas COORDENADAS”. (*idem*, p. 268)

Em relação à sua espécie, as proposições podem ser declarativas, interrogativas, exclamativas, imperativas e optativas.

Quanto à função, as proposições classificam-se em independente, principal e dependente. A proposição independente, ou absoluta, é a “que, quer isolada no periodo simples, quer coordenada no periodo composto, quer ainda constituindo o periodo complexo, fórma por si sentido completo ou independente”. (*idem*, p. 269)

A proposição principal, por sua vez, é aquela proposição que apresenta a acepção “principal da *proposição independente complexa*, e que, tendo o seu verbo no *indicativo*, *condicional* ou *imperativo*, não depende de outra proposição, mas cujo sentido é inteirado por outra ou outras, que della dependem”. (*idem*, p. 270 - 271)

Já a proposição subordinada, dependente ou secundária é aquela proposição que, “tendo o seu verbo em qualquer modo, excepto no imperativo, modifica o sentido de outra de que depende (...) e a qual se subordina por *partículas subordinativas* ou pelas fórmulas do infinitivo”. (*idem*, p. 271)

Ademais, as proposições subordinadas se classificam pelo conectivo e pela função. Em relação ao conectivo, elas são conjuncional (temporal, condicional, causal, final, modal, concessiva, consecutiva e integrante), relativa, infinitiva e participial. Já quanto à função, elas se classificam em “cláusulas subordinadas” substantiva (subjéctiva, predicativa, objectiva, terminativa e attributiva), adjectiva (explicativa e restrictiva) e adverbial. Conforme Pereira (1918, p. 276), a

Clausula adverbial é aquela que, em sua relação com a clausula subordinante, equivale a um ADVERBIO.

(...) são ligadas às subordinantes ou por *conjunção subordinativa*, de que recebe o nome [temporal, condicional, causal, final, modal, concessiva, consecutiva, correlativa e comparativa], ou por *adverbios e pronomes conjuntivos*, ou pelas *fórmulas nominais* do verbo.

Por fim, em relação aos seus membros, as proposições se classificam em contrata, plena, elítica e pleonástica.

Além de tratar do período gramatical para o estudo das conjunções e orações por elas encabeçadas, Eduardo Pereira também trata das particularidades sintáticas sobre as categorias gramaticais. Nesta seção, o autor discorre sobre as classes de palavras e as funções sintáticas que elas exercem na frase. Detemo-nos no que ele diz da conjunção: é uma palavra “*connectiva proposicional*”; “se interpõe entre as proposições ou periodos”; “quando as *conjunções* parecem ligar termos ou palavras, ligam de facto *orações* ou *proposições elípticas*”. (*idem*, p. 363)

Além disso, como já descrito, as conjunções ligam ou coordenando as proposições ou subordinando a segunda proposição à primeira. Ao tratar das conjunções coordenativas, ele apresenta um parágrafo para descrever as conjunções “mas”, “porém” e “senão”:

São coordenativas adversativas, pois indicam oposição entre o coordenante e o coordenado. PORÉM distingue-se de MAS em indicar oposição mais forte e em poder ser *positiva*, isto é, em poder pôr-se *depois* do termo coordenado, ao passo que *mas* é sempre *prepositiva*, vem sempre antes do coordenado; às vezes [o “mas”] se repete por *emphase*.” (PEREIRA, 1918, p. 365)

2.2 Gramática secundária da língua portuguesa⁴, de Said Ali

Said Ali, por sua vez, dividiu a sua *gramática secundária da língua portuguesa* em três partes: fonética ou fonologia; lexicologia e sintaxe. São nessas duas últimas partes da gramática que ele trata das conjunções e das orações por elas iniciadas.

Na seção intitulada “lexeologia”, o autor trata das classes de palavras (substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição), dedicando duas páginas às conjunções. Conforme ele, “CONJUNÇÃO é a palavra ou locução que se costuma pôr no princípio de uma oração relacionada com outra, a fim de mostrar a natureza da relação”. (ALI, s.d., p. 103) Após essa definição, Said Ali arrola sete frases com

⁴ A 1ª edição data de 1923.

conjunções diversas em que uma delas se apresenta a conjunção “mas” e ele a define da seguinte maneira: “*Mas*” do quarto caso contraria um acontecimento (...) se chama CONJUNÇÃO ADVERSATIVA”. (*idem*, p. 103) Ele também apresenta uma frase em que há uma conjunção concessiva. Não é, porém, a conjunção “embora” que é usada para o exemplo, mas a locução “ainda que”, que não nos interessa para este trabalho. No mais, na sequência, o autor divide as conjunções em duas grandes classes: as coordenativas (copulativas ou aditivas, adversativas, disjuntivas ou alternativas, conclusivas e parte das causais) e as subordinativas (que compreendem as demais conjunções).

Já na seção nomeada “sintaxe e estilística”, Said Ali descreve a oração, trata de seus termos e a enquadra em dois tipos: oração simples e oração composta. Consoante o autor, oração

é a combinação de palavras (e às vezes uma só palavra) com que nos dirigimos a alguém (...) para dar-lhe informação de um fato (...) [ou] para pedir uma informação (...) [ou] para exortá-lo a praticar ou deixar de praticar um ato (...) [ou ainda] para manifestar-lhe uma aspiração, um desejo (...)

ORAÇÃO SIMPLES é a proposição independente ou solta que faz sentido perfeito, podendo os seus termos ser singelos, múltiplos ou desenvolvidos (...)

ORAÇÃO COMPOSTA é a COMBINAÇÃO COORDENATIVA ou SUBORDINATIVA de duas ou mais orações simples.

A COMBINAÇÃO COORDENATIVA é formada de uma oração inicial e uma ou mais orações seqüentes ou coordenadas que se caracterizam por alguma das partículas *e, mas, ou, portanto, logo, porquanto*, etc.

Vindo expressa a partícula coordenativa, diz-se que a construção é SINDÉTICA. Estando subentendida, a construção denomina-se ASSINDÉTICA. (...)

A COMBINAÇÃO SUBORDINATIVA consta de uma oração principal e uma ou mais secundárias ou subordinadas.

As orações subordinadas ou secundárias são desdobramento do sujeito, do complemento ou dos determinantes atributivos ou adverbiais em novas orações.

Quando a subordinada representa o sujeito, um complemento essencial ou um termo atributivo de função restritiva, a oração principal sem a dita subordinada é uma proposição imperfeita e truncada [ou seja, as proposições truncadas] só fazem sentido quando unidas com as subordinadas respectivas. (*idem*, p. 125, 130-131)

Como bem se pode observar, Said Ali limita a definição “truncada”, “imperfeita” às orações principais em relação às substantiva e adjetiva, permitindo-nos, pois, concluir que, para ele, as orações principais, sem as orações adverbiais, não são truncadas e imperfeitas, isto é, a oração principal fará sentido sem a dita subordinada.

Quando trata da coordenação, o ilustre autor define os tipos de coordenação: copulativa, adversativa, disjuntiva, causal⁵ e conclusiva. Atentemos para as adversativas. Segundo ele, “para exprimir claramente a contradição ou a restrição a um fato, ou à sua consequência, socorremo-nos da oração ADVERSATIVA, caracterizando-a com a conjunção *mas* ou *porém*”. (*idem*, p. 133)

⁵ Hoje a NGB chama de “explicativa”.

Por outro lado, ao tratar da subordinação, Said Ali divide o capítulo em três partes, a saber: oração substantiva; oração adjetiva e oração adverbial. Nesta última parte, ele a subdivide descrevendo cada tipo de oração adverbial — orações hipotéticas e condicionais, orações concessivas, orações temporais, orações finais, orações consecutivas, orações comparativas, orações proporcionais e orações causais. Detemo-nos apenas nas orações concessivas.

De acordo com Said Ali (s.d., p.138), a oração concessiva “exprime um fato que, podendo determinar ou contrariar a realização de outro fato principal, deixa entretanto de produzir o esperado ou possível efeito.” Para ele, há dois tipos de orações concessivas, nomeadamente simples ou comuns e intensivas. Aquelas se caracterizam pelas conjunções “ainda que”, “ainda quando”, “embora”, “conquanto”, “pôsto que”, “mas que”, “bem que”, “se bem que”, “se bem”, “não obstante que”, “apesar de que”. Na construção do período com essas conjunções, se a oração principal vier posposta, ela poderá ser realçada com uma partícula correlativa, do tipo “contudo”, “todavia”, “entretanto”, “sempre”, “ainda”, “assim” e outras. Além disso, conforme o autor, passa-se de subordinação para coordenação quando

assinalamos o pensamento concessivo pondo a palavra *embora* em seguida ao verbo inicial (...):

Eis o que é conforme a interpretação de Bártolo à lei do Código. *Digam embora* outra cousa os que seguem diverso rumo (Herculano). (*idem*, p. 140)

As orações concessivas intensivas, por sua vez, “(...) referem-se a uma qualidade ou modalidade qualquer, consideradas em grau intensivo e sem limites.” (*idem*, p. 139) Elas se caracterizam pelas expressões “por mais... que”, “por muito... que”, ou, ainda, “por... que”.

2.3 *Grammatica expositiva da língua portuguesa*, de Mario Pereira de Souza Lima

A última gramática pré-NGB a ser pesquisada é a de Mario Pereira de Souza Lima: a *gramática expositiva da língua portuguesa*, datada de 1937. O intuito dessa gramática é apresentar metodicamente uma exposição dos fatos da língua literária portuguesa, considerando, de início, a proposição, a fim de depreender dela o valor semântico das palavras. Para tanto, Lima dividiu sua gramática em quatro livros: a) dos modos gerais da expressão do pensamento; b) das partes do discurso e suas funções; c) da constituição e variações das palavras; e d) da construção do período. Dos livros citados, apenas o terceiro

(da constituição e variações das palavras) não nos interessa para este estudo, pois é nele que o autor trata da natureza e classificação dos fonemas, dos grupos fonéticos, da ortofonia e da ortografia, do vocabulário, da importação de palavras, da formação de palavras em geral, da derivação, da prefixação, da mudança de classe das palavras, da composição, da flexão geral, da flexão nominal e da flexão verbal.

No “livro primeiro”, em “noções preliminares”, Lima cita Andrés Bello, em sua *gramática de la lengua castellana*, ao definir oração: “é toda proposição ou conjuncto de proposições que forma sentido completo”. (BELLO *apud* LIMA, 1937, p. 18)

Mais adiante, ainda no primeiro livro, capítulo I, o autor trata dos elementos e termos principais da oração, entre os quais, a conjunção. Segundo ele, a conjunção é uma palavra conectiva, tal qual a preposição, mas difere desta porque relaciona palavras independentes e que exercem a mesma função na frase, e porque relaciona uma oração com outra. (LIMA, 1937, p. 29)

O “livro segundo”, por sua vez, trata das partes do discurso e suas funções. Nele, o autor faz uma exposição pormenorizada das “partes da oração” ou “partes do discurso”, a saber: do nome substantivo; dos adjetivos qualificativos; do nome numeral; do artigo; dos pronomes pessoais; dos pronomes possessivos; dos pronomes demonstrativos; dos pronomes relativos; dos pronomes interrogativos; dos pronomes indefinidos; do verbo; do advérbio; da preposição; e da conjunção.

Ao abordar a conjunção, Lima afirma haver conjunções essenciais, palavras conjuncionais e locuções conjuncionais, que se dividem em duas classes: as coordenativas e as subordinativas.⁶ O autor cita Adolpho Coelho, em suas *noções elementares de grammatica portuguesa*, para descrever tais classes:

As *conjuncções coordenativas* ligam palavras que exercem igual função numa proposição ou proposições de assumpto analogo, isto é, da mesma natureza.

As *conjuncções subordinativas* ligam proposições de natureza diversa, das quaes a que começa pela conjunção completa ou junta uma determinação á outra.

As conjuncções subordinadas não ligam em geral palavras que não formam proposições. (COELHO *apud* LIMA, 1937, p. 219)

Após descrever as classes, ele elenca os tipos de conjunções coordenativas e subordinativas. As coordenativas subdividem-se em “copulativas”, “disjunctivas”,

⁶ Importante notar que não nos interessam para este estudo as observações acerca das palavras conjuncionais e das locuções conjuncionais. Estas por serem locuções, pois se trata aqui de conjunções simples, o “mas” e o “embora”. E aquelas por constituírem certos vocábulos que “além de sua função propria, têm accidentalmente a ligar os sentidos de duas orações, pela relação que estabelecem entre os predicados de ambos.” (LIMA, 1937, p. 218) Esses vocábulos são, pois, a forma verbal “quer” usada repetidamente; os adjetivos “segundo” e “conforme”; e os advérbios “ora”, “logo”, “tambem”, “outrosim”, “entretanto”, “portanto”, “como”, “quando”.

“adversativas” e “conclusivas”. Detemo-nos nas adversativas. As conjunções coordenativas adversativas são as “que exprimem aproximação de termos ou proposições que se oppõem a certos respeitos ou se restringem: *mas, porém, comtudo, entretanto, todavia, senão*”. (*idem*, p. 220)

Já as conjunções subordinativas, essas se subdividem em “condicionaes”, “causaes”, “finaes”, “concessivas”, “consecutivas”, “temporae”, “modaes” e “integrantes”. Mais uma vez, não se trata de nada que não seja a concessiva. Lima descreve, assim, as concessivas: “que exprimem um sentido que, embora contrario ao da oração precedente, não impede a realização deste: *ainda que, posto ou suposto que, bem que, se bem que, apesar de que, dado que, mesmo que, nem que, mas que*.” (*idem*, p. 223) Como se pode perceber, em momento algum o autor versa sobre a conjunção “embora”, nem a citando como uma “conjunção essencial”, nem como uma “palavra conjuncional”. Além disso, adota um procedimento inadequado: usa a conjunção concessiva “embora” para caracterizar, metalinguisticamente, o conteúdo concessivo.

Por fim, no “livro quarto”, “da construção do periodo”, Lima assegura que

Os processos syntacticos pelos quaes se exprimem as relações das palavras e das phrases são a *ordem* ou *collocação*; a *concordancia* ou correspondencia de flexões entre certos elementos da proposição; a *dependencia* de uns termos para com outros, tambem chamada *regencia*; a *coordenação* e a *subordinação de orações*; o emprego dos *modos* e *tempos* dos verbos. (*idem*, p. 371)

Observemos o que ele versa sobre a coordenação e a subordinação de orações. No capítulo IV, afirma-se que o período pode ser constituído por uma só oração, chamado, portanto, de período simples, e a oração, de absoluta; que pode ser constituído por várias orações independentes uma da outra e coordenadas entre si, chamado, pois, de período composto por coordenação; e que também pode ser composto por uma oração total ou “oração composta”, que por sua vez se subdivide em “proposição principal” e “proposição subordinada”. (*idem*, p. 463)

As orações coordenadas se efetuam de duas formas: ou por meio da conjunção coordenativa, chamadas, assim, de “syndeticas”; ou por simples justaposição, chamadas “asyndeticas”. Quando sindéticas, se subdividem em “copulativas”, “disjunctivas”, “adversativas” e “conclusivas”, como visto acima.

A subordinação, por sua vez, é indicada por uma conjunção subordinativa expressa ou subentendida, por uma palavra relativa (pronome ou advérbio relativo), por uma palavra interrogativa (pronome ou advérbio interrogativo e conjunção “se”, quando esta é integrante)

e pelo modo infinitivo do verbo. (*idem*, p. 464) Relevante para nós é, pois, a subordinação indicada por uma conjunção subordinativa expressa.

Segundo as relações que mantêm para com a subordinante, as “proposições subordinadas” podem ser integrantes, atributivas e circunstanciais. Estas últimas subdividem-se em proposição circunstancial de tempo, de causa, de fim, de condição, de concessão e de modo. Conforme Lima (1937, p. 466), “(...) a proposição circunstancial indica um sentido parcial, que não depende grammaticalmente da subordinante”, como acontece, por exemplo, com a proposição integrante que completa não somente o sentido da proposição principal, “subordinante”, mas também a sua construção.

As proposições circunstanciais formam-se com o auxílio das conjunções ou palavras conjuntivas que indicam circunstâncias, ou com o auxílio do infinitivo do verbo e dos participípios. Estes últimos são irrelevantes para este estudo. Mais uma vez, o autor:

(...) ás proposições classificadas como *integrantes*, *atributivas* e *circunstanciaes*, pelo criterio da sua natureza e da funcção que exercem no período, preferem muitos grammaticos dar respectivamente os nomes de *substantivas*, *adjectivas* e *adverbiaes*, por equivalerem ellas, em sua generalidade, a estas partes do discurso. (LIMA, 1937, p. 470)

Por fim, quando trata de “casos particulares de ligação das orações”, afirma que a subordinada pode se intercalar entre as partes mais importantes da principal; e que a principal, por sua vez, pode inserir-se na subordinada. (*idem*, p. 482)

2.4 Gramática normativa da língua portuguesa, de Rocha Lima

A primeira gramática contemporânea da NGB selecionada para este estudo é a *gramática normativa da língua portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima⁷. Neste trabalho, Rocha Lima diz ser a gramática normativa

(...) uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o “uso idiomático”, dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta. (LIMA, 2012, p.38)

A fim de definir o que é “expressão correta”, cita Amado Alonso e Pedro Henríquez Ureña, em sua *gramática castellana*: são formas corretas de dizer, aquelas aceitas e usadas

⁷ Ver nota 1.

por grupos mais cultos da sociedade. A correção quer dizer aqui prestígio social de cultura.⁸ (ALONSO & UREÑA *apud* LIMA, 2012, p. 38)

Além disso, divide a sua gramática em três partes: fonética e fonologia; morfologia; e sintaxe. São a morfologia e a sintaxe as partes que nos interessam para este estudo.

Após a divisão da gramática, Lima subdivide a morfologia, dando-lhe capítulos referentes a cada classe de palavras e mais dois sobre a estrutura e a formação das palavras. “Conjunção” é um dos capítulos concernentes às classes de palavras. Conforme Lima (2012, p.234), as conjunções “são palavras que relacionam entre si (...) dois elementos da mesma natureza (...) e duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação.”

Quanto à classificação das conjunções, ele as nomeia “coordenativas” e “subordinativas”. Estas se distribuem por dez classes — causais, concessivas, condicionais, conformativas, comparativas, consecutivas, finais, proporcionais, temporais e integrantes — e aquelas, por cinco classes — aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas.

As adversativas “relacionam pensamentos contrastantes. A conjunção adversativa por excelência é *mas* (...) que se usa unicamente em começo de oração (...)” (*idem*, p.235)

Rocha Lima, ao citar as conjunções concessivas, não as define, reservando ao tópico apenas a listagem dessas conjunções: “*embora, conquanto, ainda que, posto que, se bem que, etc.*” (*idem*, p. 237)

Por outro lado, na parte destinada à sintaxe, o autor é menos sucinto. Para ele, o período “é a frase formada de duas ou mais orações”⁹ e apresenta duas estruturas características: a coordenação e a subordinação. A coordenação constitui a “comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações *gramaticalmente independentes*”. Quando a coordenação de orações se dá por meio de uma conjunção coordenativa, diz-se que as orações coordenadas são *sindéticas*; quando não há esta partícula, a coordenação diz-se *assindética*. Ademais, as orações coordenadas *sindéticas* recebem o nome das conjunções que as iniciam. (*idem*, p. 321)

Já no período composto por subordinação, “há uma oração *principal*, que traz presa a si, como *dependentes*, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal.” (*idem*, p. 323) As orações subordinadas se classificam de

⁸ Tradução minha.

⁹ “Frase é uma unidade verbal com *sentido completo* e caracterizada por *entoação* típica: um todo significativo, por intermédio do qual o homem exprime seu pensamento e/ou sentimento. Pode ser brevíssima, constituída às vezes por uma só palavra, ou longa e acidentada, englobando vários e complexos elementos.” (LIMA, 2012, p. 285)

“Oração é a frase — ou membro de frase — que se biparte normalmente em *sujeito* e *predicado*.” (*idem*, p. 287)

acordo com dois critérios combinados: quanto à função que desempenham na oração principal (substantiva, adjetiva e adverbial — somente esta tem relevância para a nossa investigação); e quanto à forma e ao modo como se articulam com a oração principal (desenvolvidas, reduzidas e justapostas, em que somente as desenvolvidas nos interessam para este trabalho). (*idem*, p. 324)

Por fim, passemos para o que o autor diz das orações subordinadas adverbiais: essas orações figuram como adjunto adverbial da oração a que se subordinam e, quando desenvolvidas, começam por uma conjunção subordinativa. (*idem*, p. 341) Após essa descrição, ele examina cada tipo de oração subordinada adverbial. Verifiquemos agora o que ele diz das concessivas: a oração subordinada adverbial concessiva é a que vem começada por conjunções ou locuções concessivas; “expressa um fato — real, ou suposto — que poderia opor-se à realização de outro fato principal, porém não frustrará o cumprimento deste”; e pode ser anteposta ou posposta à oração principal. A sua anteposição parece lhe dar “mais relevo” e permite o uso de uma palavra ou expressão que realce o contraste de ideias na oração principal. (*idem*, p. 344)

2.5 Gramática fundamental da língua portuguesa, de Gladstone Chaves de Melo

Outra gramática contemporânea da NGB usada para esta investigação é a *gramática fundamental da língua portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo. Para ele, a gramática é uma sistematização dos fatos contemporâneos da língua e, para ser verdadeira e autêntica, deve, portanto, ser sincrônica. De sua divisão, baseada no trinômio clássico fonética, morfologia e sintaxe, somente as duas últimas nos interessam aqui. (MELO, 1970, p. 7 - 12)

Estudo das palavras e das formas, a morfologia é subdividida em três grandes capítulos: a) classificação das palavras; b) estrutura do vocábulo e formação das palavras; e c) flexão das palavras. É o primeiro que nos interessa. Consoante Melo (1970, p. 70), classificar as palavras de uma língua consiste em agrupá-las segundo um critério simples e que tenha em vista a significação. Dessa forma, discrimina as dez espécies ou classes de palavras em artigo, substantivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Vejamos o que diz acerca da conjunção:

(...) é uma palavra ligadora, que exprime as relações de paralelismo sintático, ou de dependência quando o elemento subordinado fôr uma oração. Daí a dicotomia entre conjunções coordenativas e conjunções subordinativas.

As *coordenativas* ligam funções ou valores sintáticos iguais (...)

As *subordinativas* estabelecem relação de dependência entre a oração subordinada e o termo a que esta se refere (...) (*idem*, p. 174)

Ademais, distribui as conjunções coordenativas em subclasses, de acordo com a ideia geral que traduzem: “aditivas”, “adversativas”, “alternativas”, “conclusivas” e “explicativas”. Conforme o autor, as conjunções adversativas são assim classificadas “quando exprimem contraste ou compensação: *mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, senão*”. (*idem*, p. 175)

As conjunções subordinativas, por sua vez, também se distribuem em subclasses, justificadas pela ideia geral da relação expressa: “integrantes”, “causais”, “condicionais”, “finais”, “temporais” e “concessivas”. Estas últimas são, assim, definidas: “quando exprimem hipótese de raciocínio ou fato embargante: *embora, conquanto, ainda que, se bem que, mesmo que*”. (*idem*, p. 175)

Outra parte da gramática, aqui investigada, é a sintaxe. Definida como “o estudo (ou teoria) da frase”, a sintaxe é dividida em sintaxe das funções e sintaxe das relações. Esta se triparte em sintaxe de regência, de concordância e de colocação, enquanto que aquela se biparte em analítica (conhecimento das funções — ou dos papéis — uma por uma) e sintética (ou emprego das formas, em que, depois de conhecidas e reconhecidas as funções, se trata de saber que funções — ou papéis — podem desempenhar as diversas espécies de palavras ou o valor que podem ter dentro da frase, nesta ou naquela situação). (*idem*, p. 188) Detemo-nos na sintaxe das funções.

Ao discutir a sintaxe analítica, o autor trata da oração e do período. Segundo ele (1970, p. 227), o período “é a oração ou o conjunto de orações, que tem unidade de sentido e termina por nítida pausa (...)”.

Além disso, classifica o período em simples e composto. Quando composto, afirma ser o período constituído de: a) orações independentes, cada qual representando um pensamento autônomo, e coordenadas entre si; b) uma oração denominada “oração principal”, que teve um ou mais de um de seus termos desdobrados em outras orações, as quais recebem o nome de “orações subordinadas”; c) uma oração principal acompanhada de várias orações subordinadas, que nela desempenham a mesma função, estando, portanto, coordenadas entre si; d) orações interdependentes (correlação); e e) um misto de dois, ou mesmo de três processos sintáticos (coordenação, subordinação, correlação). Detemo-nos em apenas dois processos sintáticos: a coordenação e a subordinação.

Para Melo, a coordenação é o paralelismo de funções ou valores sintáticos diversos podendo haver, pois, a coordenação de elementos da mesma oração, de duas ou mais orações independentes, duas ou mais orações subordinadas da mesma natureza e função, dois ou mais períodos etc. E afirma que, na sua gramática, “há perfeita coerência entre o conceito de coordenação e o de oração coordenada.” (*idem*, p. 229) E critica a NGB: “A NGB insiste numa distinção que nos parece desprovida de importância maior: a que biparte as orações coordenadas em *sindéticas* e *assindéticas*.” (*idem*, p. 230) Porém, apesar da crítica, aceita tal distinção e completa dizendo que as *sindéticas* tomam o nome da conjunção coordenativa que as encabeça.

Ao discorrer sobre subordinação, relação de dependência entre funções sintáticas, define oração subordinada como

(...) *aquela que exerce em outra uma função ou subfunção*, e que por isso não tem autonomia, não vale por si, é parte de outra oração, chamada *principal*. (...)
[A oração subordinada] recebe o nome de acordo com o papel que desempenha na outra da qual é dependente (...) (*idem*, p. 234 - 235)

Assim, as orações subordinadas são: 1) subjetiva; 2) objetiva-direta; 3) completiva do verbo (para a NGB, objetiva indireta); 4) adjetiva; 5) completiva-nominal; 6.1) adverbial temporal; 6.2) adverbial final; 6.3) adverbial condicional; 6.4) adverbial concessiva; e 6.5) adverbial causal. O autor destina à “adverbial concessiva” somente um exemplo literário, sem defini-la, tampouco problematizá-la.

Por fim, ao discutir a sintaxe sintética, Melo trata do emprego das formas ou daquilo que chama de “sintaxe das diversas classes de palavras”. Seu intuito não é fazer um estudo completo e exaustivo do emprego das formas, mas apenas registrar alguns casos que, segundo ele, oferecem maior interesse, seja pela sua raridade, seja pelos desvios que se observam na fala corrente. Para tanto, divide a seção de acordo com as classes de palavras, destinando à conjunção a parte que diz respeito ao emprego das palavras invariáveis.

No entanto, o autor limita-se à problematização de três conjunções, a saber: “senão”, “porém” e “que”. Apesar de não serem objetos da nossa investigação, vejamos o que ele diz da conjunção “porém” em relação a um dos nossos objetos de análise: o “mas”. Ao se referir ao “porém”, Melo (1970, p. 322) diz que “esta adversativa, mais forte que *mas*, pode situar-se à frente, no meio, ou no fim da oração que ela coordena”, permitindo-nos, dessa maneira, inferir que as demais adversativas, inclusive o “mas”, são de uso obrigatório no início de orações.

2.6 *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Cavalcante Bechara

A terceira gramática contemporânea da NGB selecionada para esta investigação é a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara. Nessa gramática — dividida em “fonética e fonologia”, “gramática descritiva e normativa: as unidades no enunciado”, “pontuação”, “noções elementares de estilística” e “noções elementares de versificação” —, Bechara dedica ao tema aqui tratado duas seções, a saber: “formas e funções”, em que trata das classes de palavras e das categorias gramaticais, interessando-nos, com efeito, o estudo das conjunções; e “estrutura do enunciado ou período: a oração e a frase”, em que trata das funções oracionais e das orações complexas e grupos oracionais — a subordinação e a coordenação.

Segundo Bechara, as conjunções são “unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado.” Essas unidades se repartem em dois tipos: “coordenadas” e “subordinadas”. “As conjunções coordenadas reúnem orações que pertencem ao mesmo nível sintático: dizem-se *independentes* umas das outras e, por isso mesmo, podem aparecer em enunciados separados. (...) Daí ser a conjunção coordenativa um *conector*.” (BECHARA, 2004, p. 319) São de três tipos os conectores ou conjunções coordenativas: conjunções aditivas, conjunções alternativas e conjunções adversativas. Detemo-nos nesta última.

Ao se referir às adversativas, Bechara diz que elas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas.” E acrescenta dizendo que

As adversativas por excelência são *mas*, *porém* e *senão*.

Ao contrário das aditivas e alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas se restringem a duas. *Mas* e *porém* acentuam a oposição; *senão* marca a incompatibilidade. (*idem*, p. 321)

Por outro lado, a conjunção subordinativa é um transpositor de um enunciado que passa a uma função de palavra, transpondo a oração subordinada para o nível do substantivo, do adjetivo e do advérbio. (*idem*, p. 320)

Dado isso, Bechara lista as principais conjunções e locuções conjuntivas subordinativas e trata da conjunção subordinativa concessiva, relacionando-a pelo matiz semântico: “CONCESSIVAS: quando iniciam oração que exprime que um obstáculo — real ou suposto — não impedirá ou modificará a declaração da oração principal”.

Ao tratar da estrutura do período, Bechara relaciona as “orações complexas” à subordinação e as “orações compostas”, “grupos oracionais” ou “período composto” à coordenação. Conforme ele, a denominação tradicional de “oração composta” ou “período composto” não corresponde à realidade material da unidade sintática subordinada. “Temos sim orações *complexas*, isto é, orações que têm termos determinantes ou argumentais complexos, representados sob forma de outra oração. Só haverá orações ou períodos *compostos* quando houver *coordenação*.” (*idem*, p. 464)

Dessa forma, divide as orações complexas em três, a saber: orações complexas de transposição substantiva; orações complexas de transposição adjetiva; e orações complexas de transposição adverbial. Vejamos o que diz desta última. Refletindo a classe heterogênea dos advérbios, Bechara divide as orações complexas de transposição adverbial em dois grupos: a) as subordinadas adverbiais propriamente ditas; e b) as subordinadas “comparativas” e “consecutivas”. Interessam-nos para este estudo as primeiras. São subordinadas adverbiais propriamente ditas

(...) porque exercem função própria de advérbio ou locução adverbial e podem ser substituídas por um destes (advérbio ou locução adverbial): estão neste caso as que exprimem as noções de *tempo*, *lugar*, *modo* (substituíveis por advérbio), *causa*, *concessão*, *condição* e *fim* (substituíveis por locuções adverbiais formadas por substantivo e grupos nominais equivalentes introduzidos pelas respectivas preposições). (*idem*, p. 471)

Por fim, combinadas para formar “grupos oracionais” ou “períodos compostos”, as orações coordenadas são orações sintaticamente independentes entre si e estão ligadas por conectores chamados, como vimos acima, conjunções coordenativas. Estas, por sua vez, “apenas marcam o tipo de relação semântica que o falante manifesta entre os conteúdos de pensamento designado em cada uma das orações sintaticamente independentes.” (*idem*, p. 477) Conforme Bechara, são três as relações semânticas marcadas pelas conjunções coordenativas ou conectores: “aditiva”, “alternativa” e “adversativa”. Esta última, foco do nosso estudo, “contrapõe o conteúdo de uma oração ao de outra expressa anteriormente”. (*idem*, p. 478)

2.7 Nova gramática do português contemporâneo, de Celso Ferreira da Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra

Divida em 22 capítulos, a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Ferreira da Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra, é a quarta e última gramática comprometida com a NGB investigada para este trabalho. No capítulo 5, “classe, estrutura e formação de palavras”, os autores estabelecem uma distinção entre “morfema lexical” e “morfema gramatical” ao discutirem a noção de palavra e morfema. Segundo eles,

Os morfemas lexicais têm significação *externa*, porque referente a fatos do mundo extralingüístico, aos símbolos básicos de tudo o que os falantes distinguem na realidade objetiva ou subjetiva.

(...)

Já a significação dos morfemas gramaticais é *interna*, pois deriva das relações e categorias levadas em conta pela língua.

(...)

Outras características, não semânticas, opõem os morfemas lexicais aos gramaticais. Aqueles são de número elevado, indefinido, em virtude de constituírem uma classe aberta, sempre passível de ser acrescida de novos elementos; estes pertencem a uma série fechada, de número definido e restrito no idioma. Em decorrência, se os examinarmos num dado texto, verificaremos que os primeiros apresentam frequência média baixa, em contraste com a frequência média alta dos últimos. (CUNHA & CINTRA, 2007, p. 76 - 77)

Dado isso, no que concerne às classes de palavras, afirmam serem morfemas lexicais os substantivos, os adjetivos, os verbos e os advérbios de modo; enquanto que os artigos, os pronomes, os numerais, as preposições, as conjunções e os demais advérbios, assim como as formas indicadoras de número, gênero, tempo e modo ou aspecto verbal, são classificados como morfemas gramaticais.

Ademais, agrupam as classes de palavras em variáveis e invariáveis, reservando às conjunções a classificação de invariáveis, pois, assim como os advérbios, as preposições e certos pronomes, são classes que não admitem se lhes agregue uma desinência. (*idem*, p. 78)

No capítulo 16, os autores tratam das conjunções. Eles as definem da seguinte forma:

CONJUNÇÕES são os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração.

As CONJUNÇÕES que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical têm o nome de COORDENATIVAS.

(...)

Denominam-se SUBORDINATIVAS as CONJUNÇÕES que ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra. (*idem*, p. 579)

Estabelecidos definição e tipo das conjunções, Cunha e Cintra dividem as conjunções coordenativas em cinco — aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas — e as conjunções subordinativas em oito¹⁰ — causais, concessivas, condicionais, finais, temporais, comparativas, consecutivas e integrantes. Detemo-nos apenas nas coordenativas

¹⁰ Cunha e Cintra chamam nossa atenção para o fato de a Nomenclatura Gramatical Brasileira incluir as conjunções CONFORMATIVAS e as PROPORCIONAIS no rol das conjunções subordinativas, e a Nomenclatura Gramatical Portuguesa não distingui-las das COMPARATIVAS. Por isso, dedicam às conformativas e às proporcionais uma seção à parte no capítulo. (CUNHA & CINTRA, 2007, p. 586, 589 - 590)

adversativas e nas subordinativas concessivas. Consoante eles, as adversativas são aquelas “que ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma idéia de contraste: *mas, porém, todavia, contudo, no entanto, entretanto*”. (*idem*, p. 580) Ao se referirem à posição das conjunções coordenativas adversativas, chamam-nos a atenção para o fato de que apenas o “mas” aparece obrigatoriamente no começo da oração, ao passo que as demais podem vir no início da mesma ou após um dos seus termos. No mais, quando os mesmos autores discorrem sobre os valores particulares que certas conjunções coordenativas podem assumir no discurso, estes destacam o “mas” e afirmam que, além de apresentar a ideia básica de oposição, de contraste, essa conjunção pode exprimir as noções de restrição, de retificação, de atenuação ou compensação, de adição e de outras mais. (*idem*, p. 581-585)

As conjunções subordinativas concessivas, por sua vez,

iniciam uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la[. São elas]: *embora, conquanto, ainda que, mesmo que, posto que, bem que, se bem que, por mais que, por menos que, apesar de que, nem que, que*, etc. (*idem*, p. 586)

Mais adiante, Cunha e Cintra tratam da coordenação e da subordinação na parte da gramática dedicada ao período e sua construção (capítulo 18). Conforme eles, as orações coordenadas podem estar simplesmente justapostas ou ligadas por uma conjunção coordenativa. No primeiro caso, chamam de oração coordenada assindética; já no segundo, de oração coordenada sindética. Quando sindéticas, as orações coordenadas classificam-se conforme o nome das conjunções que as encabeçam: aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva e explicativa, como visto antes. (*idem*, p. 596 - 597)

Já as orações subordinadas funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração e classificam-se em substantivas, adjetivas e adverbiais. Estas últimas, foco de nossa investigação, funcionam como adjunto adverbial de outras orações e vêm, quando desenvolvidas, introduzidas por uma das conjunções subordinativas, exceto a integrante que inicia as orações substantivas. Assim, as orações subordinadas adverbiais serão classificadas consoante o nome da conjunção ou locução conjuntiva que as encabeçar: “causais”, “concessivas”, “condicionais”, “finais”, “temporais”, “consecutivas”, “comparativas”, “conformativas” e “proporcionais”. (*idem*, p.598, 600, 604 - 609)

2.8 Gramática Houaiss da língua portuguesa, de José Carlos Santos de Azeredo

A primeira gramática descomprometida com a NGB investigada para este estudo foi a *gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo. O objetivo da gramática é refletir sobre o funcionamento da linguagem verbal no seu tríplice papel (a) de forma de organização do conhecimento, (b) de meio de codificação do conhecimento em enunciados/textos e (c) de forma de atuação interpessoal. (AZEREDO, 2008, p. 25) Está dividida em oito partes: na primeira parte, veem-se as motivações do autor e os seus propósitos, além de uma breve nota sobre a história do estudo gramatical no Brasil; na segunda, são tratadas questões acerca da natureza da linguagem humana, de sua relação com o conhecimento e de alguns conceitos relativos à interlocução e à construção dos textos; a terceira parte tem o objetivo de delimitar o alcance da gramática, caracterizá-la como um conhecimento que todo usuário tem de sua língua e fornecer uma síntese dos conceitos que permeiam a análise; a quarta parte é subdividida em nove capítulos nos quais se detalham temas da morfologia flexional e da sintaxe, constituindo-se, pois, no “miolo mesmo da obra”; a quinta parte restringe-se ao enfoque da organização sonora da língua; a sexta parte é dedicada aos aspectos formais e semânticos do léxico da língua; a sétima parte destina-se a questões concernentes à expressividade da língua; e a oitava e última parte é formada por apêndices. Deter-nos-emos na quarta parte da gramática.

Conforme Azeredo, as classes de palavras são o substantivo, o adjetivo, o numeral, os pronomes, o artigo, o verbo, o advérbio, a preposição e a conjunção. Arroladas na classe invariável, as conjunções são divididas em subordinativas e coordenativas. A conjunção subordinativa é

a palavra invariável que, anteposta a uma oração com verbo flexionado em tempo, forma com ela um sintagma derivado. As conjunções subordinativas são de duas espécies segundo a classe do sintagma que originam: conjunções integrantes (ou nominalizadores), quando originam sintagmas nominais, e conjunções adverbiais, quando originam sintagmas adverbiais (...). Por sua capacidade de originar sintagmas, as conjunções subordinativas formam ao lado das preposições uma ampla classe de conectivos de subordinação, e, como estas, atuam como transpositores. (AZEREDO, 2008, p. 198)

A coordenativa, por sua vez, é “*a espécie de palavra gramatical que une duas ou mais unidades (palavras, sintagmas ou orações) da mesma classe formal e mesmo valor sintático.*” (*idem*, p. 198) Ademais, afirma ser o “mas” uma conjunção adversativa típica.

Ao tratar do período composto, Azeredo (*idem*, p. 294) afirma serem a coordenação (ou parataxe) e a subordinação (ou hipotaxe) dois processos de construção: a coordenação une partes do texto formal e funcionalmente equivalentes e a subordinação une partes formal e funcionalmente distintas. Para ele, a chave da distinção entre elas é a noção de “hierarquia”.

Ao se combinarem numa construção, as unidades gramaticais — palavras, sintagmas, orações — se associam por dois modos básicos distintos: ou elas se situam no mesmo nível de modo que a presença de uma independe da presença da outra (coordenação), ou elas se situam em níveis distintos, imediatos ou não, de modo que uma delas é a base e a outra serve de complemento ou de termo adjacente (subordinação).

Segundo o autor (*idem*, p. 299 - 300), a coordenação de orações independentes pode se dar ou sem a presença de conectivo, ou com o conectivo explícito. No primeiro caso, a coordenação se chama assindética. No segundo, a relação de sentido pretendida por um enunciador pode vir explícita em um conectivo de adição, de contraste, de opção ou alternância, de esclarecimento e de conclusão. Detenhamo-nos no conectivo de contraste.

A adversativa típica, “mas”, expressa basicamente uma relação de contraste entre dois fatos ou ideias, conforme Azeredo (*idem*, p. 305). Este valor contrastivo pode consistir em uma simples oposição de dois conteúdos ou na quebra de uma expectativa criada pela primeira proposição. O fato ou ideia introduzido por “mas” recebe um realce em face da ideia anterior e se impõe à atenção do ouvinte ou leitor, funcionando como argumento para os efeitos de sentido que o enunciador pretende produzir.

No mais, ainda segundo o autor (*idem*, p. 306), a) para fins de ênfase, utiliza-se após o “mas” uma ou outra expressão com que se acentua uma ou outra variação daquele significado básico: “em compensação”, “apesar disso”, “ainda assim”, “de fato”, “na verdade”, “por outro lado”, “felizmente”, “infelizmente” etc.; b) tanto quanto “e” e “ou”, “mas” pode ligar orações que estejam subordinadas a uma mesma oração principal; c) o “mas” pode ser usado como meio de focalização de uma circunstância; e d) antecedido de “não”, o “mas” expressa uma focalização contrastiva.

A subordinação, por sua vez, se dá por meio de orações substantivas, orações adjetivas e orações adverbiais. Consoante Azeredo (*idem*, p. 322 - 323),

Uma matriz proposicional pode ocorrer no texto sob a forma de um sintagma adverbial, tradicionalmente conhecido como ‘oração adverbial’. A respectiva transposição¹¹ é efetuada por uma conjunção adverbial, uma espécie de palavra gramatical que, colocada antes de uma oração, forma com ela uma unidade apta a um posicionamento flexível em relação à oração base (...).

As orações adverbiais típicas estão sujeitas a esse deslocamento em relação à oração principal. Por serem sintaticamente acessórias, tornam-se relevantes no discurso pela informação que acrescentam ao texto, ou, noutros termos, pela importância que assumem na organização coerente ou lógica do raciocínio. É por isso que certas relações se expressam por meio tanto de conjunções subordinativas adverbiais quanto de conjunções coordenativas. Algumas conjunções estão exclusivamente a serviço da construção do raciocínio lógico, tanto que são conectivos característicos dos textos dissertativos de opinião; outras indicam basicamente relações circunstanciais próprias do discurso narrativo, mas podem assumir

¹¹ Segundo o autor, a transposição é o processo pelo qual se formam sintagmas derivados de outras unidades, as quais podem ser sintagmas básicos ou orações. (AZEREDO, 2008, p. 296)

cumulativamente papéis relacionados à construção do discurso de opinião. Os sentidos expressos pelas orações adverbiais podem ser agrupados em quatro tipos gerais: (a) relação de causalidade, (b) relação de temporalidade, (c) relação de contraste, (d) relação de modo/comparação.

Assim, ocupemo-nos das orações adverbiais que expressam uma relação de contraste.

Após distinguir o contraste adversativo do contraste concessivo, o autor afirma que “na variante concessiva da expressão contrastiva, um certo fato ou ideia é representado como um dado irrelevante para o conteúdo do restante do enunciado”. (*idem*, p. 333) Ainda segundo ele, “a conjunção/locução prepositiva concessiva esvazia a força causal ou argumentativa do fato que ela anuncia, de modo que o conteúdo da oração principal passa a representar o contrário do que se espera.” (*idem*, p. 334)

Após essa explanação, Azeredo (*idem*, p. 334 - 336) destaca algumas locuções de valor concessivo e afirma ser o “embora” uma conjunção corrente, quando se quer expressar uma relação concessiva, ao lado de “apesar de”; uma conjunção que equivale à locução “se bem que”; uma conjunção que significa o mesmo que as locuções “não obstante”, “nada obstante”, “conquanto” e “posto que”, apesar de estas serem expressões conectivas praticamente restritas a usos acadêmicos formais; e uma conjunção que “sempre” introduz uma informação vista como fato real — isso é contrariado em Neves (2011) que vê o “embora” como uma conjunção que, além de introduzir uma informação vista como um fato, a vê também como uma conjunção que veicula uma informação eventual, como veremos a seguir.

2.9 *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves

A segunda gramática descomprometida com a NGB investigada para a feitura deste estudo foi a *gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves. Esse livro “tem como objetivo prover uma descrição do uso efetivo dos itens da língua, compondo uma gramática referencial do português. É um produto prático, mas de orientação teórica definida”. (NEVES, 2011, p. 14) Está dividido em quatro partes: a) a formação básica das predicções: o predicado, os argumentos e os satélites; b) a referenciação situacional e textual: as palavras fóricas; c) a quantificação e a identificação; e d) a junção. Esta última parte, “a junção”, é subdividida em “as preposições”, “as conjunções coordenativas” e “as conjunções

subordinativas adverbiais”. O foco da nossa investigação incide nessas duas últimas subdivisões.

As conjunções coordenativas são divididas em três tipos nessa gramática: as aditivas, as adversativas e as alternativas. Detemo-nos nas adversativas. Conforme Neves, a conjunção coordenativa “mas” “marca uma relação de desigualdade entre os segmentos coordenados, e, por essa característica, não há recursividade na construção com *MAS*, que fica, pois, restrita a dois segmentos”. (*idem*, p. 755) E ainda acrescenta,

Como **coordenador**, o *MAS* evidencia exterioridade entre os dois segmentos coordenados e, a partir daí, coloca o segundo segmento como de algum modo diferente do primeiro, especificando-se essa desigualdade conforme as condições contextuais. (NEVES, 2011, p. 756)

Mais adiante, no que concerne ao modo de construção, a autora afirma serem os sintagmas, as orações e os enunciados os segmentos coordenados por essa conjunção.

Quanto ao valor semântico, há aspectos especiais marcados pelo uso do “mas” nas relações de desigualdade. Essa dessemelhança é utilizada para a organização da informação e para a estruturação da argumentação. Isso implica na manutenção de um dos membros coordenados e a sua negação. Dessa forma, o valor semântico do “mas” tem especificações consoante a sua distribuição. Quando inicia sintagmas, orações ou enunciados, essa conjunção pode indicar somente contraposição ou, mais fortemente, eliminação. Designando contraposição, a oração que o “mas” inicia não elimina o elemento anterior. Antes, admite-o explícita ou implicitamente, mas a ele se contrapõe. Ademais, essa contraposição não necessariamente é em direção oposta, podendo ter a mesma direção, ou, ainda, direção independente. (*idem*, p. 757)

Por outro lado, designando eliminação, a oração iniciada pelo “mas” “elimina o membro coordenado anterior. Suposta ou expressa essa eliminação, o elemento eliminado pode ser, ou não, substituído.” (*idem*, p. 764)

Além disso, o “mas” tem empregos que só ocorrem em início de enunciado, obedecendo a determinações pragmáticas. Nessas construções, ele indica contraposição — em direção oposta, operando-se uma restrição ao que foi enunciado; e em direção independente — e eliminação. (*idem*, p. 767 - 770)

As conjunções subordinativas adverbiais, por sua vez, são divididas em temporais, causais, condicionais, concessivas, finais, comparativas, consecutivas, conformativas, proporcionais e modais. Ocupemo-nos das concessivas.

Segundo Neves, “a construção **concessiva** expressa por um **período composto** é constituída pelo conjunto de uma **oração nuclear**, ou **principal**, e uma **concessiva**.” (*idem*, p. 862)

Já no que diz respeito às relações expressas por essas construções, ela assegura que:

As construções **concessivas** têm sido enquadradas, juntamente com as **adversativas**, entre as conexões **contrastivas**, cujo significado básico é “contrário à expectativa”, um significado que se origina não apenas do conteúdo do que está sendo dito, mas, ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte. (*idem*, p. 864)

Além disso, define a construção concessiva como uma estrutura em que “se combinam uma **oração principal** e uma **oração concessiva** (ou sintagma **concessivo**) que expressa um fato (ou noção), apesar do qual a proposição principal se mantém.” E acrescenta:

Numa construção **concessiva**, vista a partir do esquema lógico, pode-se chamar **p** à **oração concessiva** e **q** à principal. Trata-se de uma construção **concessiva** quando **p** não constitui razão suficiente para **não q**:

“embora **p**, **q**” → “**p** verdadeiro e **q** independente da verdade de **p**”

Em outras palavras, pode-se dizer que, apesar de o fato (ou evento) expresso em **p** constituir uma condição suficiente para a não realização do fato (ou evento) expresso em **q**, **q** se realiza; e, nesse sentido, se pode dizer que a afirmação de **q** independe do que quer que esteja afirmado em **p**. (*idem*, p. 865)

Ainda acresce que são previstos três grandes grupos de construções ligadas a uma oração concessiva: os grupos factuais ou reais; os contrafactuais ou irrealis; e os eventuais. Os grupos que aqui nos importam são os factuais ou reais e os eventuais, uma vez que a expressão típica da relação contrafactual não se faz com a conjunção “embora”, objeto de nossa análise, mas com expressões do tipo de “mesmo que”, “ainda que”, “nem que”.¹² No primeiro grupo, concessivas factuais ou reais, tanto a oração concessiva quanto a oração principal devem ser verdadeiras para que a asserção global também seja verdadeira. “Isso significa que a enunciação de uma factual implica a realização dos conteúdos tanto de **p** [oração concessiva] quanto de **q** [oração principal].” (*idem*, p. 867) No mais, cabe ainda mencionar que as construções factuais podem configurar: um factual no presente típico, em que o verbo da oração principal é expresso no presente do indicativo e o verbo da oração concessiva, no presente do subjuntivo; um factual em que o verbo da oração concessiva é expresso no presente e o da oração principal num futuro tido como certo; um factual em que o verbo da oração concessiva é expresso no presente e o da principal no passado tético; e um factual no passado, em que o verbo da oração concessiva ocorre no pretérito imperfeito do

¹² Essas noções serão mais exploradas no capítulo destinado ao estudo semântico do “mas” e do “embora”.

subjuntivo (simples ou composto), tanto com predicção télica nuclear, quanto com predicção não télica nuclear. (*idem*, p. 881 - 883)

Já no grupo das concessivas eventuais, o conteúdo da proposição da oração principal deve ser verdadeiro, mas o conteúdo da concessiva pode ser verdadeiro ou falso. “Isso significa que existe uma incerteza **epistêmica** sobre a eventual ocorrência do conteúdo proposicional de **p** [oração concessiva].” (*idem*, p. 867) Ademais, importante dizer que nas construções eventuais todas as predicções são do tipo não télico, isto é, nenhuma delas representa um estado de coisas acabado. Quanto ao tempo e modo verbal dessas construções, a oração concessiva apresenta o verbo no presente ou pretérito imperfeito, geralmente no subjuntivo, e a oração principal tem possibilidade de variação dos tempos verbais (presente, futuro do presente e futuro do pretérito do indicativo). (*idem*, p. 883)

Além do exposto, importante destacar que a autora ainda assegura que, como construções contrastivas, as concessivas são essencialmente argumentativas:

Vistas de um ponto de vista **pragmático**, as construções **concessivas** indicam que o falante pressupõe uma objeção à sua asserção, mas que a objeção é por ele refutada, prevalecendo a sua asserção. O que está implicado, aí, é que, nas construções **concessivas** — como nas **condicionais** — existe uma hipótese, que, no caso das **concessivas**, é a hipótese de objeção por parte do interlocutor.

(...)

Para que as construções **concessivas** sejam entendidas dentro desse mecanismo em que o falante pressupõe a objeção do ouvinte, mas a rejeita, pode-se pensar em **tópicos** de contraste estabelecidos nessa relação falante-ouvinte. Esse mecanismo pelo qual o conteúdo da **oração concessiva** é compartilhado por ambos os interlocutores pode ser ilustrado em interações nas quais as interrogações sejam do tipo de “pedido de confirmação” (...).

O mecanismo argumentativo das construções **concessivas** em geral pode resumir-se, afinal, na existência de dois argumentos que conduzem a conclusões implícitas contrárias (...). (*idem*, p. 874 - 875)

A partir dessa ideia de uma base essencialmente argumentativa da construção concessiva, são examinadas as similaridades e as diferenças existentes entre as concessivas e as adversativas. Esse raciocínio é encaminhado com uma correlação das formulações concessivas, em que o falante refuta uma objeção, e com possíveis formulações do tipo adversativo, em que o falante admite/assente uma proposição. (*idem*, p. 876)

Por fim, no que tange à ordem nas construções concessivas, Neves diz que se pode considerar que a ordem dessas construções obedece a propósitos comunicativos; e que nas construções concessivas puras, ou seja, construções sem o elemento adversativo presente, tanto ocorre posposição como anteposição, e, mesmo, intercalação da oração concessiva, sendo mais frequente a posposição da concessiva. (*idem*, p. 878)

2.10 *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho

Finalmente, a terceira e última gramática descomprometida com a NGB pesquisada para a elaboração deste estudo foi a *nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho. Essa gramática é o resultado do filtro de pesquisas das últimas três décadas feitas a partir da ótica do autor, somado a sua experiência docente, resultado de 47 anos de magistério. Divide-se em quinze partes: a) o que se entende por língua e por gramática; b) os sistemas linguísticos; c) história do português brasileiro; d) diversidade do português brasileiro; e) a conversação e o texto; f) primeira abordagem da sentença; g) estrutura funcional da sentença; h) minissentença e sentença simples — tipologias; i) a sentença complexa e sua tipologia; j) o sintagma verbal; k) o sintagma nominal; l) o sintagma adjetival; m) o sintagma adverbial; n) o sintagma preposicional; e o) algumas generalizações sobre a gramática do português brasileiro — a reflexão gramatical. Sua estrutura é a seguinte: há dois textos articulados, um expositivo e outro indagativo — na exposição, quem fala é o autor, interpretando os achados da ciência atual; nas indagações, falam os leitores, por meio de perguntas imaginadas pelo autor. O objetivo dessa estruturação é transformar os leitores numa espécie de coautores, adotando, pois, para a gramática, um ritmo expositivo que se poderia chamar de “estilo revelador”.

Dada a estrutura, foi necessário colher, em algumas partes do texto, o que autor versou sobre as conjunções. Segundo ele, sob o rótulo de conectivo, categoria semântica, a conjunção é a classe de palavra invariável que une palavras, sintagmas e sentenças. (CASTILHO, 2010, p. 55, 133, 668)

No entanto, no 9º capítulo, denominado “a sentença complexa e sua tipologia”, Ataliba de Castilho concentrou o tema de nosso interesse: combinação de sentenças e gramaticalização de conjunções, precipuamente, a coordenação e a subordinação. O objetivo desse capítulo é (i) discutir o estatuto da sentença complexa como resultante da combinação intersentencial; (ii) propor uma tipologia para essas combinações; (iii) estudar a gramaticalização das conjunções e, finalmente; (iv) descrever os tipos de sentenças complexas. Antes de determo-nos na descrição dos tipos de sentenças complexas, faremos uma breve alusão aos outros escopos do capítulo.

A fim de verificar que tipos de relação são estabelecidos entre as sentenças que integram sentenças complexas, Castilho formula quesitos a respeito de suas formas de ligação, graus de coesão e tipologia. No que toca a formas de ligação das sentenças, estas

podem ser justapostas, conjuncionais, não conjuncionais (relação estabelecida por meio de verbo em sua forma nominal — infinitivo, gerúndio e particípio) e correlativas.

Quanto aos graus de integração das sentenças, estas constituem estruturas independentes ou coordenadas, dependentes ou subordinadas e interdependentes ou correlatas. Esses três tipos de relação intersentencial caracterizam as sentenças complexas, entendendo-se, pois, duas ou mais sentenças que funcionam como constituintes de uma mesma unidade sintática, estruturada por coordenação, subordinação ou correlação.

Enfim, no que diz respeito à tipologia das sentenças complexas, estas podem ser descritas a partir dos seguintes parâmetros: coordenação ou independência; subordinação ou dependência; e correlação ou interdependência. (*idem*, p. 337 - 340)

Isso exposto, o autor faz menção às conjunções, dado que, nas sentenças complexas, as ligações intersentenciais se fazem por meio delas. Ao longo dessa seção, Castilho relê, num primeiro momento, alguns linguistas orientados pela Linguística Textual e pela Análise Conversacional: Robert de Beaugrande, Carla Bazzanella e Margarita Porroche Ballesteros. (*idem*, p. 340 - 341)

Num segundo momento, versa sobre algumas conjunções provenientes da recategorização de classes como o substantivo, o verbo, o pronome e o advérbio. (*idem*, p. 341 - 343)

Mais adiante, Ataliba de Castilho trata das propriedades semântico-sintáticas das conjunções. Para tanto, cita Rodolfo Ilari, em seu texto “as conjunções”, presente no volume II da *gramática do português culto falado no Brasil*:

[As conjunções são] palavras dotadas de uma função conectiva, cuja peculiaridade entre os demais conectivos seria a capacidade de se aplicarem a um tipo particular de objetos linguísticos, as orações.

(...)

Uma conjunção típica é externa às orações que conecta, no sentido de que não desempenha nelas qualquer função definida pela estrutura gramatical das mesmas.

Considerando que uma conjunção está sempre entre duas orações, é possível derivar a principal subdivisão das conjunções do tipo de relação que se estabelece entre ambas (...), donde as coordenativas e as subordinativas. (ILARI *apud* CASTILHO, 2010, p. 343 - 344)¹³

Finalmente, num quarto momento, após ter discutido o estatuto da segunda sentença que integra a sentença complexa, Castilho discute o estatuto da primeira sentença e a denomina “primeira sentença coordenada”, no caso da sentença complexa por coordenação; “primeira sentença correlata”, no caso da sentença complexa por correlação; e “sentença matriz”, no caso da sentença complexa por subordinação substantiva, adjetiva e adverbial.

¹³ O texto original está em Ilaria, 2008, p. 809 - 810.

(*idem*, p. 345)

Após essa explanação, o autor trata da coordenação, da subordinação e da correlação. Esta última não é foco de nossa investigação. Conforme ele (2010, p. 346), na coordenação, as sentenças são idênticas ou equivalentes e não podem ser focalizadas, ou seja, as sentenças coordenadas não têm a propriedade de focalização e por isso não podem ser clivadas.

Dando prosseguimento, o autor identifica apenas duas estruturas coordenadas: as aditivas e as adversativas. Segundo ele, somente as coordenadas aditivas e as coordenadas adversativas são as verdadeiras estruturas coordenadas, enquadrando as alternativas entre as correlatas, e as conclusivas e as explicativas entre as subordinadas. (*idem*, p. 348) Essa identificação, contudo, revela uma contradição: na página anterior, 347, Castilho arrola entre os casos de coordenação aquilo que mais adiante chamará de correlação. Isso é observado quando o autor tenta justificar a simetria dos elementos coordenados. Para tanto, atribui ao período “*Amanhã chega Mário ou André?*” a noção de coordenação e não de correlação.

No entanto, como expresse anteriormente, a correlação não constitui o ponto central de nossa pesquisa. Vejamos, assim, como que Castilho define as coordenadas adversativas:

As coordenadas adversativas ou contrajuntivas são ligadas pela conjunção *mas*. O que é dito no segundo termo contraria as expectativas geradas no primeiro, ou, em outros termos, essa conjunção é um “bloqueador da aposição do segundo segmento ao primeiro” (...). (CASTILHO, 2010, p. 351)

Dada a definição, após fazer uma breve alusão histórica do “*mas*”, o autor discorre sobre as propriedades discursivas e sobre as propriedades semântico-sintáticas do vocábulo. Concernente às propriedades discursivas, o “*mas*” pode funcionar como marcador discursivo (usado na interação conversacional), como conectivo textual (unindo unidades discursivas) e como operador argumentativo (alterando o eixo da argumentação). (*idem*, p. 352)

Já no que concerne às propriedades semântico-sintáticas, o uso gramatical de “*mas*”

(...) como conjunção adversativa implica (i) na perda das suas propriedades semânticas de comparação e inclusão, preservadas enquanto marcador discursivo e enquanto conectivo textual; (ii) na perda ainda mais severa de massa fonética, reduzindo-se o dissílabo latino *magis* ao monossílabo português *mas*; (iii) no ganho da propriedade de contrajunção.

(...) Creio que a caminhada de *magis* pode ser refeita observando-se seus usos conversacionais, nos quais encontramos: (i) *mas* inclusivo, em sentenças afirmativas; (ii) *mas* contrajuntivo, em sentenças negativas; (iii) *mas* contrajuntivo, em sentenças formalmente afirmativas, mas com um valor implícito de negação de expectativas. (*idem*, p.353)

Por fim, ao mencionar as demais conjunções adversativas, afirma que elas se refugiam na língua escrita, sendo raras suas ocorrências na língua falada; e cita Mário Perini, em sua

*Gramática descritiva do português*¹⁴, mostrando que a adversativa “porém” ainda tem característica de advérbio, pois se desloca livremente na sentença, diferentemente de “mas” que tem posição fixa. Ademais, diz que o mesmo se pode dizer das conjunções “entretanto” e “contudo”. (*idem*, p. 354)

Na subordinação, por sua vez, as sentenças não se equivalem e podem ser focalizadas, pois funcionam como constituintes de outra sentença. Além disso, as sentenças subordinadas dispõem de três processos de marcação gramatical: por meio de operadores (conjunções subordinativas), por morfemas do modo subjuntivo e das formas nominais do verbo, e pela gramaticalização de verbos evidenciais seguidos da conjunção “que”. (*idem*, p. 346, 355) Ocupemo-nos apenas do processo de marcação gramatical por meio das conjunções subordinativas.

Apesar de o autor estar descomprometido com a NGB, segue a divisão das subordinadas em substantivas, adjetivas e adverbiais. Com efeito, atentaremos para o que ele diz das subordinadas adverbiais. Segundo ele, as adverbiais: a) podem ser integradas em três grandes tipos — causalidade *lato sensu*, em que se enquadram as causais, as condicionais, as concessivas e as explicativas ou conclusivas; temporalidade, aí incluídas as proporcionais; e finalidade —; b) não ficam confortáveis ao lado das substantivas e das adjetivas porque apresentam uma ligação mais fraca com a sentença matriz; e c) são análogas às relações retóricas que constituem um texto em seu conjunto. (*idem*, p. 373) Assim, Castilho analisa as causais, as condicionais, as finais, as concessivas e as temporais.

Foco de nossa investigação, as adverbiais “concessivas estabelecem um contraste com a matriz, assumindo a estrutura ‘Embora *p*, *q*.’” (*idem*, p. 377)¹⁵ Consoante Ataliba de Castilho, as concessivas não são subordinadas adverbiais prototípicas. Embora as subordinadas possam ser focalizadas, ele diz que as adverbiais concessivas são excluídas de testes de focalização, ao lado das comparativas, das consecutivas e das conformativas, reservando às causais, condicionais, temporais, finais e proporcionais o título de subordinadas adverbiais verdadeiras. (*idem*, p. 372, 377)

A fim de melhor descrever a construção concessiva, cita Maria Helena de Moura Neves, em seu texto “as construções concessivas”, presente no volume VII da *gramática do português falado*:

- (i) um antecedente concessivo contém “um fato, ou noção, apesar do qual a proposição principal se sustém” (Brunham, 1911);
- (ii) “nas concessivas, contrariamente a uma expectativa justificável, a escolha do elemento

¹⁴ Cf. PERINI, 2007, p. 145 - 147.

¹⁵ Em que *p* representa a oração concessiva ou sentença concessiva e *q*, a oração principal ou matriz.

disjunto é totalmente irrelevante, pelo menos para o resultado expresso na proposição principal” (Haiman, 1974);
(iii) numa sentença concessiva, “a verdade da oração principal é asseverada, a despeito da proposição contida na oração subordinada” (Mitchell, 1985). NEVES *apud* CASTILHO, 2010, p. 378)¹⁶

No mais, antes de encerrar a seção, Castilho discorre sobre a historicidade do vocábulo “embora”, tema que, por ora, não nos interessa. (*idem*, p. 378 - 379)

¹⁶ O texto original está em NEVES, 1999, p. 546. Importante notar que a autora também fez uma citação, resultando, pois, numa citação da citação.

3 COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

De maneira geral, o enfoque linguístico dado às noções de coordenação e de subordinação não se distingue do enfoque dado pela tradição gramatical. Desse modo, este capítulo focará no que a linguística traz de diferente. Para tanto, serão levadas em conta três obras indispensáveis para esta dissertação: *Comunicação em prosa moderna* (2004), de Othon Moacyr Garcia, “Estruturas de coordenação” (2003), de Gabriela Matos e *Subordinação e coordenação* (2008), de Flávia de Barros Carone.

Othon M. Garcia diz ser a coordenação e a subordinação dois processos sintáticos universais mediante os quais as orações se interligam. Para ele, na coordenação, “as orações se dizem da mesma natureza (ou categoria) e função, devem ter a mesma estrutura sintático-gramatical (estrutura interna) e se interligam por meio de conectivos (...). É, em essência, um processo de *encadeamento* de idéias”. (GARCIA, 2004, p. 42) Enquanto faz tal declaração, o autor afirma, em nota de rodapé, que esse conceito é uma concepção tradicional e ortodoxa, sujeita à revisão.

Na subordinação, por sua vez, Garcia diz não haver paralelismo, mas desigualdade de função e de valores sintáticos. Ainda ele: a subordinação é

um processo de hierarquização, em que o enlace entre as orações é muito mais estreito do que na coordenação. Nesta, as orações se dizem sintática mas nem sempre semanticamente *independentes*; naquela, as orações são sempre *dependentes* de outra, quer quanto ao sentido quer quanto ao travamento sintático. Nenhuma oração subordinada subsiste por si mesma, *i.e.*, sem o apoio da sua principal (que também pode ser outra subordinada) ou da principal do período, da qual, por sua vez, todas as demais dependem. Portanto, se não podem subsistir por si mesmas, se não são independentes, é porque fazem parte de outra, exercem função nessa outra. (GARCIA, 2004, p. 45)

Dito isso, o autor começa a sua já anunciada revisão da ideia tradicional de que as orações coordenadas são independentes e as subordinadas, dependentes. Conforme ele,

Dependência semântica mais do que sintática observa-se também na coordenação, salvo, apenas, talvez, no que diz respeito às conjunções “e”, “ou” e “nem”. (...) Independência significa autonomia, autonomia não apenas de função mas também de sentido. (*idem*, p. 47)

Garcia conclui suas asseverações dizendo que, em frases como ‘Não fui à festa do seu aniversário porque (pois) não me convidaram.’; ‘Não fui à festa do seu aniversário, mas (em compensação) passei-lhe um telegrama.’; e ‘Não fui à festa do seu aniversário; portanto (por consequência) não posso saber quem estava lá.’ há, ao mesmo tempo, uma coordenação gramatical e uma subordinação psicológica: uma falsa coordenação. Isso quer dizer que,

embora haja coordenação quanto à forma, não há coordenação quanto ao sentido, pois existe uma coesão íntima entre as orações ligadas pelas conjunções “porque”, “mas” e “portanto”, respectivamente.

José Carlos Azeredo, entretanto, afirma que o raciocínio de Othon M. Garcia “conduz a muitas confusões, por tornar subjetivos os conceitos de coordenação e subordinação.” (AZEREDO, 2007, p. 51) E ainda acrescenta:

a distinção entre coordenação e subordinação tem um fundamento formal/funcional, que inclui a posição hierárquica das unidades associadas e o lugar dos instrumentos dessa associação: incorporado ao segmento subordinado — no qual funciona como *transpositor* — ou interposto aos segmentos associados — situação típica dos *coordenantes*. (AZEREDO, 2007, p. 51)

Gabriela Matos (2003, p. 551), por sua vez, afirma, de maneira pouco mais didática, que a coordenação é um processo de formação de unidades complexas que se caracteriza por combinar constituintes do mesmo nível categorial que desempenham as mesmas funções sintáticas e semânticas. Porém, ressalta que essa caracterização aplica-se aos casos canônicos de coordenação, reservando atenção especial aos outros casos: coordenações assimétricas.

Antes de tratar dos casos de coordenação assimétrica, enumera três traços que justificam sintaticamente a diferença entre coordenação e subordinação: a) enquanto a subordinação opera sobre unidades oracionais frásicas, a coordenação pode ter por domínio de aplicação todos os tipos de categorias sintáticas (sintagmas ou frases); b) na subordinação, a oração subordinada desempenha sempre na subordinante uma função sintática e uma função temática, enquanto que na coordenação, o membro coordenante não é sujeito de nenhum constituinte incluído no segundo membro coordenado, tampouco o segundo termo coordenado é selecionado como um complemento ou um adjunto de um elemento presente no primeiro membro coordenado; e c) diferentemente do que acontece com as frases subordinadas completivas e adverbiais, os termos coordenados têm muito pouca mobilidade na frase; não podem ser facilmente deslocadas na frase.

Ana Maria Brito (2003, p. 699) corrobora, parcialmente, o terceiro argumento de Matos: “na subordinação adverbial é admissível não só a ordem **conector oração A oração B** (isto é, em primeiro lugar a oração subordinada iniciada pela conjunção e só depois a oração principal), como a ordem **oração B conector oração A.**” E ainda acrescenta em nota de pé de página:

(...) A coordenação só admite *oração A conector oração B*, nunca podendo surgir na ordem *conector oração A oração B* (...).

Além do critério da posição, outros fatores distinguem estruturas coordenadas e estruturas subordinadas. De entre esses factores, Lobo (2001: 294) destaca o da colocação dos

clíticos: na coordenação, e na ausência de proclisadores, a ordem é a ênclise; na subordinação a ordem é a próclise:

- (ii) A Maria chegou à faculdade e cumprimentou-a.
- (iii) A Maria chegou tarde à aula pois perdeu-se. (pois = coordenativo explicativo)
- (iv) A Maria chegou tarde à aula porque se perdeu. (porque = subordinativo causal)

Demais, Matos discute a noção de intercomutabilidade dos termos coordenados e faz forte crítica à tradição gramatical:

A aparentemente intercomutabilidade dos termos coordenados, frequentemente apresentada como uma das propriedades características da coordenação pela Gramática Tradicional, repousa numa certa liberalidade de manipulação dos exemplos e na consideração de um subcaso muito restrito de estruturas coordenadas. Como mostram (11) e (12), a manipulação efectuada consiste em não considerar como parte integrante dos termos coordenados os conectores coordenativos que os introduzem. Adicionalmente, os casos considerados são aqueles em que os termos são semanticamente simétricos e formalmente independentes um do outro, sendo irrelevante qual deles ocupa a posição de coordenante e de coordenado.

- (11) (a) *O João vai ao cinema* mas a Maria vai ao concerto.
(b) A Maria vai ao concerto mas *o João vai ao cinema*.
- (12) (a) Ele levou a criança [não só ao restaurante como *ao cinema*].
(b) Ele levou a criança [não só *ao cinema* como ao restaurante].

Quando os termos coordenados não são nem semanticamente simétricos (cf. (13)) nem formalmente independentes um do outro (cf. (14) e (15a)), estas manipulações não são possíveis, ou porque produzem resultados pragmaticamente anómalos (cf. (13b)) ou porque determinam construções mal-formadas — vejam-se (14b) e (15b), na interpretação em que *Eles* e *a Ana e o Pedro* são co-referentes.

- (13) (a) Senti uma vertigem e desmaiei.
(b) #desmaiei e senti uma vertigem.
- (14) (a) *O João vai ao cinema* mas a Maria não.
(b) *Mas a Maria não, o João vai ao cinema.
- (15) (a) *A Ana e o Pedro* foram para o Algarve, mas *eles* não foram de férias.
(b) **Eles*; não foram de férias mas [*a Ana e o Pedro*]; foram para o Algarve.

Com efeito, em construções elípticas como (14), o membro coordenante tem de estar numa posição estrutural que lhe permita fixar o conteúdo do constituinte elíptico, motivo pelo qual tem de o preceder. Quanto a (15b), a impossibilidade de o pronome sujeito no primeiro membro coordenado ser interpretado como co-referente do sujeito coordenado da frase coordenante pode ser explicada como uma infracção a um dos princípios gerais que guiam o estabelecimento da referência e co-referência das expressões nominais (...). (MATOS, 2003, p. 554 - 555)

No entanto, a distinção entre subordinação e coordenação nem sempre é fácil de estabelecer, pois há construções que estão na fronteira entre uma e outra. Conforme Matos (*idem*, p. 555), esses tipos de casos-fronteira estabelecem nexos entre os membros coordenados que, do ponto de vista semântico, se aproximam da relação entre subordinante e subordinada. Apesar disso, construções classicamente consideradas coordenativas, isto é, construções que exibem explicitamente conjunções de coordenação, comportam-se formalmente como coordenação. Isso se dá porque, em primeiro lugar, nenhum dos seus

membros exibe a mobilidade característica da subordinação e, em segundo lugar, os membros coordenados podem tipicamente ocorrer com autonomia em fragmentos discursivos distintos.

Assim, “a distinção entre coordenação e subordinação é sobretudo de ordem formal e não semântica.” (*idem*, p. 557)

Finalmente, Flávia de B. Carone discute, em sua obra, alguns pontos obscuros concernentes ao tema, principalmente os que persistem no campo da coordenação, geralmente considerada mais fácil que a subordinação. Por esse motivo, decide iniciar os seus estudos pela subordinação, porque, para ela, “a subordinação é, dos dois procedimentos, o mais coerente, constituindo-se também em etapa necessária para a compreensão do outro.” (CARONE, 2008, p. 45) Consoante a autora, na subordinação, a conjunção subordinativa e o pronome relativo operam o fenômeno da translação, ou seja, “têm a propriedade de *transferir* à condição de termo a oração com que se articulam porque, incidindo sobre o verbo (e quem diz *verbo* diz *oração*), conferem-lhe um valor de substantivo, de adjetivo, ou de advérbio.” (*idem*, p. 53) Essa operação é chamada por Lucien Tesnière (1969) de “translação de segundo grau”, característica percebida, segundo ele, somente nas conjunções subordinativas e no pronome relativo.

A partir disso, a autora tenta definir a coordenação, revendo o que ela “não faz”:

Em primeiro lugar, ela *não estrutura* internamente a frase; essa é uma tarefa específica da subordinação. Em segundo lugar, ela *não comporta* a translação, fenômeno que pode alterar qualitativamente um sintagma subordinado. Finalmente, ela *não transfere* uma oração de maneira a conferir-lhe um valor de substantivo, ou de adjetivo, ou de advérbio; *não insere* uma oração em outra; *não reduz* uma oração a termo da outra. (CARONE, 2008, p. 55)

Depois de certificar que sua definição parece vaga, pois afirma que a coordenação não é a subordinação, passa a discutir sobre o lugar da conjunção coordenativa no período. Para tanto, cita Tesnière:

Note-se que o juntivo não faz parte de nenhum dos dois núcleos que ele deve ligar. Assim como o cimento destinado a ligar duas pedras não faz parte nem de uma nem de outra, como o engate que une dois vagões é exterior a eles, assim também o juntivo permanece exterior aos dois núcleos que ele está encarregado de unir. O juntivo não é, portanto, *intranuclear*, mas *extranuclear*. (TESNIÈRE *apud* CARONE, 2008, p. 55)

Conforme as considerações do autor francês, a conjunção coordenativa não pertenceria a nenhuma das orações: estaria entre elas; seria interoracional.

Todavia, a autora defende a opinião de que a conjunção coordenativa pertence à segunda oração coordenada, à oração coordenada sindética. Justifica sua hipótese por meio dos seguintes argumentos: a) a coordenação é um procedimento sintático de estruturação binária, em que cada par de orações constitui uma unidade fechada sobre si mesma; b) a

pausa, morfema suprasegmental, separa nitidamente o segundo bloco do primeiro, isto é, as conjunções são precedidas de uma pausa marcante e formam um grupo de força com o segundo termo da coordenação¹⁷; c) a noção de mobilidade da maior parte das conjunções coordenativas, seja no início, seja no meio, seja no final da segunda oração — jamais na primeira oração¹⁸; d) o valor semântico da conjunção torna óbvio que ela pertence à segunda oração; e e) a concepção anafórica da segunda oração coordenada.

Dado isso, Carone critica a noção de “independência” ou “autonomia” atribuída às orações coordenadas e a de “dependência” atribuída, exclusivamente, às orações subordinadas. Segundo ela, uma oração coordenada sindética (C²), portanto iniciada por uma conjunção coordenativa, pressupõe outra oração (C¹) que deve vir antes na organização frasal. Isso se dá porque a conjunção coordenativa é caracterizada por um movimento retrojetivo, exigindo, com isso, que a sequência das orações seja rígida. Desse modo, “o único sentido válido em que se pode entender a propalada ‘independência’ das orações coordenadas diz respeito ao fato de que a conjunção coordenativa não opera o fenômeno da translação”. (*idem*, p. 61) Ou seja, conjunções coordenativas não têm a propriedade de transferir à condição de termo a oração com que se articulam; não têm, pois, a propriedade de reduzir uma oração a termo de outra oração, tornando-o dependente.

E conclui: “a oração subordinada, sofrendo translação, incorpora-se à oração subordinante como um termo seu, e esse conjunto forma um *todo*. (...) Com a oração coordenada não ocorre a translação: são *dois todos* que se relacionam (...)”. (*idem*, p.71)

Dessa forma, diferentemente de Othon M. Garcia — que assevera que “independência” está, necessariamente, relacionada, ao mesmo tempo, com a semântica e com a sintaxe, não sendo, portanto, a coordenação um processo no qual haja independência — e semelhantemente a Gabriela Matos, Flávia Carone separa essas duas categorias gramaticais, atribuindo à sintaxe a noção de “independência” e à semântica, a de “dependência”, no que diz respeito à coordenação de orações.

¹⁷ Essa noção será desenvolvida no capítulo posterior sob a égide da Semântica Enunciativa.

¹⁸ A fim de explicitar essa noção, Carone nos apresenta três exemplos:

- Duvido de você; *portanto*, não insista em convencer-me.
- Duvido de você; não insista, *portanto*, em convencer-me.
- Duvido de você; não insista em convencer-me, *portanto*.

4 “MAS” E “EMBORA”: UMA DESCRIÇÃO À LUZ DA SEMÂNTICA ENUNCIATIVA

Neste capítulo, se pretende descrever, além do comportamento morfossintático e semântico-pragmático dos operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias, “mas” e “embora”, e das orações encabeçadas por eles, a divisão entonacional no interior de uma frase e a questão da polifonia em enunciados com operadores do tipo de “mas”.

Para tanto, num primeiro momento, tomando como base as ideias de Eduardo Guimarães (2007) — que procura rever e modificar os estudos feitos sobre as conjunções à luz da linguística textual e da semântica formal, dois polos de interlocução constantes em seu trabalho —, serão levados em conta: a) a questão da correlação dos modos verbais; b) a possibilidade de inversão de orações iniciadas por essas conjunções; c) a articulação por sobre os limites de frase — na linguagem escrita, corresponde à possibilidade de a conjunção articular a oração que inicia com a que vem antes de um ponto —; d) o encadeamento no texto; e) a divisão das orações para dois locutores numa conversa; e f) a divisão entonacional no interior da frase.

Num segundo momento, em se tratando da semântica e das questões argumentativas de enunciados em que essas conjunções estão presentes, serão levados em consideração o valor semântico do “mas” — contraposição e eliminação —, o valor semântico do “embora” — concessivas factuais ou reais e concessivas eventuais —, as noções de polifonia e estilo, e as noções de orientação e de escala argumentativa, que em muito nos auxiliarão para melhor entendermos os procedimentos de transformação das orações adversativas em concessivas e vice-versa — resguardando aqui a Nomenclatura Gramatical Brasileira, a fim de uma mais clara exposição. No mais, serão examinadas as similaridades e as diferenças que há entre as adversativas e as concessivas, “mas” e “embora”, respectivamente.

Além disso, enquanto se for traçando o percurso descritivo, se lançará mão do *corpus* de textos de opinião a fim de corroborar as afirmações feitas e registrar, quantitativamente, algumas ocorrências.

4.1 “Mas”

Antes de dar início ao estudo da conjunção “mas”, é importante observar que, sob a ótica da linguística textual, criou-se uma distinção entre dois tipos de “mas”, simbolizados por *SN* e por *PA*. Segundo Ducrot & Vogt (1979)¹⁹, o *mas_{SN}* é realizado em espanhol por *sino* e em alemão por *sondern*; é uma evolução do advérbio latino *magis*, que era um dos meios utilizados para formar o comparativo de superioridade, e não do adversativo latino *sed*. O *mas_{PA}*, por sua vez, é realizado em espanhol por *pero* e em alemão por *aber*, e, conforme os mesmos autores, há duas hipóteses históricas: a primeira é que o *mas_{PA}* tenha derivado diretamente de *magis* em empregos provenientes do latim vulgar e, portanto, pouco atestados; e a segunda é que a passagem tenha se dado indiretamente, ou seja, *magis* teria dado somente o *mas_{SN}* que, por sua vez, teria gradativa e progressivamente se transformado para preencher a função *PA*.

Assim, o primeiro (*mas_{SN}*) tem uma função opositiva, mas não argumentativa; aparece sempre depois de uma proposição negativa, com uma função retificadora de algo suposta ou realmente dito antes. Ele aparece em enunciados do tipo:

(1) “[Ataques terroristas] não serão evitados com a mera presença policial, mas sim com um trabalho de investigação”.²⁰

Já o segundo tipo (*mas_{PA}*) não exige que a proposição precedente seja negativa. Sua função é introduzir uma proposição (q) que orienta para uma conclusão não-r (ou ~r) oposta a uma conclusão (r) para a qual (p) poderia conduzir. Observe:

(2) “Quis oscilar, mas terminou dizendo que um dos seus bisavôs era judeu.”²¹

Importante notar que, conforme Eduardo Guimarães (2007, p. 109), “os estudos argumentativos feitos sobre o *mas* normalmente consideram que o *mas_{SN}* não estabelece orientação argumentativa, enquanto que o *mas_{PA}* sim”. Isso pôde ser observado no *corpus* constituído de textos de opinião: por conta desse gênero, contaram-se apenas cinco ocorrências de *mas_{SN}* (7%) de um total de setenta e duas ocorrências.

¹⁹ Este artigo também foi publicado em língua portuguesa e faz parte do livro *Linguagem, pragmática e ideologia*, de Carlos Vogt, de 1980.

²⁰ Jornal do Brasil *on-line*, de 14 de junho de 2012.

²¹ O Estado, CE, *on-line*, de 30 de outubro de 2012.

No mais, foram encontradas no mesmo *corpus* quatro diferentes ocorrências do “mas” (5,5%), duas das quais como operadores que somam argumentos que fazem parte de uma mesma classe argumentativa — como em enunciados constituídos com “não só... mas (também)” —; e duas como marcadores discursivos que, consoante a descrição do professor Ataliba de Castilho (2010, p. 683), é uma expressão da língua falada usada para organizar o texto, para dirigir-se ao interlocutor ou mesmo para garantir a posse da palavra num momento de hesitação. Observe uma das ocorrências do “mas” como marcador discursivo:

(3) “A pesquisa que o Datafolha publica hoje confirma a arrancada de Fernando Haddad, o candidato do PT à Prefeitura de São Paulo. Os 17 pontos de vantagem obtidos sobre José Serra, do PSDB, tornam uma virada muito difícil, embora não impossível, no lapso de nove dias até a votação.

“A reação do candidato tucano parece ainda mais improvável quando se observam as características das forças que limitam seu desempenho. Baixou um pouco, mas ainda chega a 42% a fatia dos paulistanos que consideram ruim ou péssima a gestão de Gilberto Kassab (PSD), o pupilo que Serra deixou na prefeitura no início de 2006, quando saiu para disputar, e conquistar, o governo estadual.

(...)

“Do lado petista, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a julgar pela pesquisa, parece prestes a conquistar mais uma importante vitória eleitoral.

“Repetiu com Haddad, em São Paulo, a fórmula que havia levado a desconhecida Dilma Rousseff à Presidência. Enxergou, ao contrário dos tucanos, a necessidade de renovar quadros petistas e virar a página da geração de líderes afinal condenada pelo mensalão.

“Mas e Fernando Haddad? Estará à altura da tarefa de governar a maior e mais complexa cidade da América do Sul?”²²

Observa-se que o enunciador usa esse tipo de marcador discursivo para dirigir-se ao seu coenunciador e para que recuperem juntos um dos temas do texto, “Fernando Haddad”. Apesar de haver duas ocorrências do “mas” como marcador discursivo no *corpus* de textos de opinião, esse tipo de “mas” não será aqui analisado: além de não ser muito comum em textos de língua padrão culta escrita, constitui ele apenas duas ocorrências, o que faz com que não

²² Folha de São Paulo *on-line*, de 30 de outubro de 2012.

seja relevante para a pesquisa. Além disso, as duas ocorrências de operadores do tipo “não só... mas (também)”, que somam argumentos, também não serão tratados aqui, pois esta pesquisa destina-se ao estudo do “mas” como operador que contrapõe argumentos.

Dessa forma, na seção destinada à descrição semântica e argumentativa da conjunção “mas”, somente o *mas_{PA}* — que representa 87,5% das ocorrências no *corpus* de textos de opinião — será descrito.

4.1.1 Ma_{SN}

A) Correlação dos modos verbais em períodos em que haja o *mas_{SN}*

Há concordância modal entre as orações de enunciados com esse tipo de conjunção. Observe o exemplo supracitado:

(1) “[Ataques terroristas] não serão evitados com a mera presença policial, mas sim com um trabalho de investigação”.

Se desenvolvermos a segunda oração, a iniciada pelo *mas_{SN}*, por meio da paráfrase, perceberemos a correlação modal:

(1a) Ataques terroristas não serão evitados com a mera presença policial, mas serão evitados com um trabalho de investigação.

Observe outra ocorrência:

(4) “Não se trata de um jogo de ganhadores e perdedores, mas de um processo em que todos se beneficiam no médio e longo prazos pela simplificação e redução da carga excessiva de impostos que hoje recai sobre a produção.”²³

Parafraçando:

²³ O Globo *on-line*, de 30 de outubro de 2012.

(4a) Não se trata de um jogo de ganhadores e perdedores, mas se trata de um processo em que todos se beneficiam no médio e longo prazos pela simplificação e redução da carga excessiva de impostos que hoje recai sobre a produção.

Como se observa, tanto na primeira quanto na segunda oração coordenada pelo *mas_{SN}*, o verbo está no presente do modo indicativo. Vejamos outra possibilidade:

(4b) Não se trate de um jogo de ganhadores e perdedores, mas se trate de um processo em que todos se beneficiam no médio e longo prazos pela simplificação e redução da carga excessiva de impostos que hoje recai sobre a produção.

Ambas as orações coordenadas pelo *mas_{SN}* têm o verbo no presente do modo subjuntivo.

Contudo, observe a impossibilidade:

(4c) *Não se trata de um jogo de ganhadores e perdedores, mas (se trate) de um processo em que todos se beneficiam no médio e longo prazos pela simplificação e redução da carga excessiva de impostos que hoje recai sobre a produção.

Porém, observa-se a possibilidade em:

(4d) Não se trata de um jogo de ganhadores e perdedores, mas talvez (se trate) de um processo em que todos se beneficiam no médio e longo prazos pela simplificação e redução da carga excessiva de impostos que hoje recai sobre a produção.

Nesse último caso, Eduardo Guimarães (2007) acredita estar diante de um *mas_{PA}* e não de um *mas_{SN}*.

De qualquer forma, constata-se que não só há uma concordância modal entre as orações, como também uma mobilidade modal em orações ligadas pelo *mas_{SN}*.

B) Possibilidade de inversão das orações

A possibilidade de inversão das orações iniciadas pelo *mas_{SN}* é inexistente. Observe:

(1b) *Mas sim com um trabalho de investigação, [ataques terroristas] não serão evitados com a mera presença policial.

C) Possibilidade de articulação por sobre os limites de frase

Como já exposto, esse recurso corresponde à possibilidade de a conjunção articular a oração que inicia com a que vem antes de um ponto na linguagem escrita. Esse recurso parece impossível com o *mas_{SN}*, haja vista ser a retificação parte do mesmo ato de enunciação. Parece impossível, pois, dizer:

(1c) [Ataques terroristas] não serão evitados com a mera presença policial. Mas sim com um trabalho de investigação.

Como bem nos ensina Alan Boag Munn (1993), o “mas” não pode iniciar uma sentença porque estará sempre entre os constituintes que forem coordenados, sendo alçado, portanto, a núcleo do sintagma chamado pelo autor de “booleano”.

D) Modo de encadeamento no texto

Pelo encadeamento de (1) com *creio que* em:

(1d) Creio que [ataques terroristas] não serão evitados com a mera presença policial, mas sim com um trabalho de investigação.

Percebe-se que o enunciado “[ataques terroristas] não serão evitados com a mera presença policial, mas sim com um trabalho de investigação” é tomado como um todo que se encadeia com “creio que”. Isso corrobora o que foi dito em C): sendo o enunciado tomado como um todo, não pode ele ser separado por um ponto.

E) Divisão para dois locutores em uma conversa

Não parece muito comum um diálogo do tipo:

(1e) L_1 — [Ataques terroristas] não serão evitados com a mera presença policial.

L_2 — Mas sim com um trabalho de investigação.

Estranha-se esse tipo de possibilidade por ser a retificação, iniciada pelo *mas_{SN}*, parte da fala do mesmo enunciador.

F) Divisão entonacional no interior da frase

Vejamos agora a perspectiva fonológica. Antes de considerar este aspecto, Guimarães (2007, p. 37 - 38) adverte que a barra é uma convenção usada para indicar que a curva entonacional assinala final de um grupo prosódico no ponto em que for colocada. Nas palavras do autor:

Vou usar aqui a noção de grupo prosódico como significando que a entoação tem uma curva descendente que se fecha no ponto em que colocarei a barra. Esta curva é independente da existência de pausa. Pode haver ou não pausa. Inclusive a presença de pausa não indica fim de grupo prosódico se a entoação se mantiver num ponto alto no lugar da pausa. (...)

Mais uma especificação. Estarei falando mais da possibilidade desta curva entonacional do que de uma obrigatoriedade de ocorrência. (GUIMARÃES, 2007, p. 38)

Assim, em enunciados em que há o *mas_{SN}*, têm-se dois grupos prosódicos, e a divisão desses grupos se dá antes da conjunção. Veja a possibilidade em:

(1f) [Ataques terroristas] não serão evitados com a mera presença policial / mas sim com um trabalho de investigação.

Constata-se que essa divisão é depreendida pela vírgula em linguagem escrita.

Agora, note a impossibilidade em:

(1g) [Ataques terroristas] não serão evitados com a mera presença policial mas / sim com um trabalho de investigação.

Neste caso, a impossibilidade é constatada porque a divisão em dois grupos prosódicos se deu depois da conjunção.

4.1.2 Mas_{PA}

Passemos agora à descrição do *mas_{PA}* nos enunciados. Para tanto, tomemos o seguinte excerto:

(5) “O plano de Haddad, de agosto, tem 125 páginas e 728 propostas. O de Serra, apresentado segunda-feira, abrange 72 páginas e 239 propostas. O nível de detalhes do programa petista pode ser maior, mas ambos pecam pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos.”²⁴

A) Correlação dos modos verbais

Como podemos observar, tanto a primeira oração quanto a segunda coordenada pelo *mas_{PA}* têm o verbo no modo indicativo.

Se parafrasearmos o enunciado mudando o tempo verbal, o modo continuará o mesmo:

(5a) O nível de detalhes do programa petista podia ser maior, mas ambos pecaram pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos.

Contudo, parecem inaceitáveis enunciados do tipo:

(5b) *O nível de detalhes do programa petista possa ser maior, mas ambos pecam pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos.

Guimarães (2007, p. 65) asseverou que a mobilidade modal é possível, desde que a primeira oração não esteja no subjuntivo como na paráfrase supracitada. Observe:

(5c) O nível de detalhes do programa petista pode ser maior, mas (talvez) ambos pequem pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos.

²⁴ Folha de São Paulo *on-line*, de 21 de outubro de 2012.

Aqui, como para o *mas_{SN}*, a concordância e a mobilidade modais entre as orações são patentes, salvo em casos como a paráfrase (5c) em que a oração sindética tem o verbo no modo subjuntivo enquanto a oração precedente tem o verbo no indicativo.

De acordo com o *corpus* de textos de opinião analisado, quase todas as ocorrências apresentam verbos explícitos em concordância modal. Excetua-se, porém, uma ocorrência em que o verbo da oração sindética está em sua forma nominal:

(6) “Ele, após sofrer um TCE, voltou à profissão, mas usando um capacete especial (...).”²⁵

Além dessa ocorrência, constata-se também cinco outras em que as orações iniciadas pelo *mas_{PA}* têm seus verbos elípticos. Isso é ilustrado com a seguinte passagem:

(7) “Haddad e Serra dedicam boa parte das promessas ao setor, mas com algumas divergências.”²⁶

B) Possibilidade de inversão das orações

Assim como acontece com o *mas_{SN}*, a inversão de orações ligadas pelo *mas_{PA}* é inviável. Observe:

(5d) *Mas ambos pecam pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos, o nível de detalhes do programa petista pode ser maior.

C) Possibilidade de articulação por sobre os limites de frase

A possibilidade de articulação por sobre os limites de frase com o *mas_{PA}* é possível. Considere:

(5e) O nível de detalhes do programa petista pode ser maior. Mas ambos pecam pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos.

²⁵ Zero Hora, RS, *on-line*, de 21 de outubro de 2012.

²⁶ Folha de São Paulo *on-line*, de 21 de outubro de 2012.

Essa possibilidade é bastante corrente em língua portuguesa. Foi observado no *corpus* de textos de opinião que, das sessenta e três ocorrências de *masPA*, dezenove delas (30,1%) representam essa possibilidade de introduzir sentenças. Além disso, das dezenove, três delas introduzem parágrafos que se opõem a parágrafos anteriores. Observe uma das ocorrências:

(8) “Esse plano inclui umas poucas medidas estruturais, como o corte de encargos trabalhistas de algumas dezenas de setores. É uma solução mal construída, por ser improvisada, mas a direção é correta. A maior parte da política é voluntarista e confusa. Tarifas de importação de 200 produtos foram recentemente elevadas. Foram mantidas dentro do limite acordado com a OMC, mas, ainda assim, são claramente protecionistas. O objetivo é favorecer alguns setores, num estilo de ação típica da política do Mercosul. A isso se acrescenta a manipulação discriminatória do IPI, com alíquotas mais altas para veículos sem um determinado conteúdo nacional. Ações desse tipo são dificilmente defensáveis na OMC.

“Mas a ilegalidade é apenas parte do problema. O Brasil tem longuíssima experiência de política industrial baseada em medidas protecionistas. Esse tipo de política durou muito além do prazo razoável, quando as indústrias só por brincadeira seriam classificadas como nascentes.”²⁷

D) Modo de encadeamento no texto

Faça-se o encadeamento, aqui também, com “creio que”:

(5f) Creio que o nível de detalhes do programa petista pode ser maior, mas ambos pecam pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos.

Percebe-se que o que se encadeia com “creio que” é somente a primeira oração de (5f) — “creio que o nível de detalhes do programa petista pode ser maior” —, com a qual se encadeia “mas ambos pecam pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos”. Ou seja, as orações são tomadas separadamente no encadeamento.

E) Divisão para dois locutores em uma conversa

²⁷ O Estado de São Paulo *on-line*, de 2 de novembro de 2012.

Não se percebe problema algum em encontrar:

(5g) L₁ — O nível de detalhes do programa petista pode ser maior.

L₂ — Mas ambos pecam pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos.

Atribuiu-se, nesse caso, a dois locutores duas proposições, em que o segundo locutor, L₂, quebra a expectativa do primeiro locutor.

F) Divisão entonacional no interior da frase

Temos aqui dois grupos prosódicos que coincidem com as orações. É possível:

(5h) O nível de detalhes do programa petista pode ser maior / mas ambos pecam pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos.

No entanto, é estranho, ou quem sabe impossível:

(5i) O nível de detalhes do programa petista pode ser maior mas / ambos pecam pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos.

4.2 “Embora”

Resultado da aglutinação da expressão “em boa hora”, usada na era medieval como correlata e oposta da expressão “em má hora”, a conjunção “embora” deriva do advérbio homônimo: “embora”. Após o exame da *Gramática histórica da língua portuguesa*, de Said Ali, Eduardo Guimarães (2007, p. 171) indica que as mudanças que vão da expressão “em boa hora” à conjunção “embora” apresentam três momentos: a) “em boa hora” e “embora” eram usados para desejar bom augúrio, até o século XV; b) “embora” era usado para desejar bom augúrio e para conceder a possibilidade ou indicar a não oposição, do século XV até o século XVII; e c) “embora” era usado como advérbio fixado a verbos como “ir”, “vir” e “mandar”, e como conjunção concessiva, a partir do século XVIII. Ademais, Guimarães ainda menciona o

uso do “embora” como classe substantiva (só na forma plural “emboras”) e como classe interjetiva, como atestam formas do século XIX.

Depois dessa breve notícia histórica, passemos à descrição. Será utilizado como parâmetro de análise o seguinte excerto do *corpus* de textos de opinião:

(9) “(...) as medidas protecionistas são inequívocas e indefensáveis, embora sejam toleradas e até estimuladas pelo governo brasileiro.”²⁸

A) Correlação dos modos verbais

A partir do exemplo dado, observa-se que os modos verbais são diferentes: o modo verbal da oração iniciada pela conjunção “embora” está no subjuntivo e o da outra oração, a principal, no indicativo. Importante notar que a oração introduzida pelo “embora” normalmente estará no subjuntivo.

Observe a impossibilidade:

(9a) *As medidas protecionistas são inequívocas e indefensáveis, embora são toleradas e até estimuladas pelo governo brasileiro.

(9b) (?) As medidas protecionistas talvez sejam inequívocas e indefensáveis, embora sejam toleradas e até estimuladas pelo governo brasileiro.

Nesse caso, as duas orações não têm concordância e mobilidade modais correspondentes.

No mais, Eduardo Guimarães (2007, p. 67) chama a atenção para o fato de que “a oração com a conjunção (*embora*) estará sempre no subjuntivo”; e Cláudio Brandão (1963, p. 420) assevera que a conjunção “*Embora* sempre requer o subjuntivo” — pelo menos em linguagem escrita.

Por outro lado, Maria Helena de Moura Neves (1999, p. 572) documenta, a partir de um *corpus* de linguagem oral que analisou em “As construções concessivas”, que 3,85% de enunciados construídos com a conjunção “embora” têm a relação indicativo / indicativo, isto é, o modo indicativo na oração nuclear e o modo indicativo na oração subordinada, revelando,

²⁸ O Estado de São Paulo *on-line*, de 2 de novembro de 2012.

portanto, não só a correspondência modal das orações, mas também a não ocorrência do subjuntivo na oração encabeçada pelo “embora”.

Contudo, o *corpus* de textos de opinião aqui analisado revela que, das quarenta ocorrências do “embora”, trinta e uma delas (77,5%) têm o verbo da oração concessiva no subjuntivo; cinco (12,5%) têm o verbo da oração concessiva na forma nominal; e quatro (10%) têm o verbo da oração concessiva elíptico.

B) Possibilidade de inversão das orações

É bastante comum encontrarmos a anteposição da oração concessiva:

(9c) Embora sejam toleradas e até estimuladas pelo governo brasileiro, as medidas protecionistas são inequívocas e indefensáveis.

Veja outro exemplo:

(10) “Embora ainda careçam de análises aprofundadas de desempenho e de controles adequados, as OS [organizações sociais] propiciam vantagens evidentes.”²⁹

Dessa forma, constata-se que a inversão é possível.

C) Possibilidade de articulação por sobre os limites de frase

Seria inaceitável um enunciado do tipo:

(9d) *As medidas protecionistas são inequívocas e indefensáveis. Embora sejam toleradas e até estimuladas pelo governo brasileiro.

Essa articulação não parece, pois, possível.

D) Modo de encadeamento no texto

²⁹ Folha de São Paulo *on-line*, de 25 de outubro de 2012.

Encadeando (9) com “sei que”, teremos:

(9e) Sei que as medidas protecionistas são inequívocas e indefensáveis, embora sejam toleradas e até estimuladas pelo governo brasileiro.

Parece adequado considerar para (9e) que a “sei que” se encadeia “as medidas protecionistas são inequívocas e indefensáveis” e depois “Sei que as medidas protecionistas são inequívocas e indefensáveis” se encadeia a “embora sejam toleradas e até estimuladas pelo governo brasileiro”. O encadeamento não toma, portanto, a frase como um todo.

E) Divisão para dois locutores em uma conversa

É uma divisão possível. Observe:

(9f) L1 — As medidas protecionistas são inequívocas e indefensáveis.

L2 — Embora sejam toleradas e até estimuladas pelo governo brasileiro.

F) Divisão entonacional no interior da frase

Aqui, como no caso do “mas”, cada oração corresponde a um grupo prosódico. Veja:

(9g) As medidas protecionistas são inequívocas e indefensáveis / embora sejam toleradas e até estimuladas pelo governo brasileiro.

E não:

(9h) As medidas protecionistas são inequívocas e indefensáveis embora / sejam toleradas e até estimuladas pelo governo brasileiro.

4.3 Semântica

4.3.1 O valor semântico do “mas”

Conforme Neves (2011), há aspectos especiais marcados pelo uso do “mas” nas relações de desigualdade. Essa desigualdade é utilizada para a organização da informação e para a estruturação da argumentação. Isso, segundo a mesma autora, implica na manutenção de um dos membros coordenados e a sua negação.

O valor semântico do “mas” tem especificações consoante a sua distribuição. Quando inicia sintagmas, orações ou enunciados, o “mas” pode indicar somente contraposição ou, mais fortemente, eliminação. Designando contraposição, a oração que o “mas” inicia não elimina o elemento anterior. Antes, admite-o explícita ou implicitamente, mas a ele se contrapõe. Observe:

(10) (...) muito me abalam os traumatismos cranianos no futebol.

As manifestações tendem a ser momentâneas, mas, pelo fato de o choque ocorrer sem previsão e natural defesa, os danos podem ser permanentes, de natureza cognitiva ou motora.³⁰

(11) Genoino já foi condenado, mas o julgamento do mensalão no STF ainda não foi concluído.³¹

(12) Como em toda atividade laboral de risco, o futebol deveria ter, por lei, a obrigatoriedade da utilização desse EPI (equipamento de proteção individual), além de outros, como caneleiras, já em uso, e protetores bucais. Pode parecer estranho, incômodo, mas é indispensável, estou convicto. Outros esportes de contato físico já o adotaram.³²

Nos dois primeiros excertos, a contraposição se dá a partir da utilização do contraste entre expressões de significação oposta. Em (10), observa-se, de um lado, as “manifestações momentâneas” decorrentes dos choques sofridos por jogadores de futebol, e de outro, a possibilidade de os danos consequentes desse choque serem “permanentes” — o contraste se dá, pois, entre os vocábulos “momentâneas” e “permanentes”.

³⁰ Zero Hora, RS, *on-line*, de 21 de outubro de 2012.

³¹ O Estado de São Paulo *on-line*, de 02 de novembro de 2012.

³² Zero Hora, RS, *on-line*, de 21 de outubro de 2012.

Em (11), por sua vez, o contraste é percebido por meio da utilização dos advérbios “já” e “ainda”, este reforçado pelo advérbio de negação, “não”. O fato de José Genoino já ter sido condenado pelo Supremo Tribunal de Justiça não dá como concluído o julgamento do mensalão: o Supremo ainda não decidiu se os parlamentares condenados perderão seus mandatos automaticamente ou se deverão ser julgados pelos pares.

Já em (12), a contraposição se dá a partir da utilização do contraste entre o positivo e o negativo: a utilização de equipamentos de proteção individual, EPI, pode parecer estranha, incômoda (negativo), ainda assim é indispensável (positivo) na opinião do vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul e médico ortopedista, Beto Grill. O artigo trata da criação de uma lei que regularize o uso de equipamentos de proteção, como o capacete, que possam amenizar as lesões causadas por choques entre atletas em jogos de futebol.

Por outro lado, designando eliminação, a oração iniciada pelo “mas” elimina o membro coordenado anterior. Suposta ou expressa essa eliminação, o elemento eliminado pode ser, ou não, substituído. Observe:

(13) (...) Haddad e Serra recorrem a iniciativas acessórias, como ensino técnico — que não é prioridade da prefeitura —, ou desejáveis mas discutíveis do ponto de vista do custo, como a jornada integral.³³

(14) Haddad, candidato de oposição ao prefeito Gilberto Kassab (PSD), promete mudanças substanciais nas políticas, como para a saúde, mas soa enganoso com seu propagandístico Arco do Futuro, que rebatiza ações já previstas pela atual administração.³⁴

(15) Os corredores de ônibus prometidos — mas não realizados — pela atual gestão serão, enfim, construídos?³⁵

Esses textos expressam bem a eliminação. No primeiro trecho, (13), o fato de Haddad e Serra recorrerem a iniciativas acessórias ou desejáveis, no que concerne à educação, é desprezado com a informação em foco na oração subsequente: são iniciativas “discutíveis do ponto de vista do custo”. Ou seja, os candidatos fantasiam suas propostas de governo para

³³ Folha de São Paulo *on-line*, de 21 de outubro de 2012.

³⁴ Folha de São Paulo *on-line*, de 21 de outubro de 2012.

³⁵ Folha de São Paulo *on-line*, de 14 de outubro de 2012.

educação, esquecendo, por exemplo, que uma jornada integral é custosa e que o ensino técnico não é prioridade da prefeitura, mas do governo estadual.

No segundo fragmento, (14), a eliminação é constatada no início do discurso crítico que rejeita as promessas de mudanças substanciais nas políticas. Ao afirmar que Fernando Haddad soa enganoso com seu propagandístico Arco do Futuro, o editorial da Folha de São Paulo nega as pseudopromessas do candidato petista.

Já no terceiro excerto, (15), observamos que a eliminação se dá mediante a afirmação de que a construção dos corredores de ônibus não foi realizada, depois de uma promessa feita pelo então atual governo. Essa eliminação é enfatizada pela oposição estabelecida entre “prometidos” e “não realizados”.

No mais, o “mas” tem empregos que só ocorrem em início de enunciado obedecendo a determinações pragmáticas. Nessas construções, ele também indica contraposição e eliminação.

4.3.2 As relações expressas pelas conjunções concessivas: o valor semântico do “embora”

Uma das definições mais aceitas entre os estudiosos para a construção de argumentos concessivos é a que diz que há uma combinação de uma oração chamada principal e outra chamada concessiva. Nessa estrutura, observamos um fato (ou noção) expresso que em nada invalida a mensagem contida na oração principal. Isso significa que o que é expresso na oração principal é afirmado, assegurado, dado como certo, apesar do enunciado contido na oração subordinada adverbial concessiva. Segundo Neves (2011, p. 865):

Numa construção **concessiva**, vista a partir do esquema lógico, pode-se chamar **p** à **oração concessiva** e **q** à principal. Trata-se de uma construção **concessiva** quando **p** não constitui razão suficiente para **não q**:

“embora **p, q**” → “**p** verdadeiro e **q** independente da verdade de **p**”

Em outras palavras, pode-se dizer que, apesar de o fato (ou evento) expresso em **p** constituir uma condição suficiente para a não realização do fato (ou evento) expresso em **q, q** se realiza; e, nesse sentido, se pode dizer que a afirmação de **q** independe do que quer que esteja afirmado em **p**.

Como já mencionado na seção referente à *Gramática de usos do português* (2011), de Maria Helena de Moura Neves, três grandes grupos de construções ligadas a uma oração concessiva são previstos: os grupos factuais ou reais; os contrafactuais ou irrealis; e os

eventuais. Os grupos que aqui nos importam são os factuais ou reais e os eventuais, uma vez que a expressão típica da relação contrafactual não se faz com a conjunção “embora”, objeto de nossa análise, mas com conjunções do tipo de “mesmo que”, “ainda que”, “nem que”.

No primeiro grupo, concessivas factuais ou reais, tanto a oração concessiva quanto a oração principal devem ser verdadeiras para que a asserção global também seja verdadeira. Observe:

(16) Os dois candidatos prometem enfrentar ambos os problemas, embora não seja claro como pretendem executar as propostas.³⁶

(17) Já os seis candidatos a prefeito terão bem mais tempo para se fazerem conhecidos ou lembrados, embora poucos tenham realmente a chance de dar detalhes do que prometem fazer à frente da Prefeitura.³⁷

(18) Embora o embate eleitoral de maior visibilidade nas eleições municipais seja o que se dá em São Paulo, entre representantes de agremiações que vêm disputando os núcleos do poder no país nos últimos 20 anos — o PSDB de José Serra e o PT de Fernando Haddad —, o pleito municipal do último domingo colocou em evidência novas forças políticas.³⁸

(19) Embora a inovação não fosse ignorada, em certo momento a excêntrica armação foi denunciada publicamente.³⁹

Em (16), a assertiva da oração concessiva é verdadeira: não está claro como os candidatos Fernando Haddad (PT) e José Serra (PSDB) pretendem enfrentar os dois maiores problemas concernentes à educação — as filas nas creches (*deficit* de 145 mil vagas) e a qualidade precária do ensino fundamental (até o nono ano). Porém, isso em nada invalida as promessas dos candidatos petista e tucano.

Essa noção de realidade também é observada nos demais excertos. Em (17), tanto é fato que os seis candidatos à prefeitura de Natal terão bem mais tempo para se fazerem conhecidos ou lembrados que os candidatos à Câmara Municipal, quanto é verdade que

³⁶ Folha de São Paulo *on-line*, de 21 de outubro de 2012.

³⁷ Diário de Natal, RN, *on-line*, de 24 de agosto de 2012.

³⁸ Zero Hora, RS, *on-line*, de 09 de outubro de 2012.

³⁹ Zero Hora, RS, *on-line*, de 29 de outubro de 2012.

poucos deles terão realmente a chance de dar detalhes do que prometem fazer à frente da Prefeitura.

Em (18), por sua vez, tanto é verdade que o embate eleitoral de maior visibilidade nas eleições municipais tenha sido o que se deu em São Paulo, quanto é verdade que as últimas eleições municipais colocaram em evidência novas forças políticas.

Por fim, em (19), as duas asserções também são verdadeiras: de um lado, a inovação do estipêndio mensal não era ignorada, e de outro, a armação entre os poderes Executivo e Legislativo foi denunciada publicamente em certo momento.

Cabe ainda mencionar que as construções factuais podem configurar um factual no presente típico, em que o verbo da oração principal é expresso no presente do indicativo e o verbo da oração concessiva, no presente do subjuntivo, como percebido no excerto (16); um factual em que o verbo da oração concessiva é expresso no presente e o da oração principal num futuro tido como certo, como em (17); um factual em que o verbo da oração concessiva é expresso no presente e o da principal no passado tético, como em (18); e um factual no passado, em que o verbo da oração concessiva ocorre no pretérito imperfeito do subjuntivo (simples ou composto), tanto com predicação tética nuclear, quanto com predicação não tética nuclear, como em (19).

Já no grupo das concessivas eventuais, o conteúdo da proposição da oração principal deve ser verdadeiro, mas o conteúdo da concessiva pode ser verdadeiro ou falso. Note:

(20) Evidentemente, não se multiplica o prazo da prisão pelas diversas vezes em que um mesmo crime se repete (nalguns casos, dezenas de vezes), embora isso possa levar ao agravamento das penas.⁴⁰

Em (20), observa-se que a proposição expressa na oração nuclear é verdadeira: o prazo da prisão não é multiplicado pelas diversas vezes em que um mesmo crime se repete. No entanto, existe uma incerteza epistêmica sobre a eventual ocorrência do conteúdo proposicional da oração concessiva expressa pelo modalizador “possa”: o fato de não se multiplicar o prazo da prisão pelas diversas vezes em que um mesmo crime se repetiu pode ou não levar ao agravamento das penas.

Agora observe dois excertos jornalísticos nos quais se pode perceber a eventualidade da oração concessiva:

⁴⁰ Folha de São Paulo *on-line*, de 20 de outubro de 2012.

(21) Para a inadimplência, a expectativa é de estabilidade até o fim do ano, embora a direção do Bradesco enxergue a possibilidade de alta em algum trimestre.⁴¹

(22) (...) o presidente Barack Obama poderá anunciar as nomeações amanhã, embora o processo no Senado possa atrasar em algumas semanas a posse dos cargos.⁴²

Em (21), a expectativa de estabilidade da inadimplência até o final do ano é verdadeira, mas o conteúdo proposicional da oração concessiva é eventual, ou seja, denota uma dada incerteza: a direção do banco prevê a POSSIBILIDADE de essa estabilidade se desfazer com uma POSSÍVEL alta em algum trimestre do ano.

E em (22), o mesmo se observa: o anúncio das nomeações feitas pelo presidente americano pode se dar no dia seguinte, mas a incerteza do dia da posse desses cargos é evidente, tendo todo o trâmite que passar por um longo e incerto processo no Senado.

Importante asseverar que, nas construções eventuais, todas as predicções são do tipo não tético, isto é, nenhuma delas representa um estado de coisas acabado. Quanto ao tempo e ao modo verbal dessas construções, a oração concessiva apresenta o verbo no presente ou no pretérito imperfeito do subjuntivo, e a oração principal tem possibilidade de variação dos tempos verbais (presente — como é o caso dos enunciados (20) e (21) —, futuro do presente — como é o caso do (22) — e futuro do pretérito do indicativo). Esses períodos pertencem, portanto, ao grupo das concessivas eventuais.

No mais, apesar das diferenças e subdivisão em grupos, os dois tipos, factuais ou reais e eventuais, têm instaurado em si uma relação de contraste como algo em comum.

4.4 Argumentação

Criador da semântica argumentativa (ou semântica da enunciação), Oswald Ducrot chamou certos elementos da gramática de uma língua de operadores argumentativos. Segundo

⁴¹ O Globo *on-line*, de 27 de abril de 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/04/27/bradesco-ve-impacto-de-medidas-do-governo-no-credito-ao-consumo-924330812.asp>

⁴² O Globo *on-line*, de 27 de abril de 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2011/04/27/comandante-das-operacoes-militares-dos-eua-no-afeganistao-sera-nomeado-novo-chefe-da-cia-924330010.asp>

Ducrot (1977, 1981), há um número muito grande de morfemas, torneios frásicos ou expressões, termos que não podem ser descritos senão em relação à orientação pragmática do discurso, ao confronto dos interlocutores e a seu modo de agir um sobre o outro pela fala. Com efeito, o valor argumentativo de uma frase não é só uma consequência das informações por ela trazidas, mas a presença de marcas na sua própria estrutura. Essas marcas têm, pois, por função indicar a força argumentativa dos enunciados, a direção, o sentido para o qual apontam.

A fim de explicar o funcionamento desses elementos da gramática, Ducrot (1981, p. 180) utilizou duas noções básicas: a de classe argumentativa e a de escala argumentativa. Segundo o autor, uma classe argumentativa é formada por um conjunto de enunciados (p, p', p'' etc.) que podem igualmente servir de argumento para uma mesma conclusão (r).

A escala argumentativa, por sua vez, ocorre quando dois ou mais enunciados (p, p', p'' etc.) de uma classe se apresentam em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão (r), o que nos permite considerar uma ordem entre os argumentos, falando, dessa forma, de argumentos mais fortes e mais fracos que outros.

Dado isso, basta-nos apenas mostrar quais são os principais “operadores argumentativos” em língua portuguesa. Consoante Koch (2007), os principais tipos de operadores são: a) os que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão (até, mesmo, até mesmo, inclusive); b) os que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão (e, também, ainda, nem, não só... mas também, tanto... como, além de..., além disso..., a par de... etc.); c) os que introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores (portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, conseqüentemente etc.); d) os que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas (ou, ou então, quer... quer, seja... seja etc.); e) os que estabelecem relações de comparação entre elementos, com vista a uma dada conclusão (mais que, menos que, tão... como etc.); f) os que introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior (porque, que, já ainda, agora etc.); g) os que têm por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos (já, ainda, agora etc.); h) os que se distribuem em escalas opostas, isto é, um deles funciona numa escala orientada para a afirmação total e o outro, numa escala orientada para a negação total (um pouco, pouco, apenas, quase etc.); e i) os que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias (mas, embora etc.). São estes últimos que nos interessam aqui.

Contrapondo argumentos orientados para conclusões contrárias, não se poderia entender a função da conjunção “mas” se apenas afirmarmos que ela assinala a oposição de

duas proposições que une. Por essa razão, Ducrot propõe descrever

A mas B como “*A*, você tende a tirar de *A* uma certa conclusão *r*; você não deve fazê-lo, pois *B*, tão verdadeiro quanto *A*, sugere a conclusão *não-r*”. Assim o enunciado *A mas B* supõe que, no espírito dos interlocutores, existe ao menos uma proposição *r*, para a qual *A* é um argumento e *B* um contra-argumento. Por outras palavras, o próprio enunciado contém uma alusão a uma caracterização argumentativa das proposições que o constituem. Certamente, essa caracterização pode variar de locutor para locutor, segundo as situações de discurso (ninguém poderia dizer qual é a conclusão *r* sugerida por *A* e desmentida por *B*). Mas é previsível, a partir do enunciado, que existe semelhante caracterização: é previsível que *A* e *B* não são apresentados por si mesmos, mas orientados para a demonstração de outra coisa: sua utilização argumentativa faz parte do próprio valor do enunciado. (DUCROT, 1981, p. 179)

Observe a seguinte manchete:

(23) Warner cogitou adiar estreia de filme nos EUA, mas voltou atrás.⁴³

Após ataque que deixou ao menos 12 pessoas mortas e dezenas de feridos na pré-estreia do filme “*Batman: o cavaleiro das trevas ressurge*”, em Denver, Colorado, a produtora cinematográfica, *Warner Bros*, pensou em adiar a sua estreia. Porém, arrependeu-se da consideração, haja vista ao fato de, apenas na madrugada da pré-estreia, o filme ter arrecado 27 milhões de dólares, de acordo com a CNN. Assim, nessas construções, o enunciador depois de ter pronunciado a primeira oração (*p*), prevê que o destinatário tirará disso uma conclusão (*r*). A segunda oração (*q*), precedida da conjunção “mas”, tende, então, a impedir essa eventual conclusão, apontando para um novo fato que a contradiz, ou seja, (*q*) é o argumento mais forte na escala. Observe a figura:

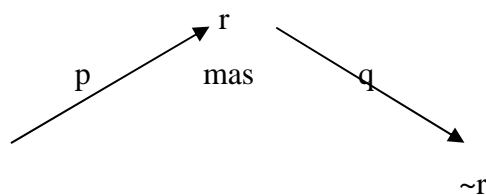


Figura (1)

De acordo com Vogt (2009, p. 138), em figuras como essas, a conjunção “mas” diverge duas proposições, segundo intenções argumentativas opostas, representadas por *r* e por $\sim r$. O movimento total seria, então, consoante Ducrot (1977, p. 140), “*p*; você está pensando em concluir a partir daí *r*; mas não se deve fazê-lo, pois *q*”. Ou seja, com a oração *p*, conclui-se *r*; ao passo que com a oração *q*, conclui-se $\sim r$.

⁴³ O Globo *on-line*, de 20 de julho de 2012. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/mundo/warner-cogitou-adiar-estreia-de-filme-nos-eua-mas-voltou-atras-5533536>

As construções concessivas (tomando aqui a nomenclatura da tradição gramatical), por sua vez, indicam que o enunciador presume uma objeção ao seu enunciado, mas essa oposição é por ele rejeitada, prevalecendo, pois, a sua mensagem contida na oração principal. Assim, o que fica implicado é o fato de haver uma hipótese de objeção por parte do enunciador. Nessas construções concessivas, portanto, o enunciador registra, na oração concessiva, uma objeção que ele pressupõe que o seu coenunciador tenha, e deixa prevalecer, entretanto, a ideia expressa na oração principal.

A argumentação nesse tipo de construção, em geral, pode se resumir na existência de dois argumentos que conduzem a conclusões implícitas contrárias: a oração concessiva (p) argumenta em favor da conclusão r, e a oração principal (q) argumenta em favor de não-r. Observe o esquema:

$P \rightarrow r$

$Q \rightarrow \sim r$

$Q =$ argumento mais forte para não-r do que p é para r

Em que (q) é o argumento mais forte na escala.

Veja o trecho jornalístico:

(24) Reno afirma estar preparado para o desafio embora as condições do local sejam imprevisíveis.⁴⁴

Imaginando-se um contexto em que Reno está sendo testado, no que diz respeito a sua habilidade e ao seu preparo para um desafio em *kytesurf*, tem-se:

- p (as imprevisíveis condições climáticas do local) ARGUMENTA em favor de r (as condições climáticas podem invalidar o preparo de Reno);
- q (Reno está preparado para o desafio) ARGUMENTA em favor de $\sim r$ (Reno logrará êxito no desafio independentemente das condições do local);
- Resultado final: q é argumento mais forte (Reno logrará êxito no desafio independentemente das condições do local) do que p (as condições climáticas podem invalidar o preparo de Reno).

⁴⁴ O Globo *on-line*, de 27 de abril de 2011. Disponível em: <http://ricosurf.globo.com/NoticiasRicosurf2.asp?id=12500>

A partir dessa ideia de uma base essencialmente argumentativa da construção concessiva, podem ser examinadas as similaridades e as diferenças entre as concessivas e as adversativas, “embora” e “mas”, respectivamente. O raciocínio pode ser encaminhado com uma correlação das formulações concessivas, em que o enunciador refuta uma objeção, e com possíveis formulações do tipo adversativo, em que o enunciador admite uma proposição:

(25) Embora a localização exata e o horário da chuva sejam incertos, a previsão afirma que as condições meteorológicas na sexta-feira serão mais suscetíveis a volta de "um tempo mais típico de abril", após dias de sol na Inglaterra.⁴⁵

(25a) A localização exata e o horário da chuva são incertos, mas a previsão afirma que as condições meteorológicas na sexta-feira serão mais suscetíveis à volta de "um tempo mais típico de abril", após dias de sol na Inglaterra.⁴⁶

A operação argumentativa pode assim se ilustrar:

- Esquema concessivo:

a) alguém / você pode objetar que a localização exata e o horário da chuva sejam incertos, e a previsão não desconhece isso;

b) (de qualquer modo / ainda assim) a previsão afirma que as condições meteorológicas na sexta-feira serão mais suscetíveis a volta de “um tempo mais típico de abril”, após dias de sol na Inglaterra.

- Esquema adversativo:

a) a previsão admite que a localização exata e o horário da chuva sejam incertos;

b) (de qualquer modo / ainda assim) ela afirma que as condições meteorológicas na sexta-feira serão mais suscetíveis a volta de “um tempo mais típico de abril”, após dias de sol na Inglaterra.

Segundo Koch (2007, p. 37),

⁴⁵ O Globo *on-line*, de 27 de abril de 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/casamento-do-ano/mat/2011/04/27/metereologistas-preveem-chuva-em-londres-no-dia-do-casamento-real-924330333.asp>

⁴⁶ Este enunciado é uma adaptação do excerto jornalístico.

Do ponto de vista semântico, os operadores do grupo do MAS e os do EMBORA têm funcionamento semelhante: eles opõem argumentos enunciados de perspectivas diferentes, que orientam, portanto, para conclusões contrárias. A diferença entre os dois grupos diz respeito à *estratégia argumentativa* utilizada pelo locutor: no caso do MAS, ele emprega (...) a “*estratégia do suspense*”, isto é, faz com que venha à mente do interlocutor a conclusão *R*, para depois introduzir o argumento (ou conjunto de argumentos) que irá levar à conclusão $\sim R$; ao empregar o *embora*, o locutor utiliza a *estratégia de antecipação*, ou seja, anuncia, de antemão, que o argumento introduzido pelo *embora* vai ser anulado, “não vale”.

Desse modo, a escolha por um período composto por subordinação ou outro por coordenação revela o intuito do autor. Este optou por escolher a concessão como o início da sua declaração, criando, portanto, um período em que há uma estratégia de antecipação, isto é, o autor prepara o seu leitor para uma mensagem em que o foco é contrário àquilo que ele declara no início da sua enunciação. Caso tivesse optado pela coordenação, teria criado a estratégia do suspense, trazendo o impacto para a notícia.

4.4.1 Argumentação e polifonia

Termo emprestado da música e sistematizado e introduzido nos estudos linguísticos por Oswald Ducrot, a polifonia designa o fenômeno pelo qual, num mesmo texto, veiculam-se, na maior parte dos casos, diversos pontos de vista diferentes, ou seja, várias vozes falam simultaneamente de perspectivas díspares num dado texto. Consoante Koch, a polifonia “pode ser definida como a incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros enunciadores ou personagens discursivos”. (KOCH, 2011, 137)

Há formas linguísticas que funcionam como índices de polifonia no texto, entre as quais a pressuposição, a negação, o uso da forma verbal futuro do pretérito (especialmente na linguagem jornalística), o emprego de expressões do tipo “parece que”, o uso de aspas e a utilização de certos operadores argumentativos, como o “mas”, por exemplo. Deter-nos-emos, com efeito, neste último.

Segundo Ducrot (1987), enunciados do tipo “p mas q” evidenciam um autor que não pode ser responsabilizado, ao mesmo tempo, pelas afirmações que são feitas uma (q) depois da outra (p). Enunciados desse tipo

colocam em cena dois enunciadores sucessivos, E_1 e E_2 , que argumentam em sentidos opostos, o locutor se assimilando a E_2 , e assimilando seu alocutório a E_1 . Embora o locutor se declare de acordo com o fato alegado por E_1 , ele se distancia, no entanto, de E_1 (...). (DUCROT, 1987, p. 215)

Observe a seguinte manchete:

(26) Desemprego cai em 5 anos, mas aumenta entre os mais pobres.⁴⁷

Dois enunciadores são colocados em cena: o primeiro argumenta a favor da queda do desemprego e o segundo a favor do aumento do desemprego entre os mais pobres. O locutor dessa manchete se assimila a um segundo enunciador que argumenta contra a queda do desemprego, ainda que o primeiro seja assimilado a outra pessoa, talvez, por exemplo, ao alocutório. Na segunda parte do enunciado, realiza-se o que Ducrot chama de ato de linguagem “primitivo”, ato de afirmação argumentativa, enquanto que na primeira parte do enunciado há um ato “derivado”, chamado por ele de “ato de concessão”, em que se faz ouvir um enunciador argumentando no sentido oposto ao seu, enunciador do qual se distancia. Com esse ato de concessão é, pois, “possível construir-se a personagem de um homem de espírito aberto, capaz de levar em consideração o ponto de vista dos outros”. (*idem*, p. 216) Trata-se, portanto, de uma questão ideológica. De acordo com Koch (2011, p. 145), “em vez de se apresentar os argumentos de maneira **ditatorial**, reconhece-se estrategicamente as razões do outro”. Ou, ainda, como nos ensina Vogt (1980):

(...) se as condições de emprego da conjunção *mas*, quer na função *SN*, quer na função *PA*, envolvem a necessidade de o discurso do enunciador reproduzir o discurso do destinatário (...) é que a natureza deste jogo lingüístico instituído pela conjunção *mas* é fundamentalmente dramática, teatral. Jogo de representações em que a atribuição de papéis obedece a diferentes formas de interação lingüística e de relação social entre os interlocutores: autoritária com *mas_{SN}*, liberal com *mas_{PA}*. Em termos mais simples, as duas funções do *mas* constituem dois modos de dizer *não*. E é nisto que me parece residir o seu caráter pragmático e ideológico. (VOGT, 1980, p. 159)

Assim, o argumento p (“desemprego cai em 5 anos”) é sempre atribuído a uma outra voz, à qual se reconhece uma certa legitimidade, mas à qual se opõe um argumento q (“aumenta entre os mais pobres”), mais forte, que leva à conclusão oposta.

Conforme Eduardo Guimarães (2007), o mesmo se observa com a conjunção “embora”. Tomando a sequência do tipo “q, embora p”, tem-se a seguinte representação do sujeito da enunciação:

L: E₁ - ((A —) r) embora (E₀ - ((B —) ~r)) — r

⁴⁷ Folha de São Paulo *on-line*, de 02 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/873727-desemprego-cai-em-5-anos-mas-aumenta-entre-os-mais-pobres.shtml>

Segundo o autor,

(...) fazemos a hipótese de que já uma polifonia nestes recortes, e que já um enunciador (E_1) responsável pela perspectiva da qual se diz $A \text{ — } r$, e que é a perspectiva que prevalece; por outro lado há um outro enunciador (E_0) responsável pela perspectiva da qual se diz $B \text{ — } \sim r$ que é a perspectiva que não prevalece. (GUIMARÃES, 2007, p. 116)

Por fim, como nos ensina Azeredo (2007, p. 129 - 130),

No discurso de cada indivíduo coexistem inevitavelmente outros discursos. O ato de dizer é em grande parte um ato de repetir. A repetição está na natureza mesma do discurso, como garantia da necessária continuidade entre o que se disse e se sabe e o que se vai dizer e tornar sabido. O que se disse e se sabe está codificado em textos ou na memória coletiva, de sorte que no ato de enunciar, uns e outra são convocados a tomar parte na enunciação e assim garantir a continuidade histórica da comunidade enquanto arquivo de conhecimentos produzidos e laboratório de novos conhecimentos.

4.4.2 Argumentação e estilo

Tendo em vista que estilo é o modo pelo qual um indivíduo usa os recursos de uma dada língua para exprimir, oralmente ou por escrito, pensamentos, sentimentos, juízos de valor, ou simplesmente para fazer declarações, pronunciamentos, temos de levar em conta que a ordem das construções concessivas obedece a propósitos comunicativos. Segundo Koch (2011, p. 15, 17):

Muitos linguistas vêm dando especial relevo à função social da linguagem: o homem usa a língua porque vive em comunidades, nas quais tem necessidade de comunicar-se com os seus semelhantes, de estabelecer com eles relações dos mais variados tipos, de obter deles reações ou comportamentos, de atuar sobre eles das mais diversas maneiras, enfim, de interagir socialmente por meio do seu discurso.

Desta forma, a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, **ação sobre o mundo dotada de intencionalidade**, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade.

[...]

A interação por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso — ação verbal dotada de intencionalidade — tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia — a da sua própria objetividade.

Com efeito, a fim de exercer influência sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe de suas opiniões, o enunciador lança mão de um recurso expressivo, de uma

escolha, do estilo.

Assim, a posição da oração concessiva num período qualquer coopera para a disposição da informação. Nas construções concessivas puras, ou seja, sem o elemento adversativo presente, tanto pode ocorrer a posposição da oração concessiva, quanto a sua anteposição, além da possibilidade de sua intercalação na oração principal. O primeiro caso, a posposição da oração concessiva, é bastante regular, principalmente tratando-se da língua falada: primeiro se expressa a asserção nuclear (ou a oração principal, se tomarmos a nomenclatura tradicional), para que depois se expresse a objeção. Nesse caso, o enunciador primeiro faz a sua asseveração para que depois pese os obstáculos, utilizando-os, de certo modo, na defesa do ponto de vista expresso, como em:

(27) Este desafio adicional de tornar as cidades mais humanas não pode recair unicamente sobre os novos prefeitos, embora lhes caiba a missão de liderar ações neste sentido.⁴⁸

Esse tipo de construção tem muito de aditamento, adendo do enunciado, no qual o enunciador se volta ao que acaba de enunciar, ponderando *a posteriori* objeções a sua enunciação.

No mais, a “(...) posposição da **oração concessiva** pode ser relacionada com a própria natureza argumentativa da construção, em termos de **interação**.” (Neves, 2011, p. 880). Percebemos tal caso quando dois interlocutores compõem juntos esse tipo de construção. Observe a seguinte paráfrase em que a construção concessiva é validada quando um enunciador emite uma proposição e seu coenunciador toma a palavra para dar a sua contribuição no segmento concessivo:

(27a) L1: Este desafio adicional de tornar as cidades mais humanas não pode recair unicamente sobre os novos prefeitos.

L2: Embora lhes caiba a missão de liderar ações neste sentido.

Entretanto, é a anteposição da oração concessiva que consiste em maior expressividade e argumentatividade. Conforme Othon Moacyr Garcia (2004), ao tratar da organização do período, a oração principal sempre será mais relevante se levarmos em conta a

⁴⁸ Zero Hora, RS, *on-line*, de 08 de outubro de 2012.

subordinação de orações adverbiais. Para ele, as orações adverbiais encerram ou devem encerrar ideias secundárias em relação à oração principal. “(...) Quando tal não acontece, é porque o período está indevidamente escrito ou o ponto de vista do autor não coincide com o do leitor no que se refere à relevância das ideias.” (GARCIA, 2004, p. 64-65) O autor também afirma que a escolha da oração principal não é gratuita, tampouco a sua posição dentro do período o é, e que o ponto de vista e a situação devem servir de diretrizes para essa escolha. Assim, o esquema comunicativo nas construções com a concessiva anteposta é o seguinte:

- a) primeiro se refuta uma possível ou previsível objeção do coenunciador;
- b) depois se faz a asseveração.

Confrontem-se as possibilidades de construção a seguir: na primeira, a oração principal precede a subordinada; na segunda, a mais enfática, a oração principal vem no fim do período:

(28) Em princípio, o televisionamento das sessões cumpriu função patriótica e pedagógica, embora retardando, obviamente, o normal funcionamento da Corte Suprema.⁴⁹

(29) Embora tenha alcançado lucro líquido de R\$ 5,567 bilhões no terceiro trimestre de 2012, que representa uma melhora substancial em relação ao trimestre anterior, quando teve prejuízo de R\$ 1,346 bilhão, a empresa continua a mostrar ineficiências que corroem a já abalada confiança dos acionistas.⁵⁰

No excerto (28), ao chegarmos em “função patriótica e pedagógica”, já teremos apreendido o núcleo significativo do período, a sua ideia mais importante expressa, como está na oração principal; de forma que o que se segue, a começar de “embora”, contém ideias menos importantes. O que acontece, então, é o seguinte: como o essencial já foi dito, o secundário torna-se quase desprezível, sendo provável que o leitor desse texto não leia o que se segue.

No entanto, a oração concessiva encerra ideias indispensáveis ao verdadeiro sentido da asserção global: não há dúvidas de que o televisionamento das sessões do Superior Tribunal de Justiça tem cumprido uma função patriótica e pedagógica. Isso, entretanto, não o exime da asseveração contida na oração concessiva: a transmissão televisiva está retardando “o normal

⁴⁹ Zero Hora, RS, *on-line*, de 27 de outubro de 2012.

⁵⁰ O Estado de São Paulo *on-line*, de 01 de novembro de 2012.

funcionamento da Corte Suprema”.

Por outro lado, no trecho (29), criou-se uma preparação do leitor para o que está por vir. Ele sabe que algo será contrastado na oração seguinte, a principal, ou seja, sabe que a mensagem relevante é contrária ao que acabou de ler: o “lucro líquido de R\$ 5,567 bilhões no terceiro trimestre de 2012, que representa uma melhora substancial em relação ao trimestre anterior” não restabeleceu a confiança dos acionistas. Por isso, a oração concessiva anteposta à oração principal seria de leitura obrigatória, forçada, para que se chegue ao fato primordial. A esse período, Garcia (2004) chama “tenso” ou “coeso”, e diz que esse tipo de construção aparece com mais frequência no estilo oratório assim como na argumentação de um modo geral.

Por fim, as orações concessivas intercaladas entram no mecanismo de topicalização de elementos da oração principal. Nos fragmentos (30) e (31), por exemplo, a concessão destaca o sujeito:

(30) (...) a petrolífera com sede nos Estados Unidos, embora temporariamente proibida de fazer perfurações no Brasil, mantém 62 campos de exploração na região.⁵¹

(31) O resultado acumulado nos nove primeiros meses de 2012, embora positivo (lucro de R\$ 13,435 bilhões), é 52% menor do que o de janeiro a setembro de 2011.⁵²

Nesses casos em que a concessão vem imediatamente após o sujeito da oração principal, as duas orações têm o mesmo sujeito, correferentes, e a concessiva gera um zeugma. Consoante Neves (1999, p. 568), “essa colocação parece operar num mecanismo de acentuação do caráter tópico do sujeito”.

Em análise do *corpus* de textos de opinião, não se constatou uma relevante tendência por uma ou por outra estrutura: de um total de 40 ocorrências, 20 delas (50%) representam períodos em que a oração concessiva está posposta; 16 delas (40%), antepostas; e 4 delas (10%), intercaladas.

A noção de escolha, dessa forma, implica a comparação, ainda que essa comparação se dê no nível do inconsciente, isto é, ainda que o enunciador não se dê conta de que a realiza. Ele busca, em seu armazém de possibilidades, aquela palavra ou aquela construção que mais especificamente atende ao seu propósito e, para isso, compara as opções que tem a sua

⁵¹ Diário de Natal, RN, *on-line*, de 24 de julho de 2012.

⁵² O Estado de São Paulo *on-line*, de 01 de novembro de 2012.

disposição. Trabalha-se, portanto, no nível da estilística, que promove impactos, como não poderia deixar de ser, no nível da sintaxe (DUTRA, 2011).

5 ANÁLISE DO *CORPUS* DE TEXTOS REESCRITOS

O *corpus* aqui analisado constitui-se de quatro excertos jornalísticos, a saber:

- I) Deputado recebe salário, mas não aparece na Câmara desde julho.⁵³
- II) Embora permitida, parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores.⁵⁴
- III) James Levine, embora permaneça como diretor musical, não sobe ao pódio — pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.⁵⁵
- IV) (...) [João Goulart] foi eleito vice do opositor Jânio Quadros, embora tivesse composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.⁵⁶

As possíveis respostas seriam as seguintes:

- I') Deputado não aparece na Câmara desde julho, embora receba salário. Ou: Embora receba salário, deputado não aparece na Câmara desde julho. Ou ainda: Deputado, embora receba salário, não aparece na Câmara desde julho.
- II') Parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é permitida, mas criticada por moradores.
- III') James Levine permanece como diretor musical, mas não sobe ao pódio — pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.
- IV') João Goulart tinha composto (ou compusera) a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott, mas foi eleito vice do opositor Jânio Quadros.

Em I'), o que era oração adversativa passa a oração principal quando reescrita, variando a posição da oração concessiva conforme estratégia estilístico-argumentativa: antepondo-a, pospondo-a ou intercalando-a.

⁵³ <http://oglobo.globo.com/>, acessado em 11 de janeiro de 2011.

⁵⁴ <http://oglobo.globo.com/participe/mat/2011/04/21/embora-permitida-parada-de-carro-da-guarda-municipal-sobre-calçada-criticada-por-morador-924298897.asp>, acessado em 21 de abril de 2011.

⁵⁵ <http://oglobo.globo.com/blogs/clubedomaestro/posts/2012/02/24/anna-o-met-em-2012-13-433176.asp>, acessado em 24 de fevereiro de 2012.

⁵⁶ <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2012/02/24/goulart-revisitado-433146.asp>, acessado em 24 de fevereiro de 2012.

Já em II'), III') e IV'), as orações concessivas passam a orações coordenadas assindéticas e as orações principais, a orações iniciadas pela conjunção “mas”, oração coordenada sindética adversativa.

Antes de se constatar os dados, é importante reiterar que não foram considerados erros decisivos alguns desvios da prescrição gramatical como, por exemplo, o desconhecimento modo-temporal de alguns verbos, erros de pontuação (em que sujeito e predicado foram separados por vírgulas), erros ortográficos (“mais” em vez de “mas”), tampouco as falhas de concordância. O que interessa, num primeiro momento, é, tão somente, o domínio dos informantes acerca da substituição de um período coordenado por um subordinado e vice-versa, e se eles têm o conhecimento primário sobre a não iniciação sentencial com a conjunção “mas”.

A partir disso, observe o gráfico 1:

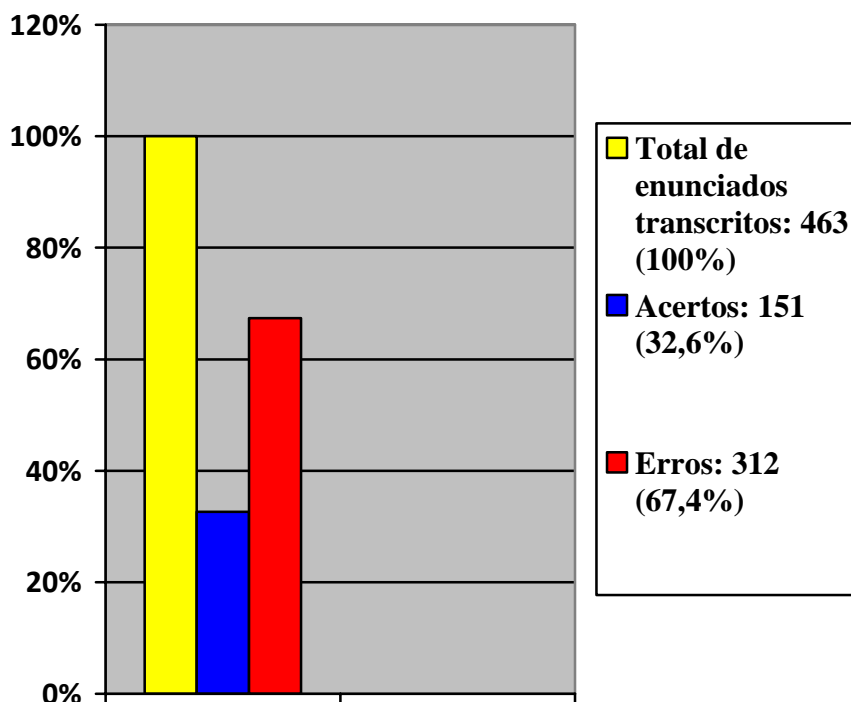


Gráfico (1): gráfico geral de erros e acertos. Gráfico feito pelo autor.

Levando em conta que cada informante deveria reescrever quatro enunciados jornalísticos, presumimos que 468 frases deveriam ter sido produzidas por um total de 117

informantes. Contudo, dois deles não reescreveram a sentença (III) e três deles também não reescreveram a sentença (IV), isto é, cinco frases foram deixadas em branco, não foram reescritas. Dessa forma, constatamos que 463 frases foram produzidas. Assim sendo, verificamos que 67,4% dessas frases foram classificadas como erradas consoante os propósitos desta investigação, revelando o desconhecimento que esses informantes têm acerca da diferença morfossintática e semântico-pragmática de períodos formados pelas conjunções adversativa e concessiva, “mas” e “embora”, respectivamente.

Considerado isso, podemos dividir o *corpus* de textos reescritos em três grandes grupos, de acordo com a escolaridade de cada informante: o primeiro grupo é constituído de informantes de ensino médio (alunos do terceiro ano do ensino médio de uma rede particular de ensino); o segundo grupo, de informantes com nível superior de ensino, diferente de Letras (graduados e graduandos a partir do 5º período); e, o último grupo, de informantes do curso de Letras (alunos a partir do 2º período de graduação). Observe o gráfico 2:

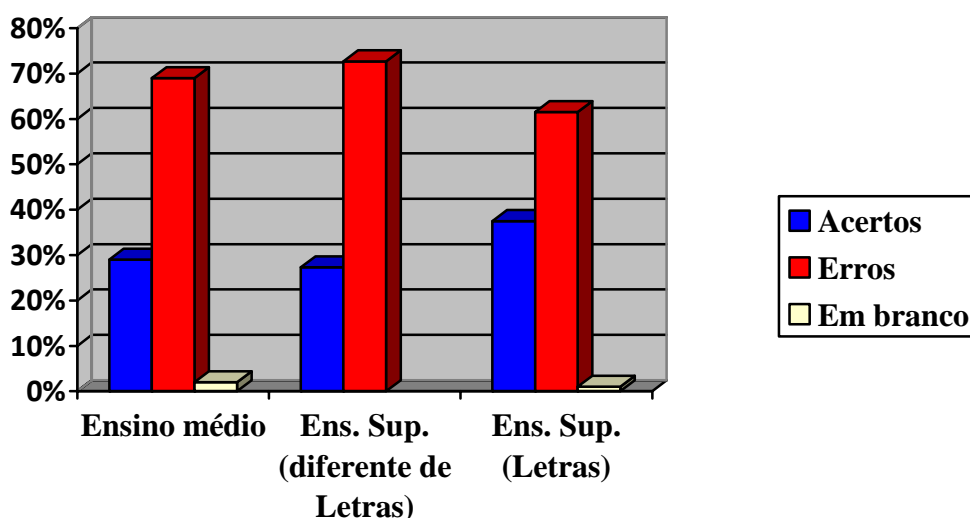


Gráfico (2): gráfico de erros e acertos por grupo. Gráfico feito pelo autor.

Constatou-se que, de um total de 140 frases reescritas feitas por informantes de ensino médio, 69% delas revelam sua inabilidade em reescrever um período composto por coordenação adversativa em um período composto por subordinação adverbial concessiva, e vice-versa. O que fazem, na maior parte das vezes, é apenas substituir uma conjunção por

outra, demonstrando, dessa forma, o seu total desconhecimento discursivo, além de uma significativa incapacidade de interpretação textual. Observe as seguintes frases reescritas:

Primeiro enunciado:

I) Deputado recebe salário, mas não aparece na Câmara desde julho.

Ia1) “Deputado recebe salário embora não apareça na Câmara desde julho”.
(Informante 1)⁵⁷

Ib1) “Embora não apareça na camara desde julho o deputado recebe salário”.
(Informante 2)

Ic1) “Deputado recebe salário, mesmo que embora não apareça na Câmara desde julho”. (Informante 11)

Id1) “Embora não aparecer desde julho, deputado recebe salário”. (Informante 17)

Ie1) “Deputado recebe salário, embora não aparecerá na camara desde julho.”
(Informante 23)

If1) “Deputado recebe salário. Embora não aparece na Câmara desde julho.”
(Informante 31)

Ig1) “O deputado recebe salário, embora não tenha aparecido na câmara desde julho.” (Informante 33)

Segundo enunciado:

II) Embora permitida, parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores.

IIa1) “Parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores mas é permitida”. (Informante 1)

IIb1) “A parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores mas é permitida”. (Informante 2)

⁵⁷ Note que o algarismo romano representa o tipo de excerto jornalístico reescrito; a letra representa a ordem em que a frase reescrita aparece neste texto; e o número cardinal representa o grupo investigado. Assim, “I” representa o primeiro excerto analisado — “Deputado recebe salário, mas não aparece na Câmara desde julho.”; “a” representa a primeira aparição desta frase reescrita no trabalho — “Deputado recebe salário embora não apareça na Câmara desde julho.”; e “1” representa o grupo de entrevistados com ensino médio.

IIc1) “A parada de carro da guarda municipal sobre a calçada é criticada por moradores, mas é permitida.” (Informante 3)

IIId1) “Os moradores criticam a parada de carro da Guarda Municipal sobre a calçada, mas isso é permitido”. (Informante 33)

Terceiro enunciado:

III) James Levine, embora permaneça como diretor musical, não sobe ao pódio — pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.

IIIa1) “James Levine não sobe ao pódio desde 1971, quando assumiu o posto na casa novoiiorquina mas permanece como diretor musical”. (Informante 2)

IIIb1) “James Levine, não sobe ao pódio desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina, mas permanece como diretor musical”. (Informante 4)

IIIc1) “James Levine não sobe ao pódio pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina, mas permaneça como diretor musical”. (Informante 7)

IIId1) “James Levine quando assumiu o posto na casa novaiorquina em 1971, não sobe ao pódio, mas permanece como diretor musical.” (Informante 9)

IIIe1) “Desde 1971, James Levine não sobe ao pódio, mas permanece como diretor musical, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.” (Informante 13)

IIIf1) “James Levine não sobe ao pódio mas permanece como diretor desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.” (Informante 14)

IIIg1) “James Levine não sobe ao pódio desde 1971 mas permanece como diretor musical desde que”. (Informante 25)

IIIh1) “James Levine não subiu ao pódio, mas permanece como diretor musical desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.” (Informante 30)

Quarto enunciado:

IV) (...) [João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, embora tivesse composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.

IVa1) “João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas havia composto a chapa do candidato governista o marechal teixeira Lott”. (Informante 1)

IVb1) “João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros mas compôs a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 8)

IVc1) “..., mas teve o composta do chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 11)

IVd1) “O marechal Teixeira Lott foi eleito vice do oposicionista Jânio Q, mas estava compondo a chapa do candidato governista.” (Informante 13)

IVe1) “Foi eleito vice do oposicionista, mas não estava compondo a chapa...”. (Informante 14)

IVf1) “João Goulart foi eleito vice do oposicionista Janio Quadros mas compunha a chapa do candidato governista Marechal texeira Lott”. (Informante 18)

IVg1) “[João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas se tivesse composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira lott”. (Informante 20)

IVh1) “Foi eleito vice de Janio mas não fazia parte da chapa do candidato.” (Informante 25)

IVi1) “João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas teve composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 27)

Como se pôde observar com essas frases reescritas, houve uma tendência em substituir a conjunção “mas” pela conjunção “embora” e a substituição desta por aquela.

Além disso, houve um informante que não compreendeu o enunciado do teste e substituiu a conjunção “embora” pela conjunção “contudo”, em vez da conjunção “mas”:

IVj1) “Foi composto a chapa do candidato governista, marechal Teixeira Lott, contudo foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros”. (Informante 31)

Apesar disso, nenhum dos informantes de ensino médio demonstrou desconhecimento no que tange à noção nuclear da conjunção “mas”, isto é, nenhum aluno do terceiro ano do ensino médio iniciou uma sentença com a conjunção coordenativa adversativa “mas”, revelando, pois, o seu total respeito às regras sintáticas, ainda que inconscientemente, de que é impossível a intercomutabilidade.

Ademais, 2% das frases foram deixadas em branco.

Quanto aos informantes com ensino superior diferente de Letras, foi verificado que, de um total de 128 frases produzidas, 73% delas denunciam o desconhecimento da orientação morfossintática e da semântico-pragmática de períodos formados com as conjunções em questão. Assim como os informantes de ensino médio, os informantes com ensino superior também tendem a substituir uma conjunção por outra. Observe:

Primeiro enunciado:

I) Deputado recebe salário, mas não aparece na Câmara desde julho.

Ia2) “Embora não apareça na câmara desde julho, o deputado recebe salário.”

(Informante 1 — graduado em Geografia)

Ib2) “Deputado recebe salário embora não apareça na Câmara desde julho.”

(Informante 2 — graduado em Física)

Ic2) “Embora não aparecesse na câmara desde julho o deputado ainda recebe salário.” (Informante 5 — graduado em Direito)

Id2) “Deputado recebe salário, embora não aparecesse na Câmara desde julho.”

(Informante 16 — graduado em Gestão em Recursos Humanos)

Ie2) “Deputado recebe salário, embora não tenha aparecido na câmara desde julho.” (Informante 17 — graduando em Engenharia Química)

Segundo enunciado:

II) Embora permitida, parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores.

Iia2) “Parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores, mas permitida.” (Informante 3 — graduado em Farmácia)

Iib2) “A parada de carro da guarda municipal sobre a calçada é criticada por moradores, mas é permitida.” (Informante 5 — graduado em Direito)

Iic2) “Mas sendo permitida a parada de carros da Guarda Municipal sobre calçadas, moradores a criticam.” (Informante 19 — graduando em Ciências Biológicas)

Terceiro enunciado:

III) James Levine, embora permaneça como diretor musical, não sobe ao pódio — pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.

IIIa2) “James Levine não sobe ao pódio pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina, mas permanece como diretor musical.” (Informante 1 — graduado em Geografia)

IIIb2) “James Levine, não subiu ao pódio pela primeira vez em 1971, mas permanece como diretor musical, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.” (Informante 5 — graduado em Direito)

IIIc2) “Atuando desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina, James Levine não sobe ao pódio, mas permanece como diretor musical.” (Informante 6 — graduado em Enfermagem e Obstetrícia)

IIIId2) “Pela primeira vez desde 1971, James Levine não sobe ao pódio quando assumiu o posto na casa novaiorquina, mas permanece como diretor musical”. (Informante 12 — graduando em Engenharia de Produção)

IIIe2) “James Levine permanece como diretor musical, não sobe ao pódio pela primeira vez desde 1971, mas assumiu o posto na casa novaiorquina.” (Informante 15 — graduado em Turismo)

IIIf2) “James Levine, não sobe ao pódio, mas permanece como diretor musical — pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.” (Informante 18 — graduando em Engenharia da Computação)

IIIg2) “Desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina pela primeira vez, James Levine não sobe ao pódio. Mas permanece como diretor musical.” (Informante 19 — graduando em Ciências Biológicas)

IIIh2) “Pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina, James Levine não sobe ao pódio. Mas permanece como diretor musical.” (Informante 23 — graduado em Comunicação Social)

IIIi2) “James Levine, não sobe ao pódio pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina. Mas permanece como diretor musical.” (Informante 31 — graduado em Matemática)

Quarto enunciado:

IV) (...) [João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, embora tivesse composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.

IVa2) “[João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas compunha a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 2 — graduado em Física)

IVb2) “...foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas compôs a chapa do candidato governista.....” (Informante 5 — graduado em Direito)

IVc2) “João Goulart foi eleito vice do candidato oposicionista Jânio Quadros, mas compusera a chapa do governista Marechal Teixeira Lott.” (Informante 6 — graduado em Enfermagem e Obstetrícia)

IVd2) “João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas era composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 8 — graduado em Geografia)

IVe2) “(...) [João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas tinha composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 10 — graduado em Física)

IVf2) “João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas esteve composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 11 — graduando em História)

IVg2) “[João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas está composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 12 — graduando em Engenharia de Produção)

IVh2) “[João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas esteve compondo a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 19 — graduando em Ciências Biológicas)

IVi2) “João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas foi composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 21 — graduado em Odontologia)

IVj2) “(...) Mas ainda que compondo a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott, [João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros.” (Informante 23 — graduado em Comunicação Social)

IVk2) “(...) [João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas tivesse composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (informante 26 — graduado em Direito)

IVl2) “[João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas era da chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 29 — graduado em Física)

Ao contrário do que foi observado no *corpus* produzido pelo grupo de informantes de ensino médio, dois dos informantes de ensino superior diferente de Letras iniciaram períodos com a conjunção “mas”:

IIc2) “Mas sendo permitida a parada de carros da Guarda Municipal sobre calçadas, moradores a criticam.” (Informante 19 — graduando em Ciências Biológicas)

IVj2) “(...) Mas ainda que comendo a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott, [João Goulart] foi eleito vice do opositor Jânio Quadros.” (Informante 23 — graduado em Comunicação Social)

Além de terem iniciado o período com a conjunção coordenativa, tais informantes também transformaram um período composto em um período simples iniciado pela conjunção “mas”:

IIIg2) “Desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina pela primeira vez, James Levine não sobe ao pódio. Mas permanece como diretor musical.” (Informante 19 — graduando em Ciências Biológicas)

IIIh2) “Pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina, James Levine não sobe ao pódio. Mas permanece como diretor musical.” (Informante 23 — graduado em Comunicação Social)

Além dos informantes 19 e 23, outro informante também transformou um período composto em um simples:

IIIi2) “James Levine, não sobe ao pódio pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina. Mas permanece como diretor musical.” (Informante 31 — graduado em Matemática)

Apesar de essas frases reescritas apresentarem um desvio da prescrição gramatical, que discrimina frases iniciadas pela conjunção “mas”, esse tipo de uso é corrente em textos jornalísticos do português do Brasil. Assim, não foram contabilizadas como erro por iniciarem frases, mas, sim, por terem a orientação semântico-pragmática diferente daquela encontrada nos excertos originais.

Houve também um informante que demonstrou seu desconhecimento acerca do uso obrigatório da conjunção “mas” no início de orações adversativas, tornando agramatical a sua frase reescrita:

IIIj2) “James Levine, permanece como diretor musical, não sobe mas ao pódio”. (Informante 26)

Além disso, houve um informante que expressou dificuldade no que diz respeito ao enunciado do teste: substituiu o “mas” por “porém” em vez de substituí-lo pelo “embora”. Observe:

If2) “Deputado recebe salário, porém ele não aparece na Câmara desde julho.” (Informante 21 — graduado em Odontologia)

Por último, no que concerne aos informantes do curso de Letras, foi averiguado que, das 200 frases que deveriam ser reescritas, 61,5% delas expressam a inabilidade dos alunos e 1% delas as frases que não foram reescritas.

Não muito diferente dos outros grupos, os informantes do curso de Letras também substituíram uma conjunção por outra em suas frases reescritas:

Primeiro enunciado:

I) Deputado recebe salário, mas não aparece na Câmara desde julho.

Ia3) “Embora não apareça na câmara desde julho, deputado recebe salário”. (Informante 1)

Ib3) “Deputado recebe salário, embora não apareça na Câmara desde julho.” (Informante 2)

Ic3) “Deputado recebe salário, embora não aparece na câmara desde julho.” (Informante 6)

Id3) “Embora não aparecesse na Câmara desde junho, deputado recebe salário.” (Informante 21)

Ie3) “Deputado recebe salário, embora, desde julho, não apareça na Câmara.” (Informante 23)

If3) “Deputado recebeu salário, embora não tenha aparecido na Câmara desde julho.” (Informante 28)

Ig3) “Deputado recebe salário, embora não aparecesse na Câmara desde julho.” (Informante 48)

Segundo enunciado:

II) Embora permitida, parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores.

Ila3) “ Parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores, mas é permitida”. (Informante 1)

Ilb3) “Os moradores criticam a parada de carro da Guarda Municipal sobre a calçada, mas é permitida.” (Informante 6)

Ilc3) “Parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores, mas permitida”. (Informante 9)

Ild3) “... Mas permitida, parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores.” (Informante 33)

Ile3) “Mas mesmo sendo permitida, a parada de carro da Guarda Municipal sobre a calçada é criticada por moradores.” (Informante 36)

Ilf3) “Parada de carro da Guarda Municipal sobre a calçada é criticada por moradores, mas é permitida por alguém.” (Informante 47)

Terceiro enunciado:

III) James Levine, embora permaneça como diretor musical, não sobe ao pódio — pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.

IIIa3) “James Levine não sobe ao pódio pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina, mas permanece como diretor musical.” (Informante 1)

IIIb3) “James Levine, não sobe ao pódio desde 1971, sua primeira vez, quando assumiu o posto na casa novaiorquina, mas permanece como diretor musical.” (Informante 6)

IIIc3) “James Levine não subiu ao pódio pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina, mas, permaneceu como diretor musical.” (Informante 9)

IIIId3) “James Levine não sobe ao pódio, mas permanece como diretor musical — pela primeira vez desde 1971 (...)”.(Informante 15)

IIIe3) “James Levine assumiu o posto de diretor musical na casa novaiorquina em 1971, quando pela primeira vez subiu ao pódio mas permanece na função, mesmo não tendo mais subido ao supracitado pódio.” (Informante 23)

IIIIf3) “Mas permanecendo como diretor musical, James Levine não sobe ao pódio pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.” (Informante 36)

IIIg3) “James Levine não sobe ao pódio, mas permanece como diretor musical.” (Informante 40)

IIIh3) “Pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina, James Levine não sobe ao pódio, mas permaneceu como diretor musical.” (Informante 42)

Quarto enunciado:

IV) (...) [João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, embora tivesse composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.

IVa3) “João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas compunha a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 1)

IVb3) “(...) [João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas compôs a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 2)

IVc3) “(...) [João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas teve que compor a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 6)

IVd3) “João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas pertencia a chapa do candidato governista o marechal Teixeira Lott.” (Informante 14)

IVe3) “(...) [João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas tivesse composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 19)

IVf3) “(...) [João Goulart] foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas havia composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 20)

IVg3) “João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas estava composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott.” (Informante 28)

IVh3) “João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros, mas tinha composto a chapa do candidato governista, marechal Teixeira Lott.” (Informante 34)

IVi3) “Mas composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott, João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros.” (Informante 36)

Além disso, houve informantes que repetiram o excerto jornalístico ou, ainda, só trocaram a posição da oração subordinada:

IIg3) “Parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores, embora permitida.” (Informante 12)

IIIh3) “Embora permitida, parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores.” (Informante 19)

IIIi3) “James Levine, embora permaneça como diretor musical, não sobe ao pódio pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina”. (Informante 19)

IVJ3) “Embora tivesse composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott, João Goulart, foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros.” (Informante 30)

Assim como dois dos informantes de ensino superior diferente de Letras, dois dos do curso de Letras também iniciaram o período com a conjunção “mas”:

IId3) “... Mas permitida, parada de carro da Guarda Municipal sobre calçada é criticada por moradores.” (Informante 33)

IIe3) “Mas mesmo sendo permitida, a parada de carro da Guarda Municipal sobre a calçada é criticada por moradores.” (Informante 36)

IIIf3) “Mas permanecendo como diretor musical, James Levine não sobe ao pódio pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.” (Informante 36)

IVi3) “Mas composto a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott, João Goulart foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros.” (Informante 36)

Feita a análise primordial, cabe agora acrescentar algumas outras observações. Apesar de ter correspondido às expectativas desta análise, houve informantes que demonstraram outros desconhecimentos gramaticais. Uma dessas inabilidades diz respeito à noção de que orações concessivas iniciadas pela conjunção “embora” devem ter seu verbo no modo subjuntivo. Observe os dois casos — um de um informante de ensino médio e outro, com ensino superior diferente de Letras:

Ih1) “Deputado não aparece na Câmara desde julho embora recebe salário”.
(Informante 26)

Ig2) “Deputado embora recebe salário, não aparece na Câmara desde julho.”
(Informante 26)

Importante iterar que essas duas ocorrências não foram computadas como erros, pois seus informantes respeitaram as orientações do excerto original e não deixaram de transmitir o que desejavam — a diferença no uso do indicativo ou do subjuntivo passa a ser considerada uma questão de formalidade e não de valor semântico. No mais, no primeiro exemplo, o informante de ensino médio pospôs a oração concessiva, e, no segundo, o informante com ensino superior diferente de Letras a intercalou sem separar com vírgula o sujeito da oração intercalada.

Outra questão a ser observada é o desconhecimento de alguns informantes quanto ao aspecto verbal do IV excerto jornalístico. Ao reescrever as frases, ainda que computadas como corretas, alguns informantes mostraram dificuldade quanto ao tempo verbal a ser utilizado na oração que deveria ser a assindética. Observe alguns casos:

IVk1) “João Goulart compôs a chapa do candidato governista, o Marechal Teixeira Lott mas foi eleito vice do opositor Janio Quadros”. (Informante 2)

IVl1) “João Goulart estava composto a chapa do candidato governista, o Marechal Teixeira Lott, mas foi eleito vice do opositor Janio Quadro”. (Informante 6)

IVm1) “João Goulart estava composto com a chapa do candidato governista, mas foi eleito.” (Informante 10)

IVm2) “João Goulart compora a chapa do candidato governista, marechal Teixeira Lott, mas foi eleito vice do opositor Jânio Quadros.” (Informante 3)

IVn2) “[João Goulart] compostos a chapa do candidato governista o marechal Teixeira Lott, mas foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros.” (Informante 32)

IVk3) “Compôs a chapa do marechal Teixeira, mas foi eleito vice do oposicionista”. (Informante 22)

IVl3) “João Goulart compunha a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott, mas foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros.” (Informante 24)

IVm3) “(...) [João Goulart] fazia parte da chapa do candidato governista Teixeira Lott, marechal, mas foi eleito vice do oposicionista Jânio Quadros.” (Informante 29)

Mais um ponto. Ainda que também não tenha sido registrada como erro, houve uma frase reescrita em que um informante de ensino médio demonstrou não saber a diferença ortográfica entre a conjunção “mas” e o advérbio “mais”:

IIIi1) “James Levine permanece com diretor musical mais não sobe ao pódio desde 1971 quando assumiu o posto na casa novaiorquina.” (Informante 21)

Por fim, alguns informantes também mostraram algumas inabilidades no que tange à pontuação — como expresso anteriormente, separaram sujeito e predicado por vírgula:

IIIj1) “James Levine, permanece como diretor musical, mas não sobe ao pódio desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.” (Informante 11)

IIIk2) “James Levine, permanece como diretor musical, mas não sobe ao pódio — pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.” (informante 16)

IIIj3) “Desde quando assumiu o posto na casa novaiorquina, James Levine, permanece como diretor musical, mas não sobe ao pódio desde 1971”. (Informante 14)

IIIk3) “James Levine, permanece como diretor musical, mas não sobe ao pódio pela primeira vez desde 1971, quando assumiu o posto na casa novaiorquina.” (Informante 27)

IIIl3) “James Levine, permanece como diretor musical, mas não sobe ao pódio — pela primeira vez ...”. (Informante 32)

Ao que parece, os erros de pontuação são mais evidentes em frases reescritas do excerto em que a oração concessiva está intercalada por vírgulas na oração principal: o excerto III. Mesmo assim, a última frase reescrita mostra que esses casos não exprime uma concordância geral:

IVn3) “João Goulart, compôs a chapa do candidato governista, o marechal Teixeira Lott, mas ainda assim foi eleito vice do opositor Jânio Quadros.” (Informante 37)

6 CONCLUSÕES

Como proposto, esta dissertação descreveu os comportamentos morfossintáticos e semântico-pragmáticos dos períodos constituídos pelas conjunções “mas” e “embora”. Para tanto, foram levadas em conta tanto as análises que, a nosso juízo, resumem a contribuição tradicional ao tema aqui proposto, quanto as propostas da linguística contemporânea, que promovem avanços na descrição de diferenças de sentido entre construções com “mas” e construções com “embora”. Ao descrevê-las, chegou-se a algumas conclusões que responderão as perguntas levantadas na introdução deste texto.

A primeira pergunta diz respeito à frequência das conjunções “mas” e “embora” nos textos cujos gêneros são formais e cuja tipologia é essencialmente argumentativa. Como constatado nos 36 textos escolhidos para a análise (o *corpus* de textos de opinião), o “mas” representa uma maioria significativa nesses textos: 72 ocorrências (64%) das 112 ocorrências do “mas” e do “embora”, restando, pois, a este, 40 ocorrências. Isso é só mais um argumento em favor de que a conjunção adversativa aqui analisada representa, com fartura, os operadores que estabelecem uma relação de oposição, tanto na modalidade oral da língua quanto na escrita, seja formal ou não.

O segundo questionamento levantado é pertinente ao fato de as orações subordinadas adverbiais concessivas iniciadas pelo “embora” terem o seu verbo no subjuntivo. Como previamente aludido, todas as orações desenvolvidas iniciadas pela conjunção têm seu verbo no subjuntivo. Isso representa no *corpus* de textos de opinião 77,5% de um total de 40 ocorrências. Ademais, o percentual restante é representado por orações que, apesar de serem iniciadas pelo “embora”, têm seu verbo ou na forma nominal ou elíptico.

A terceira pergunta suscitada leva em conta a posição das orações concessivas iniciadas pelo “embora” dentro do período. Notamos, a partir da leitura do *corpus* de textos de opinião, que, das 40 ocorrências, 50% expressam a posposição da oração concessiva; 40%, a anteposição; e 10% apenas, a intercalação. Isso evidencia que, pelo menos em textos escritos formais, a posição da oração concessiva não nos apresenta uma tendência mais marcante, pois somente há uma diferença de 10% entre as orações pospostas e as antepostas.

Além dessas questões provocadas e respondidas, há outra: é a maioria dos alunos do ensino médio e do ensino superior capaz de transformar um período composto por coordenação por um período composto por subordinação ou vice-versa, constituídos pelas conjunções “mas” e “embora”, respectivamente? A resposta é não. Como verificado na leitura

do gráfico (1) em capítulo precedente concernente ao *corpus* de textos reescritos, 67,4% das frases reescritas apontaram que os informantes não souberam transformar um período composto por coordenação adversativa em um período composto por subordinação adverbial concessiva, tampouco souberam converter três períodos compostos por subordinação adverbial concessiva — um anteposto, um intercalado e um posposto à oração principal — em períodos compostos por coordenação adversativa. Isso quer dizer que, de um total de 463 frases produzidas, apenas 151 delas (32,6%) foram satisfatoriamente reescritas.

Além disso, foi percebido que, de um total de 117 informantes distribuídos em diferentes áreas do saber, os que menos souberam articular as nuances discursivas foram os informantes de ensino superior diferente de Letras. Esses tiveram seu desconhecimento expressado em 73% das ocorrências. Os equívocos originados pelos informantes de ensino médio expressaram 69% das ocorrências; e os do curso de Letras, 61,5%.

Outra questão relevante para esses apontamentos foi o desconhecimento de alguns informantes acerca da noção nuclear da conjunção “mas”. Apesar de nenhum dos informantes de ensino médio demonstrar desconhecimento no que tange à noção nuclear da conjunção “mas”, quatro informantes com ensino superior iniciaram o enunciado com a conjunção “mas”. Ainda que seja um número inexpressivo, há quem desconheça as regras sintático-semânticas dessa conjunção.

Mais um ponto essencial: esses números levantados mediante a análise do *corpus* de textos reescritos revelam que a maior parte dos informantes mostraram grandes dificuldades na leitura e na interpretação dos excertos jornalísticos.

Dado isso, surgem novos questionamentos: de quem será a culpa do desconhecimento dos informantes testados? Será a superficialidade de alguns compêndios gramaticais, no que tange à abordagem do tema, o fator primordial para essa falta de conhecimento? Ou será a precária formação de alguns professores de língua portuguesa que tem refletido na formação dos alunos? Ou, ainda, uma combinação de fatores: de um lado, a limitada descrição gramatical das conjunções “mas” e “embora” e da formação de períodos compostos por essas conjunções; e, de outro, a falta de aprofundamento de alguns profissionais acerca do tema que, talvez, nem conheçam as relações discursivas existentes em períodos em que há coordenação adversativa e subordinação adverbial concessiva.

Dessa forma, o estudo das conjunções “mas” e “embora” não deve ancorar-se exclusivamente no estudo da sentença, no estudo dos significados dos vocábulos, das funções morfológicas, morfossintáticas e sintáticas, no estudo da organização estrutural do período composto como é feito nas gramáticas prescritivas e escolares. O estudo dessas conjunções

deve moldar-se, fundamentar-se, apoiar-se, mormente, no estudo do enunciado, examinando-se todas as relações formais e funcionais do texto observado; considerando-se o uso; preocupando-se com o enunciado; contemplando-se, pois, os aspectos pragmáticos.

REFERÊNCIAS

ALI, M. Said. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, [19--].

_____. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

AZEREDO, José Carlos Santos de. *Iniciação à sintaxe do português*. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. 14 reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

BRITO, Ana Maria. Subordinação adverbial. In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. e ampl. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 6. ed. 7. impr. São Paulo: Editora Ática, 2008.

CASTILHO, Ataliba de T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. Tradução de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas*. Tradução de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira e Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global Editora, 1981.

_____. *O dizer e o dito*. Revisão técnica de tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald; Vogt, Carlos. De magis a mais: une hypothèse sémantique. *Revue de linguistique romane*, Lyon/Strasbourg, n . 171 -172, tomo 43, 1979.

DUTRA, Vânia L. R. Estilística e sintaxe: perspectiva semiótico-funcional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA DA AMÉRICA LATINA, 16., 2011, Madrid. *Anais*. Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, 2011.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 24. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 4. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ILARI, Rodolfo. As conjunções. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. v.2.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 10. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

LIMA, Mario Pereira de Souza. *Grammatica expositiva da lingua portuguesa: para uso das escolas secundarias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

MATOS, Gabriela. Estruturas de coordenação. In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. e ampl. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua português*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

MUNN, Alan Boang. *Topics in the syntax and semantics of coordinate structures*. Dissertation (Doctor of Philosophy) - Faculty of the Graduate School, University of Maryland, 1993.

NEVES, Maria Helena de Moura. As construções concessivas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

_____. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica expositiva: curso superior*. 41. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1918.

_____. *Grammatica expositiva: curso elementar*. 28. ed. São Paulo: Monteiro Lobato Co. Editores – Proprietarios, 1924.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.

TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1969.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Funcamp, 1980.

_____. *O intervalo semântico: contribuição para uma teoria semântica argumentativa*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ANEXO A — Textos de opinião

Jornais nacionais *on-line*

1 - Seg, 29 de Outubro de 2012 04:30 Agazeta, AC⁵⁸

Grandeza de espírito

A despeito de suas limitações e mesmo defeitos, a chamada democracia representativa ainda é o melhor regime para gerir os destinos de uma sociedade. Foi o que aconteceu ontem com os eleitores desta Capital, que foram às urnas votar livremente em segundo turno no futuro prefeito, o administrador da cidade.

Assim como esta mesma democracia garante esse direito inalienável para o eleitor, ao mesmo tempo, ela exige que o veredito das urnas seja aceito e respeitado pela sociedade e, sobretudo, por aqueles que foram preteridos, derrotados na disputa.

Lembrando sempre que perder ou ganhar faz parte do exercício democrático e, embora custe a aceitar a derrota, ela faz parte. Como disse alguém, numa eleição democrática, o feio não é perder; o feio é se perder, perder a razão, a cabeça.

De igual modo, exige-se dos vencedores a mesma grandeza de espírito para respeitar o adversário, por mais acirrados que tenham os debates, os confrontos. Comemorar é legítimo, é saudável, faz parte também da democracia, mas PA tudo tem seu limite e o limite vai até onde começa a dignidade dos adversários.

Com certeza, a sociedade sai um pouco melhor de mais esta eleição, que, no caso foi até mesmo histórica, considerando que pela primeira vez os eleitores da Capital tiveram a chance de escolher seu prefeito em segundo turno.

2 - Terça-feira, 30 de outubro de 2012 O Estado, CE⁵⁹

Doutor Paulo Quezado

De grande criminalista passou a ser também a ser historiador. Porquanto, sabemos que ele reserva um dia por mês para fazer o levantamento dos túmulos do Cemitério São João Batista, de pessoas que lá foram enterradas nos séculos XIX e XX, fazendo sempre um apanhado de tudo que tem subscrito nas criptas das sepulturas lá encontradas.

Em sabendo disso, e como estávamos à procura do túmulo de Almino Afonso, nascido na Velha Caieira-RN, no distrito de Croatá, grande lutador pela libertação dos escravos, senador do Império, deputado, secretário da fazenda, tendo vindo para Fortaleza com apenas 13 anos de idade, formado em Direito pela faculdade de Recife, e mais outras tantas realizações em proveito do bem comum, embora não tenha nem rua ou praça aqui em Fortaleza em sua homenagem.

Nosso amigo Paulo Quezado tem valor para tanto também chegar, porém que se limita à atividade advocatícia, pois como é descendente de judeu, prefere se dedicar a este mesmo foro por oferecer grandes soma em dinheiro.

⁵⁸ <http://www.agazetadoacre.com/editorial/35534-grandeza-de-espirito.html>, acessado em 30 de outubro de 2012.

⁵⁹ <http://www.oestadoce.com.br/noticia/doutor-paulo-quezado>, acessado em 30 de outubro de 2012.

Como criminalista de nomeada, tem profunda admiração pela inocência presumida, ou seja, a que rapidamente transforma a vítima em agressora e, o seu matador em vítima. Sim, porque o excesso de recursos e a morosidade do Judiciário acabam levando a pena à prescrição, mesmo quando é elevada.

Tudo isso seria facilmente contornado se o nosso Congresso acordasse e de uma hora para outra, tornasse por meio de lei imprescritíveis todo crime hediondo, bem como aquele de usurpação dos dinheiros públicos.

Apesar de tudo isso, já vimos o dr. Paulo Quezado assombrado, isto é, a ver navios trafegando em águas rosas, quando passou a ser assistência de acusação naqueles tenebrosos crimes em que dois jovens médicos que foram assassinados brutalmente sem sequer houvesse motivo plausível para que tal coisa acontecesse.

Pensamos cá com os nossos botões: “ e agora dr. Paulo, o que o amigo fará com a motivação de tantos crimes diante da chamada inocência presumida?

O homem é terrível mesmo, mexeu para cá e para lá, e não é que pelo que consta o matador dos infelizes médicos ainda está preso!

Certa vez olhamos para a fisionomia do dr. Paulo Quezado e perguntamos se ele era judeu, prontamente nos respondeu que não, e a seguir interrogou-nos: por que o senhor pergunta? e respondemos: “Sim, porque o Doutor estando em Israel ninguém mais se parece com judeu do que a sua pessoa.” Quis oscilar, mas PA terminou dizendo que um dos seus bisavôs era judeu.

Edgar Carlos de Amorim - Escritor

3- 29/10/2012 Zero Hora, RS⁶⁰

Números que assustam

Muitos desses números explicam porque os estudantes brasileiros temem a disciplina e chegam ao final dos seus cursos, quando chegam, sem dominar as operações básicas.

A quinta pergunta da campanha institucional da RBS, "Por que 89% dos estudantes chegam ao final do Ensino Médio sem aprender o esperado em matemática", pode ser respondida com números, de acordo com reportagem publicada ontem neste jornal:
 _ O Brasil ficou em 57º lugar entre 65 países no aprendizado da matéria, no último Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).

_ Num estudo com 285 alunos do Ensino Médio, 92% disseram que o professor nunca utiliza a sala de vídeo, embora a escola tenha uma; 91% relataram que o professor nunca utiliza computador ou sala de informática; 61% disseram que o educador nunca utiliza jogos, reportagens de jornais ou revista ou outros materiais para dinamizar as aulas.

_ A Prova Brasil mostrou que apenas 42,8% dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental sabem o esperado na disciplina _ dominar adição, subtração e resolver problemas com notas e moedas.

_ Por região, o percentual de estudantes de escolas públicas e privadas que alcançam o conhecimento esperado no 3º ano é o seguinte: Norte 28,3%, Nordeste 32,4%, Sudeste 47,9%, Sul 55,7% e Centro-Oeste 50,3%.

_Por rede: Pública 32,6%, Particular 74,3%.

⁶⁰ <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2012/10/?topo=13,1,1,...13>, acessado em 30 de outubro de 2012.

_ Estudo feito com 62 escolas estaduais de Porto Alegre mostra percentual de estudantes que temem a matemática: 85,7% em escolas com baixo índice de reprovação, 100% em colégios com reprovação média, 83,3% em escolas com alto índice de reprovação.

_ Entre as disciplinas que mais reprovam, a matemática é a campeã: matemática 46,8%, física 21%, química 8,1%;

_ Relatório da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação mostrou que em 2007 o Brasil tinha um déficit de 245 mil professores de química, física e matemática.

São números e percentuais assustadores, quando se sabe que o aprendizado de matemática é indispensável para a formação profissional, para a vida dos cidadãos e para o próprio desenvolvimento do país. Muitos deles explicam porque os estudantes brasileiros temem a disciplina e chegam ao final dos seus cursos, quando chegam, sem dominar as operações básicas. MasPA a explicação também pode ser dada em palavras, como fizeram os especialistas referidos no anúncio institucional publicado na edição de ontem: má formação de professores, falta de um programa de ensino bem estruturado, aulas desinteressantes, currículos descolados da realidade, planos de ensino incompatíveis com o desenvolvimento dos alunos, falta de liderança e capacidade gerencial de diretores e coordenadores pedagógicos.

O deplorável quadro constatado ao final do Ensino Médio apenas reflete o acúmulo de erros nas etapas anteriores. E esses erros, infelizmente, muitas vezes são cometidos por quem já passou pela barreira da matemática: governantes lenientes, gestores inaptos, profissionais despreparados e cidadãos pouco comprometidos com a educação dos filhos.

4 - 29 de outubro de 2012 Zero Hora, RS⁶¹

Quadrilha ou bando

"Este processo
revela um dos
episódios mais
vergonhosos
da história
política de
nosso país"

PAULO BROSSARD*

Na história judiciária nacional, a começar por sua singularidade, nada conheço comparável ao mensalão. Destinava-se, ab initio, a aperfeiçoar a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, de modo que não faltasse nem mesmo falhasse o apoio deste àquele. Para tanto concebera-se o emprego de um fator pecuniário, nada mais, nada menos que um estipêndio mensal, estranho ao subsídio, fora do orçamento, e para tanto logo foi providenciado respeitável fundo de milhões, para que nunca rareasse o fomento adequado, a seus eventuais destinatários; com isso o governo teria assegurado sólido apoio parlamentar. Embora a inovação não fosse ignorada, em certo momento a excêntrica armação foi denunciada publicamente e o caso começou a ser investigado até que o Procurador Geral da República ofereceu minuciosa denúncia, recebida pelo Supremo Tribunal Federal. Semana passada foi ultimada a fase relativa ao mérito da acusação, foi o exame do crime de formação de quadrilha. O último a votar foi o ministro Celso de Mello; esquadrinhou o caso; dele vou

⁶¹ <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2012/10/?topo=13,1,1,...13>, acessado em 30 de outubro de 2012.

servir-me para o artigo de hoje, que em verdade será mais dele que meu. Começa por dizer que: "Em mais de 44 anos de atuação na área jurídica, primeiramente como membro do Ministério Público paulista e, depois, como juiz do Supremo Tribunal Federal, nunca presenciei caso em que o delito de quadrilha se apresentasse tão nitidamente caracterizado em todos os seus elementos constitutivos, como sucede no processo ora em julgamento... Formou-se, na cúpula do poder, à margem da lei e do Direito e ao arrepio dos bons costumes administrativos, um estranho e pernicioso sodalício constituído de altos dirigentes governamentais e partidários, unidos por um perverso e comum desígnio, por um vínculo associativo estável que buscava conferir operacionalidade, exequibilidade e eficácia ao objetivo espúrio por eles estabelecido: cometer crimes, qualquer crime, agindo, nos subterrâneos do poder, como conspiradores à sombra do Estado, para, em assim procedendo, vulnerar, transgredir e lesionar a paz pública, que representa, em sua dimensão concreta, enquanto expressão da tranquilidade da ordem e da segurança geral e coletiva, o bem jurídico posto sob a égide e a proteção das leis e da autoridade do Estado. A isso, a essa sociedade de delinquentes, a essa "societas delinquentium", o direito penal brasileiro dá um nome: o de quadrilha ou bando".

Como não posso transcrever outras passagens do notável voto do mais antigo juiz em exercício do Supremo Tribunal Federal, como seria de meu gosto, limito-me a reproduzir apenas mais um parágrafo e com ele encerrar a notícia sem igual deste episódio: "Este processo revela um dos episódios mais vergonhosos da história política de nosso país, pois os elementos probatórios que foram produzidos pelo Ministério Público expõem aos olhos de uma nação estarecida, perplexa e envergonhada um grupo de delinquentes que degradou a atividade política, transformando-a em plataforma de ações criminosas. A acusação criminal contra esses antigos dirigentes estatais e partidários, cuja atuação se deu no contexto de um esquema delituoso estruturado nos subterrâneos do poder e que contou com o auxílio operacional de agentes financeiros e publicitários, demonstra que a formação de quadrilha constituiu, no caso ora em julgamento, um poderoso instrumento viabilizador da prática de crimes contra a administração pública, contra o sistema financeiro nacional, contra a estabilidade do sistema e contra a paz pública".

Assim foi encerrado o julgamento da ação penal nº 470.

Suponho tenha dito o suficiente para caracterizar, ainda que brevemente, o espantoso caso.

* Jurista, ministro aposentado do STF

5 - 27/10/2012 Zero Hora, RS⁶²

O Supremo e o espetáculo

*A abertura e
a transparência
não devem
transformar
sessões de
julgamento em
espetáculos
teatrais*

⁶² <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2012/10/page/2/?topo=13%2C1%2C1%2C%2C%2C13>, acessado em 30 de outubro de 2012.

O julgamento do processo do "mensalão" pelo Supremo Tribunal Federal encheu de esperanças os brasileiros e aumentou os créditos da Justiça e do Ministério Público. Já se conhecia, em resumo, a denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, numa clara demonstração de independência e de eficiência funcional. Quando muitos esperavam por procrastinações criminosas e por uma chanchada judiciária, em que a maioria de ministros, nomeada pelo presidente Lula, se encarregaria de montar uma oficina de pizzas, viu-se o ministro Joaquim Barbosa, relator do processo, apresentar um relatório exaustivo e bem fundamentado, de forma tal, que os integrantes da Corte, mesmo quando inclinados à indulgência, se viram constrangidos a enunciar seus votos com seriedade e a preocupação de bem aplicar a lei.

Para um povo ansioso por severidade no combate à corrupção, a postura e a conduta do ministro Joaquim Barbosa converteram-no numa espécie de herói nacional, cultuado e homenageado espontaneamente nos veículos de comunicação. Durante meses, a imagem televisada das sessões de julgamento terá batido recordes de preferência entre os telespectadores. Em princípio, o televisionamento das sessões cumpriu função patriótica e pedagógica, embora retardando, obviamente, o normal funcionamento da Corte Suprema. Todos ouvimos, com entusiasmo, o discurso moralizante dos julgadores, acreditando que possa vir a ter efeitos salutares na mentalidade do povo e dos políticos. O notável significado político desse processo justificou a exposição pública dos votos e de suas conclusões.

Entretanto, parece claro que um trabalho essencialmente técnico, como é o de dosimetria das penas aplicadas aos condenados, não pode continuar a ser feito diante das câmeras. Não só pelo embaraço que isso deve causar ao trabalho dos julgadores, como também pelo enfado e, em termos populares, a "xaropada" imposta aos espectadores, estranhos à maior parte dos conceitos específicos do Direito Penal, como "concurso formal", "concurso material", "continuidade delituosa" etc. Para não falar nos latinórios da "societas sceleris", "societas delinquentium" e quejandos, perfeitamente dispensáveis, que não raro recheiam a linguagem dos ministros, preocupados em demonstrar sua bagagem de cultura. O latim, erradamente no meu entender, já foi banido dos currículos escolares e a juventude atual desconhece a tradução dos textos mais elementares.

A abertura e a transparência, sempre desejáveis em matéria de atuação dos agentes públicos, não devem transformar sessões de julgamento em espetáculos teatrais. É compreensível que as câmaras legislativas exponham suas sessões plenárias através das emissoras de rádio e de televisão. MasPA os gabinetes do Executivo e do Judiciário, onde se desenvolvem atividades e estudos acentuadamente técnicos, demandando concentração e análises de profundidade, não podem transformar-se em palco de exibições, que afinal comprometem sua eficiência.

SÉRGIO DA COSTA FRANCO, Historiador

6 - 23/10/2012 Zero Hora, RS⁶³

Mais estudo, mais renda

Além de melhorar o acesso ao ensino de nível superior, sem prejuízo da qualidade, o país precisa aproximar os conteúdos do ensino com as exigências cada vez maiores e mais aceleradas do mercado de trabalho.

Cruzamento de dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desfaz qualquer dúvida: mais

⁶³ <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2012/10/page/4/?topo=13%2C1%2C1%2C%2C%2C13>, acessado em 30 de outubro de 2012.

estudo tende a significar também melhores vencimentos na vida profissional. A diferença salarial entre os que concluíram apenas o Ensino Médio e os trabalhadores brasileiros com curso universitário no Brasil alcança 167%. O percentual, que já foi maior, começou a cair a partir do início deste século, numa tendência comum em países desenvolvidos, nos quais o ensino técnico costuma ser bem valorizado. Ainda assim, o ganho continua expressivo e tende a se ampliar ainda mais nos casos de profissionais com especialização, com curso de mestrado ou doutorado, demonstrando o quanto o país precisa investir mais para propiciar a continuidade da formação depois do Ensino Básico. Apesar dos avanços registrados no país nos últimos anos e de uma maior conscientização dos brasileiros de maneira geral sobre a importância do estudo, as estatísticas ainda são pouco animadoras. Levantamento conjunto dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo, por exemplo, revela que nada menos de 5,3 milhões de pessoas entre 18 e 25 anos não estudam nem trabalham, nem procuram emprego. Aumentou, porém, em 60% o total de jovens brasileiros que apostam na educação profissional, embora a proporção ainda fique longe da registrada em economias bem-sucedidas como a Alemanha, por exemplo. Ainda assim, a média de estudo da mão de obra ocupada no Brasil é de apenas 8,4 anos e uma parcela de apenas 12,5% dos trabalhadores concluiu o Ensino Superior.

Além da baixa escolaridade, o país convive com outros problemas no âmbito educacional. Um deles é a baixa qualidade do ensino de maneira geral, tanto no nível médio quanto no superior. O outro é a acentuada dissociação entre o que ocorre no meio acadêmico e na realidade. Além de melhorar o acesso ao ensino de nível superior, portanto, sem prejuízo da qualidade, o país precisa aproximar os conteúdos do ensino com as exigências cada vez maiores e mais aceleradas do mercado de trabalho.

Países como a Coreia do Sul, entre outros, são exemplos significativos de que é possível obter resultados compensadores com uma aposta firme na educação. Em apenas uma década, até 2010, o percentual de sul-coreanos com diploma universitário passou de 24% para 40%. No Brasil, que só na área de engenharia tem um déficit estimado de 150 mil profissionais, muitas empresas começam a investir em estruturas de formação profissional, apostando nas chamadas "universidades corporativas". É importante que também o poder público faça essa opção clara, para permitir melhor formação e maiores ganhos para os brasileiros e um salto de qualidade para o país.

7 - 21/10/2012 Zero hora, RS⁶⁴

Uma questão de prevenção

*Considero
Propor uma
mudança na
regra do futebol,
com a proibição
de disputas
de bola
com a cabeça*

Sustos. Eles não me faltaram neste mais de meio século de existência intensa e 32 anos de exercício da medicina. Nas diversas e radicais atividades esportivas ou na relativa

⁶⁴ <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2012/10/page/5/?topo=13%2C1%2C1%2C%2C%2C13>, acessado em 30 de outubro de 2012.

inconsequência das festas da juventude e nos plantões de urgência nos ambulatórios de cidades do interior do Estado, foram muitos os momentos de apreensão e sobressaltos. Na noite do dia 17, mais sustos. Dois jogadores sofreram batidas na cabeça. Confesso que, neste momento, por força de repetidos e dramáticos incidentes e por ter conhecimento do nível de agressão ao cérebro que pode advir desse tipo de ocorrência, muito me abalam os traumatismos cranianos no futebol.

As manifestações tendem a ser momentâneas, masPA, pelo fato de o choque ocorrer sem previsão e natural defesa, os danos podem ser permanentes, de natureza cognitiva ou motora. No futebol, o impacto ocorre em pleno processo de aceleração dos indivíduos envolvidos, com forças agindo em sentidos contrários, o que potencializa a violência da colisão. A angústia vem de longe. Relembro da lesão de Zé Rios, da Desportiva do Espírito Santo, no Beira-Rio, em 1979. O capixaba sofreu uma pancada na cabeça, foi hospitalizado e acabou amparado por Valdomiro, ex-atleta do Internacional, e sua esposa. Tempos depois, o dramático acidente de trabalho com Benitez, goleiro colorado e da seleção paraguaia. Foi uma comoção no Rio Grande. Embora sobrevivendo ao TCE (traumatismo cranioencefálico), ambos jamais voltaram aos gramados.

Desde então, quantas cabeçadas. Quantas carreiras promissoras interrompidas. Não possuo estatísticas, masPA estou certo de que os choques no crânio e na face têm aumentado consideravelmente nos últimos anos e com graves implicações para a vida de numerosos jovens atletas, que permanecem com sequelas para sempre.

Urgem providências enérgicas. Considero, inclusive, propor uma mudança na regra do futebol, com a proibição de disputas de bola com a cabeça. Por que não?

Defendo, pelo menos, a instituição de protetores do tipo que usa o goleiro Peter Cech, do Chelsea FC da Inglaterra. Ele, após sofrer um TCE, voltou à profissão, masPA usando um capacete especial, que seguramente diminui sobremaneira os impactos no cérebro e minimiza as consequências neurológicas dos choques.

Como em toda atividade laboral de risco, o futebol deveria ter, por lei, a obrigatoriedade da utilização desse EPI (equipamento de proteção individual), além de outros, como caneleiras, já em uso, e protetores bucais. Pode parecer estranho, incômodo, masPA é indispensável, estou convicto. Outros esportes de contato físico já o adotaram.

O Sindicato dos Atletas, por um lado, os clubes e a CBF, por outro, por interesses convergentes e na defesa da saúde e da vida desses artistas, nossos ídolos, que tantas emoções nos despertam, deveriam fomentar este debate e pressionar a Fifa para estabelecer modificações, de forma que traumas como o que sofreram Rafael Marques e Bernard do Atlético Mineiro no jogo de quarta-feira, contra o Santos, não passassem de mais um susto para os milhares de torcedores presentes na Vila Belmiro e, aos que, como eu, assistiam pela televisão.

BETO GRILL, Vice-governador do Estado e médico ortopedista

8 - 20/10/2012 Zero hora, RS⁶⁵

O código possível

O que um país das dimensões do Brasil precisa é conciliar os interesses ambientais com a necessidade de produzir alimentos a preços favoráveis para quem produz e para quem consome.

⁶⁵ <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2012/10/page/6/?topo=13%2C1%2C1%2C%2C%2C13>, acessado em 30 de outubro de 2012.

O texto do novo Código Florestal, sancionado com vetos pela presidente Dilma Rousseff, está longe de agradar a produtores rurais e ambientalistas, masPA pelo menos garante ao país o instrumental jurídico para regular uma questão que se arrastava havia anos no Congresso, sem perspectiva de alcançar unanimidade. A decisão presidencial conclui uma interminável discussão em torno dos limites das áreas de preservação e de outros aspectos menos significativos para a coletividade, embora relevantes para o setor primário e para os consumidores. E o importante é que o debate foi democrático, todas as partes foram ouvidas, a presidente agiu estritamente dentro da lei e de suas atribuições, e o país passa a contar, bem ou mal, com uma referência legal para o campo.

Lamentavelmente, nem os produtores rurais, nem os ambientalistas, ambos devidamente representados no Congresso, manifestam em relação ao caso a disposição de trabalharem a partir de aspectos consensuais. O que um país das dimensões do Brasil precisa é conciliar os interesses ambientais com a necessidade de produzir alimentos a preços favoráveis para quem produz e para quem consome. Por mais que haja divergências em relação a esses aspectos, o certo é que a legislação atual mostra-se incompatível com a realidade. É importante, portanto, que as novas regras contribuam para colocar a produção de alimentos e a preservação ambiental num mesmo patamar.

Os passos a serem dados a partir de agora por parte de quem se encontra de um e outro lado da questão serão importantes para demonstrar até que ponto o país está preparado para definir regras claras nessa área, capazes de contemplar o máximo possível os diferentes pontos de vista. O Executivo age certo ao considerar a questão encerrada, depois do amplo e longo debate no âmbito do Congresso. MasPA, aos mais inconformados, resta recorrer à Justiça, que tem o poder de dar a palavra final sobre questões mais polêmicas, como a alteração nas regras em relação à faixa de vegetação em torno dos cursos de água e a reserva legal necessária à proteção da fauna e da flora nativas.

O inadmissível seria que, diante das restrições apontadas por produtores e defensores do meio ambiente, o novo código viesse a servir para acirrar ainda mais as divergências, e não para atenuá-las. Representantes de entidades ambientalistas, por exemplo, chegaram a definir as novas regras como inaceitáveis, comparando-as a uma "valsa descompassada", enquanto líderes de produtores rurais ameaçam o Planalto com a possibilidade de retaliações. Esse não é o tipo de atitude que pode ajudar o país produzir, de forma sustentável, o necessário para alimentar sua população e gerar divisas com exportações.

9 - 09/10/2012 Zero Hora, RS⁶⁶

Eleições transparentes

As eleições de domingo reafirmaram que o país já dispõe de instrumentos legais adequados e vem se valendo de recursos tecnológicos para depurar a política, fazendo-a avançar qualitativamente.

Primeira com vigência plena da Lei da Ficha Limpa, a eleição que levou milhões de eleitores habilitados a sair de casa para escolher entre 15 mil candidatos a prefeito e 480 mil a vereador em todo o país no último domingo teve como uma de suas principais características a inexistência de fraudes. Não há registro, depois de um pleito envolvendo números tão monumentais, de algum grande escândalo, de qualquer suspeita de contagem irregular de votos, de nada que desabone a maturidade democrática do país e a inquestionável eficiência das urnas eletrônicas. Diante dessa constatação, e independentemente dos resultados

⁶⁶ <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2012/10/page/11/?topo=13%2C1%2C1%2C%2C%2C13>, acessado em 30 de outubro de 2012.

registrados nas urnas, o grande vencedor do pleito é mesmo o eleitor brasileiro, que tem razões de sobra para saudar o fato de o país estar mais maduro politicamente e a cada pleito se mostrar melhor preparado para engrandecer a prática política no cotidiano.

Nem tudo funcionou com perfeição. A falta de estrutura adequada, por exemplo, permitiu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgar apenas 5% dos casos de políticos com candidaturas pendentes. Esses candidatos, se eleitos, podem ser impedidos de tomar posse, o que certamente frustrará a expectativa dos eleitores que neles votaram. A Justiça Eleitoral promete julgar todos os recursos até a data da diplomação, em 19 de dezembro. Antes disso, promete conferir prioridade para os casos de quem, embora com a candidatura pendente de aprovação, conseguiu passar para o segundo turno. Mesmo com a lentidão da análise dos processos, as eleições de domingo reafirmaram que o país já dispõe de instrumentos legais adequados e vem se valendo de recursos tecnológicos para depurar a política, fazendo-a avançar qualitativamente.

Superado em número de eleitores apenas por Índia, Estados Unidos e Indonésia, o Brasil sobressai mundialmente por avanços como os propiciados pela urna eletrônica, responsável pela simplificação do ato de votar e pela extraordinária rapidez de apuração. E, neste ano, conseguiu avançar ainda mais com o uso da biometria: em centenas de municípios, os eleitores utilizaram as impressões digitais eletrônicas para se habilitarem ao voto.

O país tem razões para celebrar esses avanços, que transformam seu sistema eleitoral num dos mais eficientes do mundo. O uso adequado da tecnologia não apenas facilita a vida dos eleitores e confere maior velocidade aos processos de votação e apuração dos votos. Possibilita, também, maior controle por parte da Justiça Eleitoral e reduz significativamente os riscos de irregularidades e desvios éticos, que durante muito tempo mantiveram os pleitos eleitorais sob suspeita no país.

10 - 09/10/2012 Zero Hora, RS⁶⁷

Novas forças políticas

Embora o embate eleitoral de maior visibilidade nas eleições municipais seja o que se dá em São Paulo, entre representantes de agremiações que vêm disputando os núcleos do poder no país nos últimos 20 anos _ o PSDB de José Serra e o PT de Fernando Haddad _, o pleito municipal do último domingo colocou em evidência novas forças políticas. Muitas dessas expressões estão no PSB do governador pernambucano Eduardo Campos, que elegeu 120 prefeitos a mais do que em 2008, e no PSD do prefeito paulista Gilberto Kassab, que sai da disputa com 500 prefeituras e na condição de quarto maior partido do país, atrás de PMDB, PSDB e PT. O PSB, na verdade, consolida uma tendência, e o PSD se apresenta de fato como a grande novidade da eleição.

O fortalecimento dessas siglas e, na periferia dos resultados, de outras que também obtiveram boas votações evidencia uma das virtudes de uma eleição _ a de não só consagrar os grandes vitoriosos das capitais, como Eduardo Paes, aclamado no primeiro turno no Rio, mas* também de expor novas alternativas à bipolaridade. As eleições não se encerraram em 50 municípios, nos quais haverá segundo turno, e ainda terão previsível influência nas disputas que ocorrerão daqui a dois anos, para governos estaduais e para a Presidência da República. As siglas que buscam espaço como protagonistas terão papel decisivo neste e em outros confrontos futuros, o que é bom para a diversidade e o pluralismo que revigoram a democracia.

⁶⁷ <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2012/10/page/11/?topo=13%2C1%2C1%2C%2C%2C13>, acessado em 30 de outubro de 2012.

O realismo da política recomenda que não se espere purismo ideológico ou programático das siglas que se afirmaram como real opção eleitoral. O que não impede que se crie expectativa positiva quanto ao comportamento dos novos atores nacionais e que isso se traduza em menos incoerência e menos tropeços éticos. Concretamente, seriam saudados gestos que livrassem as novas lideranças das tentações das coligações espúrias que, além de confundir o eleitorado, têm comprometido a identidade dos partidos brasileiros.

11 - 08/10/2012 Zero Hora, RS⁶⁸

O desafio adicional

Este desafio adicional de tornar as cidades mais humanas não pode recair unicamente sobre os novos prefeitos, embora lhes caiba a missão de liderar ações neste sentido.

Também é atribuição dos parlamentares recém eleitos ou reconduzidos a seus cargos. Além dos compromissos assumidos com os cidadãos durante a campanha, os prefeitos eleitos ontem e também aqueles que ainda dependem do segundo turno precisam incluir uma nova meta em suas administrações, juntamente com o atendimento das tradicionais demandas nas áreas de saúde, educação, mobilidade urbana e outros setores essenciais: tornar suas cidades lugares agradáveis para as pessoas. Parece um tema menor diante das reconhecidas carências dos municípios brasileiros que ainda possuem bolsões de miséria, subabitações, trânsito caótico, esgoto a céu aberto, iluminação deficiente, ensino pouco qualificado e _ o mais agudo dos problemas _ mau atendimento de saúde. MasPA não é. Sem perder o foco nas urgências, é possível, sim, fazer de cada cidade um lugar mais civilizado, mais moderno, mais amigável para seus habitantes e para seus visitantes.

As cidades brasileiras precisam se reinventar, a exemplo do que está ocorrendo com o Rio de Janeiro, que está se modernizando e superando ranços imperiais para aproveitar todo o seu potencial de belezas naturais e da alegria de seu povo. As cidades têm o dever de atender os anseios culturais de suas populações, com alternativas compatíveis com as demandas de todas as suas camadas sociais. Os habitantes das cidades brasileiras merecem receber de seus administradores total atenção, serviços públicos orientados para a facilidade e não para a dificuldade, sinalização adequada nas ruas e praças, espaços públicos amplos, limpos e seguros; parques, museus, centros culturais; cuidados com a poluição do ar, com áreas verdes, com limpeza de ruas, calçadas e terrenos baldios.

A cidade é o lar de muitas pessoas, tem que ser aconchegante, confortável, bonita e inclusiva para todos. Ninguém pode ser marginalizado ou maltratado. Todos os cidadãos devem ter os mesmos direitos e deveres, masPA as parcelas historicamente excluídas devem ser compensadas por ações públicas suportáveis pela coletividade.

Este desafio adicional de tornar as cidades mais humanas não pode recair unicamente sobre os novos prefeitos, embora lhes caiba a missão de liderar ações neste sentido. Também é atribuição dos parlamentares recém eleitos ou reconduzidos a seus cargos. Prefeitos e vereadores devem entender que representam populações inteiras e não apenas os eleitores que neles votaram. Não se espera deles que mudem o destino de seus municípios de um dia para o outro, até mesmo porque todos enfrentam reconhecidas dificuldades orçamentárias. O que se deseja é que dediquem parte dos próximos mandatos para pensar no bem-estar dos cidadãos. E que ajam neste sentido.

⁶⁸ <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2012/10/page/12/?topo=13%2C1%2C1%2C%2C%2C13>, acessado em 30 de outubro de 2012.

12 - 24/08/2012 Diário de Nata, RN⁶⁹

O horário eleitoral

A paciência dos telespectadores e ouvintes de rádio começou a ser testada na última terça-feira (21) pelo horário eleitoral gratuito. O teste continua até o dia 4 de outubro. Às segundas, quartas e sextas serão apresentados os pretendentes majoritários e às terças, quintas e sábados os proporcionais às cadeiras na Câmara Municipal de Natal. São nada menos do que 449 candidatos, tornando praticamente impossível, no horário eleitoral, dar a palavra a cada um deles. Por isso mesmo, resta aos partidos a alternativa de mostrar apenas o rosto e o número de candidatura da maioria e permitir a alguns mais cotados nada mais que uma frase.

Já os seis candidatos a prefeito terão bem mais tempo para se fazerem conhecidos ou lembrados, embora poucos tenham realmente a chance de dar detalhes do que prometem fazer à frente da Prefeitura. No rádio, os programas vão ao ar às 7h e às 12h. Na TV, às 13h e às 20h. Cada um terá meia hora de duração e serão, para a maioria das pessoas, 30 minutos que mais parecem uma eternidade. Não deveria ser assim.

O horário eleitoral, que na verdade só é gratuito para os candidatos, é, sim, uma boa ideia da democracia brasileira. Nos Estados Unidos, por exemplo, as TVs cobram preços de tabela para transmitir propaganda de candidatos ou de partidos, ou seja, quem pode pagar mais tem mais tempo. Aqui, a divisão do horário é administrado pela Justiça Eleitoral, conforme critérios fixados em lei e ancorados na votação que cada partido recebeu na eleição anterior. É, sem dúvida, mais justo e mais democrático. O problema é outro. Como o automóvel e a internet, que são produtos da inteligência e do trabalho do homem destinados ao conforto, à segurança e ao desenvolvimento de todos, o horário eleitoral gratuito é bom ou ruim dependendo do uso que dele se faz. E o uso tem merecido reparos, como de resto toda a atividade política do país. A frouxidão da legislação eleitoral permite e alimenta arranjos partidários que priorizam a soma dos minutos e segundos que a coligação terá na TV e no rádio, em prejuízos programas e até da história de cada partido.

Assim, o horário eleitoral, que era para democraticamente abrir espaço para o debate de ideias e exposição de propostas, virou, como quase tudo na política brasileira, moeda de troca na corrida pelo poder a qualquer preço. Em vez de motivar o cidadão, ao fortalecer o respeito à diferença como um dos mais belos aspectos do regime, o comício eletrônico tem sido usado para aumentar a convicção da maioria de que "políticos e partidos são todos iguais". Uma lástima.

Não é, aliás, por outro motivo que o precioso tempo (custa milhões em tributos a serem compensados pelos cofres públicos) acaba sendo usado mais para denegrir o adversário do que para construir e defender o programa de cada lado. Como não há o menor sinal de que uma reforma política digna do nome venha a ser feita por quem se beneficia da situação atual, resta ao eleitor economizar energia no horário eleitoral e orientar seu voto por fontes mais confiáveis.

"A vitória é dos que afirmam a sua personalidade, a sua coragem, diante do que os ignorantes chamam fatalidade" (in "A Fidelidade à Escalada do Céu" - 11.6.1949) - Assis Chateaubriand

13 - 27/05/2012 Diário de Natal, RN⁷⁰

⁶⁹ <http://www.diariodenatal.com.br/2012/08/24/editorial.php>, acessado em 31 de outubro de 2012.

⁷⁰ <http://www.diariodenatal.com.br/2012/05/27/editorial.php>, acessado em 31 de outubro de 2012.

O império da insânia

Estagnadas por mais de um ano, as negociações em torno do programa nuclear iraniano, que o regime de Mahmoud Ahmadinejad afirma - sem convencer a humanidade - ter fins pacíficos, foram retomadas no começo do mês passado. Nova rodada está marcada para a próxima quarta-feira. MasPA, por pouco, o encaminhamento de solução diplomática capaz de dar transparência à assumida atividade de enriquecimento de urânio pelo país islâmico não sofreu novo e irreversível revés na última quinta-feira. Naquele dia, o embaixador dos Estados Unidos em Telavive, Dan Shapiro, usou a rádio do Exército israelense para anunciar que a opção militar para a crise "não está apenas disponível, está pronta".

O tom de ameaça, felizmente, não encontrou eco entre os radicais iranianos. Pelo contrário. O exemplo de civilidade veio de Teerã. Coube ao analista político Hamid Reza Taraghi, próximo do aiatolá Ali Khamenei, relativizar a afronta. Segundo ele, o discurso visou acalmar extremistas de Israel, embora, "sem nenhuma dúvida", tivesse potencial para atrapalhar as negociações, caso autoridades do Irã reagissem no mesmo diapasão. Mais do que fornecer explicação plausível, certamente o especialista se pronunciou para baixar a temperatura. Coincidência ou não, os republicanos acabavam de obstruir no Senado, em Washington, votação de novas represálias ao Irã.

Seria ingenuidade acreditar em conversações tranquilas, desprovidas do clima de tensão reinante, sempre próximas da deflagração. Justo por isso, estocadas desnecessárias de lado a lado não contribuem para desfecho pacífico. O ideal seria que os entendimentos se dessem em nível elevado, isento, sob a condução de organismo mundial com reconhecida força de persuasão. Já não é o caso da ONU, cujo Conselho de Segurança há tempos deixou de refletir o equilíbrio de poder das nações, além de estar com pouco crédito perante a comunidade internacional - haja vista a invasão do Iraque à revelia de suas resoluções, sob o falso pretexto de que o governo Saddam Hussein mantinha arsenal de destruição em massa.

Teerã e Bagdá se encaixam com perfeição na clássica peça publicitária de uma vodka que, ao brincar com a ressaca do dia seguinte, tornou célebre a frase: "Eu sou você amanhã". Depois da antiga Babilônia, a antiga Pérsia destruída, com milhares de mortos, não seria apenas a reprise de filme de horror de péssimo gosto. Seria a repetição de trágico erro histórico que a humanidade não pode aceitar, masPA que está por um triz, porque Ahmadinejad resiste em abrir as instalações nucleares a inspeções irrestritas da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea). É a falta de credibilidade das Nações Unidas emprestando combustível para fazer o mundo girar sobre a insânia.

Segredos resistentes

Levou menos de 24 horas para a Lei de Acesso à Informação Pública provocar polêmica e revelar resistências que apenas comprovam o tamanho e a importância da mudança na cultura que há 500 anos orienta a relação do poder público com a cidadania brasileira. Depois de constatar que foram raríssimas as repartições em todo o país que levaram a sério o prazo de seis meses para que providenciassem os meios de atender as demandas por informações de qualquer brasileiro que as solicitarem, a cidadania começa a perceber que só na base de muito constrangimento conseguirá mover as pedras colocadas sobre como certos órgãos públicos gastam o dinheiro dos impostos.

Pela lei, deixou de ser segredo o quanto ganham funcionários de todos os níveis da administração, incluídos todos os penduricalhos em forma de gratificações e vantagens. Sempre se soube que há casos de flagrante desrespeito ao teto fixado para o funcionalismo público, masPA até agora os dirigentes de órgãos que abrigam esses apaniguados têm

conseguido, por meio de vários artifícios, simplesmente ocultar salários que, de tão elevados, não guardam a menor relação com o que se paga na economia real por idêntica função e exigências maiores. As primeiras resistências surgiram logo nas primeiras horas que se seguiram à publicação do decreto assinado pela presidente Dilma Rousseff, regulamentando a Lei de Acesso. Ela deu um passo à frente ao determinar que todos os órgãos da administração federal sob seu comando terão de publicar na internet os salários de forma individualizada dos funcionários concursados e dos ocupantes de cargos de confiança (de recrutamento amplo). E mais, todos os órgãos estão sendo orientados a incluir na remuneração a ser informada na rede os eventuais jetons recebidos por participação em conselhos de empresas públicas e fundações. Está claro que essa determinação só é válida para os órgãos federais do Executivo. Os poderes Legislativo e Judiciário, bem como as administrações estaduais e municipais, terão de estabelecer regulamentações próprias. É aí que começam as resistências. Nem parece que a lei tramitou e foi aprovada com aplausos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Sem dar as caras, as duas Casas legislativas informaram por meio de nota que não pretendem publicar o salário de seus servidores. O argumento é que tais informações são consideradas pessoais, ou seja, relativas à intimidade e à honra do indivíduo. Não serão postadas na internet e tampouco fornecidas a pedido de um cidadão. Há ainda a desculpa de que o servidor que tiver sua renda divulgada passa a ter sua segurança ameaçada. Não faz sentido, mas PA não surpreende.

A obrigatoriedade de constar a remuneração oferecida nos editais de concursos públicos para preenchimento de vagas no Congresso tem causado indignação pela irrealidade dos salários iniciais, como o de seguranças do Senado, que terão salário de entrada de R\$ 13 mil. Mas PA os tempos são outros e se engana quem aposta na antiga capacidade de vencer a vontade popular pelo cansaço. Se esquecem da vigilância da imprensa e se arriscam aenfurecer os milhões de anônimos que convivem nas redes sociais. O melhor que farão os parlamentares, governantes e agentes públicos de todos os poderes e níveis é aderir sem reservas a mais esse avanço da democracia brasileira.

14 - 30/08/2012 Diário de Natal, RN⁷¹

Não é hora de mexer no IPI dos carros

O governo acerta ao manter por mais algum tempo (pelo menos até o fim de outubro) a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis de maior aceitação popular (com motorização até 2 mil cilindradas). O incentivo fiscal ao consumidor venceria sexta-feira (31/8), mas PA a decisão de prorrogá-lo já está tomada, embora ainda não anunciada oficialmente.

Razões para isso não faltam. A demanda da classe média - segmento da população que permanece beneficiado com bom nível de emprego e aumentos reais de salários - por carros novos demonstrou estar ainda longe de ser atendida. A reação à queda nos preços provocada pela retirada total ou parcial do tributo foi imediata e animadora. As vendas tinham perdido fôlego no segundo semestre do ano passado, reduzindo fortemente o ritmo das fábricas. A produção de 309 mil unidades de julho de 2011 caiu para 211,8 mil em janeiro de 2012, lotando os pátios das montadoras.

Em maio, houve a redução do imposto, as vendas reagiram e fecharam julho com 364,5 mil unidades comercializadas, o segundo melhor resultado para o mês na história dessa indústria no Brasil. Com menos estoque nos pátios, as montadoras iniciaram a retomada da produção,

⁷¹ <http://www.diariodenatal.com.br/2012/08/30/editorial.php>, acessado em 31 de outubro de 2012.

que em julho foi de 297,8 mil unidades, quase no mesmo nível registrado em julho de 2011. E essa reação se repete em agosto.

A indústria automotiva e sua enorme cadeia de fornecedores e agentes de comercialização não são capazes de sustentar sozinhas o crescimento da economia. MasPA seu peso na formação do Produto Interno Bruto (PIB) e no nível de empregos do país é expressivo. Evitar que esse segmento gere resultados negativos já terá sido um grande passo num ano em que não se espera crescimento da economia maior do que 2%. Além disso, o fim dos estímulos fiscais aos carros da classe média viria na contramão de notícias que, depois de meses de maus ventos, sinalizam tímidos, masPA concretos sinais de retomada da economia.

O primeiro veio das vendas do varejo, que em junho registraram inesperado aumento de 1,5% sobre maio, quando um recuode 0,3% era mais do que esperado. Depois vieram os dados do Ministério do Trabalho, que indicaram a criação líquida de 142.496 empregos formais em julho, superando em mais de 22 mil vagas o desempenho de junho. Finalmente, todos os sinais foram confirmados pela divulgação do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que subiu 0,75% em junho em relação maio. Esse indicador mensal funciona como espécie de sinalizador do desempenho do PIB, calculado pelo IBGE a cada três meses. O IBC-Br de junho quebra uma sequência preocupante, que vinha sustentando as expectativas menos otimistas para o fim do ano.

Como se sabe, as decisões de investimentos das empresas e de consumo de bens duráveis das pessoas responsáveis são tomadas conforme as expectativas em relação ao futuro próximo. Se há sinais positivos na economia e se as contas públicas oferecem margem para alguma renúncia, o mais sensato será manter os estímulos que estão funcionando, pelo menos enquanto não houver condições políticas para uma reforma tributária digna do nome, que dispense tratamentos localizados.

Assis chateaubriand

"Como lavoura de maior resistência é preciso pensar no rio São Francisco. Há ali terra e água, na parte de Alagoas, Sergipe e Pernambuco para concentrar milhões de famílias, tudo fazendo agricultura permanente, tanto de subsistência como de matérias-primas para exportação (in "Agricultura Tropical" - 4.2.1962)

15 - 24/07/2012 Diário de Natal, RN⁷²

Pré-sal exige mais cuidados

A empresa norte-americana Chevron, que explora área de concessão de petróleo na plataforma submarina brasileira, negligenciou normas de segurança previstas na legislação nacional e no próprio manual de gestão de risco que, cumpridas, teriam evitado o vazamento de 3,7 mil barris de óleo na Bacia de Campos, a 120km da costa do Rio de Janeiro, em novembro de 2011. O acidente ainda estava em investigação quando, em março último, mais 2,4 mil barris vazaram, dessa vez de poço explorado pela empresa a apenas 3km de distância dali. Apesar disso, a petrolífera com sede nos Estados Unidos, embora temporariamente proibida de fazer perfurações no Brasil, mantém 62 campos de exploração na região. Só interrompeu a produção porque quis.

Lá se vão oito meses desde que, no primeiro vazamento, uma mancha de óleo de 163km² se formou na superfície do litoral fluminense. Por sorte, correntes marítimas se encarregaram de

⁷² <http://www.diariodenatal.com.br/2012/07/24/editorial.php>, acessado em 31 de outubro de 2012.

levá-la para longe, livrando de desastres ambientais praias como Búzios e Cabo Frio. MasPA uma onda de insegurança invadiu a costa do país, onde permanece ameaçadora. Afinal, a corrida ao pré-sal - ricas reservas do ouro negro localizadas entre 5 mil e 7 mil metros abaixo da superfície do mar - exige tecnologia de ponta e alto nível de responsabilidade, credenciais que pareceram tênues, quando não totalmente ausentes, na ocasião do sinistro.

Na semana passada, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) concluiu relatório de 68 páginas que aponta 25 infrações cometidas pela Chevron, levantando a possibilidade de que a companhia seja multada em até R\$ 50 milhões. A punição será definida em 30 dias, masPA esse é o teto, e ainda caberá recursos.

Segundo a ANP, entre outras falhas, a empresa norte-americana fez estimativa errada da pressão do poço, demorou a perceber e a notificar o vazamento, e, na sequência, usou técnicas inadequadas para controlar a situação. Ou seja, errou antes, durante e depois. E continua habilitada a operar, podendo inclusive recuperar a permissão para abrir novos poços. A sequência de falhas na segurança da operação da Chevron de depósitos no fundo do mar expôs o perigo que ameaça o meio ambiente da costa brasileira. Há que se estabelecer regras rigorosas para que não restem dúvidas quanto à capacidade técnica das companhias interessadas em explorar petróleo em águas profundas. Também urge implementar um marco regulatório efetivo, que há anos vem sendo cobrado por ambientalistas, com plano de contingência, e estabelecer tolerância zero para eventuais desídiás, além de manter inspeções periódicas e fixar punições graves o suficiente para não favorecerem a impunidade. O que não se admite é pôr em xeque a inestimável fortuna brasileira, anunciada em 2007 como a salvação das deficiências nacionais nas área da saúde, da educação, dos transportes e da infraestrutura em geral.

16 - 25/10/2012 - 03h30 Folha de São Paulo⁷³

Editorial: Saúde sem simplismo

As campanhas eleitorais em São Paulo, nos últimos dias, abandonaram a discussão vazia sobre preferências sexuais e religiosas, temas da esfera privada do cidadão. O tema predominante, agora, é de notório interesse público: o sistema municipal de saúde.

É portanto bem-vinda a prioridade que Fernando Haddad (PT) e José Serra (PSDB) passaram a dar a essa área. Há que lamentar, porém, que ainda aí o debate seja tomado pelo maniqueísmo ideológico.

Em pesquisas realizadas pelo Datafolha em 2004 e 2008, 16% dos paulistanos diziam que a saúde era o principal problema da cidade. Hoje, esse percentual saltou para 29%. Nesses oito anos, São Paulo esteve nas mãos do PT (Marta Suplicy), do PSDB (Serra), do DEM e do PSD (Gilberto Kassab).

Diferentes partidos, como se vê, foram incapazes de melhorar o quadro. Mesmo com o recurso às organizações sociais (OS) e a assinatura dos primeiros contratos de gestão com tais entidades privadas em 2007, a avaliação da saúde seguiu piorando. O índice de ótimo/bom passou de 17% para 12%; o de ruim/péssimo, de 51% para 60%.

O desempenho ruim do setor tem muito a ver com o desequilíbrio entre regiões: 64% dos médicos estão no centro expandido da capital, onde vivem menos de 20% dos paulistanos; a Bela Vista tem 40 leitos hospitalares para cada mil habitantes, enquanto 25 outros distritos não têm leitos.

⁷³ <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1174735-editorial-saude-sem-simplismo.shtml>, acessado em 30 de outubro de 2012.

Embora ainda careçam de análises aprofundadas de desempenho e de controles adequados, as OS propiciam vantagens evidentes. Livres das amarras da administração pública, permitem maior eficiência para fazer contratos, compras e gestão de recursos humanos.

As OS ajudam a expandir os serviços, mas PA não são uma panaceia. Sem planejamento, podem até contribuir para agravar a desarticulação entre as várias portas de entrada do sistema de atendimento.

Em vez de trocaram acusações simplistas, Haddad (que precisa deixar de ser ambíguo) e Serra deveriam avançar na discussão. Apenas defender ou criticar as organizações sociais, em abstrato, não vai resolver as complexas deficiências do setor.

17 - 22/10/2012 - 03h00 Folha de São Paulo⁷⁴

Editorial: Menos dólares

Seja em razão da conjuntura internacional desfavorável, seja por algum desencanto com políticas e resultados obtidos até aqui pelo governo Dilma Rousseff, o investimento estrangeiro no Brasil mostra queda acentuada neste ano.

O capital externo direcionado a ações de empresas e títulos de renda fixa ficou em US\$ 13 bilhões no período de 12 meses encerrado em agosto. Em 2010, esse volume havia alcançado US\$ 68 bilhões.

Especialistas de bancos e administradores de fundos de investimento atribuem a queda aos magros números do PIB e ao recrudescimento de medidas intervencionistas na política econômica da presidente Dilma Rousseff.

Segundo esse raciocínio, o Executivo ampliou a ingerência em grandes empresas de capital aberto, como a Petrobras e a Vale, cuja administração se contaminou mais com interesses políticos --embora, de início, o mercado tenha comemorado o maior "entrosamento" da nova diretoria com o Planalto.

Desencadearam-se, ainda, ofensivas de apelo popular contra juros bancários, tarifas de energia elétrica e vendas de planos de telefonia celular. Sem dúvida havia abusos a combater, mas PA se criou uma atmosfera interpretada como hostil à rentabilidade dos negócios.

A argumentação tem alguma pertinência, ainda que seja difícil aquilatar com precisão o peso do dirigismo oficial no rareamento dos dólares. Felizmente para o país, a diminuição de investimentos externos não é generalizada.

Quando se consideram os recursos injetados diretamente no setor produtivo por multinacionais, constatam-se US\$ 66 bilhões acumulados nos últimos 12 meses. Trata-se de aumento significativo sobre os US\$ 48 bilhões de 2010.

Ao contrário do que se projetava no início do ano, essa fonte de divisas será mais do que suficiente para cobrir o déficit nas transações comerciais e de serviços com o exterior, hoje em torno dos US\$ 50 bilhões anuais.

A desaceleração da atividade acabou contribuindo para evitar um aumento desse déficit. As remessas de lucros e dividendos para matrizes, por exemplo, deverão cair de US\$ 38 bilhões, em 2011, para US\$ 24 bilhões.

Tudo somado e subtraído, o Brasil obtém financiamento mais seguro, na forma de investimentos diretos. A retração do capital especulativo, direcionado a títulos e ações, evita uma pressão adicional pela valorização da moeda nacional, prejudicial às exportações.

⁷⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/1172871-editorial-menos-dolares.shtml>, acessado em 30 de outubro de 2012.

A longo prazo, no entanto, continua necessário elevar a poupança nacional, para que a ampliação da infraestrutura e a aquisição de equipamentos não dependa tanto da entrada de dólares.

18 - 21/10/2012 - 03h00 Folha de São Paulo⁷⁵

Editorial: Antes tarde que nunca

Fernando Haddad (PT) e José Serra (PSDB) parecem enfim ter-se dado conta do óbvio: o que São Paulo espera dos candidatos são propostas para resolver os problemas da cidade, e não o bate-boca que predominou na campanha.

No debate promovido quinta-feira pela TV Bandeirantes, esteve visível algum esforço de ambos para apresentar detalhes de compromissos eleitorais. Mesmo assim predominaram as acusações e o fraseado genérico dos publicitários.

Haddad e Serra têm, no entanto, algumas ideias para São Paulo. Os respectivos programas de governo são documentos que coincidem na maioria dos diagnósticos, masPA oferecem estratégias distintas de solução.

O plano de Haddad, de agosto, tem 125 páginas e 728 propostas. O de Serra, apresentado segunda-feira, abrange 72 páginas e 239 propostas. O nível de detalhes do programa petista pode ser maior, masPA ambos pecam pelo baixo índice de metas mensuráveis e pela parca referência a custos.

Qualquer cidade brasileira tem de ser administrada sob a lógica do cobertor curto. Sem poder ponderar quanto cada candidato pretende investir em seus projetos, o eleitor tem menos condições de avaliar os planos. Eis aqui um elenco sucinto de necessidades em áreas prioritárias da administração:

Transportes/trânsito - Congestionamentos figuram entre os maiores problemas de São Paulo. Haddad e Serra, corretamente, dizem que uma das causas é o fato de a cidade ter se espreado demais. Faz sentido, como propõem, estimular novos polos de desenvolvimento para desafogar regiões centrais --onde estão metade dos empregos e 12% dos habitantes.

Além disso, é crucial investir em transporte público de qualidade. A melhor solução são os corredores de ônibus, que podem ser construídos em menos tempo e a um custo mais baixo que linhas de metrô.

Tanto Haddad quanto Serra prometem investir nos dois modais, masPA a ênfase do petista são os ônibus, e a do tucano, o metrô. O candidato do PT, porém, não explicou de onde tirará dinheiro para subsidiar o Bilhete Único Mensal, uma de suas principais bandeiras.

Educação - Os dois maiores nós são as filas nas creches (deficit de 145 mil vagas) e a qualidade precária do ensino fundamental (até o nono ano). Os dois candidatos prometem enfrentar ambos os problemas, embora não seja claro como pretendem executar as propostas.

Em vez de avançarem nessas questões, Haddad e Serra recorrem a iniciativas acessórias, como ensino técnico --que não é prioridade da prefeitura--, ou desejáveis masPA discutíveis do ponto de vista do custo, como a jornada integral.

O prefeito deveria, ainda, tirar melhor proveito das avaliações e garantir maior autonomia para diretores de escolas --duas medidas de baixo custo e alta eficácia.

Saúde - Carência de médicos e especialistas, dificuldade para marcar exames, demora em atendimentos e diversas portas de entrada no sistema (AMA, UBS, AME etc.) são deficiências que tornam a saúde a área mais mal avaliada. Haddad e Serra dedicam boa parte das promessas ao setor, masPA com algumas divergências.

⁷⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1172540-editorial-antes-tarde-que-nunca.shtml>, acessado em 30 de outubro de 2012.

O petista é ambíguo em seu programa quanto a abandonar o modelo das organizações sociais (OS), pelo qual entidades privadas recebem dinheiro da prefeitura e gerenciam equipamentos municipais de saúde. Em entrevistas, Haddad tem negado a intenção, mas PA afirma que vai submeter a contratação de funcionários a concursos públicos --o que anularia muitos ganhos de eficiência das OS.

Serra não aborda o tema diretamente, mas PA já deixou claro que manterá o modelo atual.

Há críticas à atuação das OS --por exemplo, fiscalização insuficiente--, mas PA parece inegável que elas acrescentam agilidade a um serviço essencial para a população.

As OS não têm como resolver, porém, a desorganização estrutural da saúde municipal. Os diversos níveis de atendimento (básico, emergencial, hospitalar) não conversam entre si. Essa é uma questão central que Serra aborda de forma superficial, enquanto Haddad propõe medidas mais concretas.

Gestão - Do ponto de vista administrativo, há duas questões urgentes e consensuais. A primeira é renegociar a dívida da prefeitura com a União, que implica repasses anuais de quase 10% do Orçamento municipal. A segunda é reduzir o custeio da máquina.

Um terceiro ponto crucial, entretanto, consta só do programa petista: a descentralização da administração, com recuperação do papel original das subprefeituras. Uma cidade com as dimensões de São Paulo precisa distribuir a gestão e o acompanhamento de necessidades específicas de cada região.

Haddad, candidato de oposição ao prefeito Gilberto Kassab (PSD), promete mudanças substanciais nas políticas, como para a saúde, mas PA soa enganoso com seu propagandístico Arco do Futuro, que rebatiza ações já previstas pela atual administração.

Serra, de quem Kassab foi vice, torna-se refém dos projetos de seu afilhado. Por outro lado, o tucano não precisa se preocupar com restrições ideológicas a parcerias privadas, como ocorre com o partido de seu adversário.

Apesar das deficiências de cada programa, o eleitor ganha um pouco mais de condições para escolher o próximo prefeito, levando em conta não só os ataques de um candidato a outro, mas* o que lhe parecer mais capaz de tornar São Paulo uma cidade melhor.

19 - 20/10/2012 - 03h30 Folha de São Paulo⁷⁶

Editorial: As penas de cada um

Diferentemente do que se acredita, não são assim tão leves as penas previstas na legislação brasileira para quem comete os ditos crimes de colarinho-branco.

Pelo menos quanto aos delitos de que são acusados os réus do mensalão, dificilmente se poderiam considerar brandas as punições que o Supremo Tribunal Federal detém a prerrogativa de aplicar.

Confirmam-se os principais crimes em julgamento. Os de corrupção ativa ou passiva acarretam de 2 a 12 anos de reclusão (para os casos daqueles cometidos antes de novembro de 2003, porém, a legislação então em vigor previa sanção menor: de 1 a 8 anos).

Como se sabe, no caso do mensalão esses crimes não aconteceram isoladamente; os delitos de lavagem de dinheiro (3 a 10 anos de reclusão) e formação de quadrilha (1 a 3 anos) também pesam sobre vários dos réus.

Menos frequentes, os delitos de peculato (2 a 12 anos), evasão de divisas (2 a 6 anos) e gestão fraudulenta de instituição financeira (3 a 12 anos) sobrepõem-se ainda a outros, no caso de vários acusados.

⁷⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/1172316-editorial-as-penas-de-cada-um.shtml>, acessado em 30 de outubro de 2012.

Vencidos os últimos debates quanto à culpa dos envolvidos, caberá ao Supremo decidir em breve quanto à dosagem das penas a serem aplicadas a cada um.

O único indicativo mais concreto que se tem a respeito foi o voto do ministro Cezar Peluso, que, antes de se aposentar, pronunciou na íntegra a sua decisão.

Incidia apenas sobre os primeiros casos, relativos ao envolvimento do ex-dirigente do Banco do Brasil Henrique Pizzolato e do ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha no esquema de Marcos Valério.

Só nesse item, segundo o voto de Peluso, o publicitário mineiro foi condenado a 16 anos de prisão. Ressalte-se que o grupo de Marcos Valério conheceu, ao longo do julgamento, renovadas condenações por diversos outros crimes.

Evidentemente, não se multiplica o prazo da prisão pelas diversas vezes em que um mesmo crime se repete (nalguns casos, dezenas de vezes), embora isso possa levar ao agravamento das penas. Mesmo assim, e ainda que se aplique a pena mínima, não resultarão brandos os efeitos das condenações que já se configuram.

Há muitos fatores em conta na chamada "dosimetria" das penas. A resposta exemplar a uma situação mais ampla e notória de impunidade justifica o rigor da Justiça.

Penas justas, porém individualizadas e razoáveis, terão de ser sopesadas. Os condenados do mensalão devem, é óbvio, pagar pelo que fizeram. MasPA não, numa espécie de expiação simbólica, pelas omissões de todo um sistema jurídico e social.

20 - 19/10/2012 - 03h30 Folha de São Paulo ⁷⁷

Editorial: A nova família

Segundo o Censo 2010, dos brasileiros casados, 36,4% viviam em união consensual, contra apenas 28,6% em 2000. Como consequência, o total de casados perante Deus ou a lei caiu de 71,4% para 63,6%.

Outro número que cresceu significativamente foi o de separados e divorciados. O percentual dos que deixaram de viver em algum tipo de união passou de 11,9% em 2000 a 14,6% em 2010. O de divorciados quase dobrou, de 1,7% para 3,1%.

O IBGE também passou a identificar os casais homossexuais. Os que admitem viver nesse tipo de relação são poucos, correspondendo a meros 60 mil domicílios, 0,1% do total. MasPA o simples fato de o instituto oficial de estatísticas tentar contá-los já indica a maior aceitação de arranjos matrimoniais que fogem do tradicional.

Para os mais conservadores, esses números retratam a desestruturação da família. "O tempora, o mores", poderiam esbravejar, no rastro de Cícero.

Para os menos tradicionalistas, as mudanças têm aspecto positivo. Elas indicam que vivemos numa era de maior tolerância e menos hipocrisia, na qual as pessoas podem exercer de forma mais ampla sua liberdade individual.

A experiência brasileira e de outros países também sugere que, de um modo geral, os novos arranjos são capazes de preservar os interesses de filhos e cônjuges.

Muito embora as implicações jurídicas de uma união estável não sejam idênticas às de um casamento civil, elas são suficientes para proteger a parte mais fraca, ao prever o pagamento de pensões e assegurar o direito de herança.

Já os vaticínios catastrofistas dos que afirmavam que crianças oriundas daquilo que algumas décadas atrás se chamava de "lares desfeitos" --ou, hoje, das criadas por casais homossexuais-- se tornariam adultos perturbados vêm sendo desmentidos pela realidade.

⁷⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/1171591-editorial-a-nova-familia.shtml>, acessado em 30 de outubro de 2012.

Seria exagero, entretanto, concluir que tudo é um mar de rosas nas novas disposições familiares. A consequência aritmética de uma separação é que o trabalho doméstico e os encargos familiares antes divididos entre duas pessoas (ainda que desigualmente) passa a ser feito por uma, em geral a mulher --famílias monoparentais femininas já abarcam 16% dos domicílios.

O fardo se torna ainda maior quando se considera a dificuldade que é conseguir serviços públicos, como creches e ensino em tempo integral, que permitam conciliar o trabalho com a paternidade.

É preciso que o poder público invista rápida e eficazmente nessas áreas, para o Brasil não ser atropelado pela realidade demográfica.

21 - 19/10/2012 - 03h00 Folha de São Paulo⁷⁸

Editorial: Favorito e indecifrado

A pesquisa que o Datafolha publica hoje confirma a arrancada de Fernando Haddad, o candidato do PT à Prefeitura de São Paulo. Os 17 pontos de vantagem obtidos sobre José Serra, do PSDB, tornam uma virada muito difícil, embora não impossível, no lapso de nove dias até a votação.

A reação do candidato tucano parece ainda mais improvável quando se observam as características das forças que limitam seu desempenho. Baixou um pouco, mas PA ainda chega a 42% a fatia dos paulistanos que consideram ruim ou péssima a gestão de Gilberto Kassab (PSD), o pupilo que Serra deixou na prefeitura no início de 2006, quando saiu para disputar, e conquistar, o governo estadual.

Decerto a rejeição contra Serra é composta em boa parte dessa contrariedade com a administração de Kassab. Mas PA não só disso.

Nota-se um cansaço com a própria figura do ex-governador, o qual, de dois em dois anos, acaba por disputar algum cargo público. Serra é agora rejeitado por 52% dos eleitores.

O ex-governador se tornou, além disso, e sobretudo desde 2010, um político que corteja teses à direita no espectro político. Deixou-se influenciar demasiado pela pauta de grupos religiosos e conservadores.

Essa opção costuma funcionar melhor para um candidato ao Senado Federal ou à Câmara dos Deputados. Mas PA se torna menos eficaz para alguém cujo objetivo é conquistar a maioria de um eleitorado heterogêneo e multifacetado.

Do lado petista, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a julgar pela pesquisa, parece prestes a conquistar mais uma importante vitória eleitoral.

Repetiu com Haddad, em São Paulo, a fórmula que havia levado a desconhecida Dilma Rousseff à Presidência. Enxergou, ao contrário dos tucanos, a necessidade de renovar quadros petistas e virar a página da geração de líderes afinal condenada pelo mensalão.

#Mas* e Fernando Haddad? Estará à altura da tarefa de governar a maior e mais complexa cidade da América do Sul?

O intelectual de origem marxista mal disfarça a falta de vivência e de conhecimento sobre os principais problemas da metrópole. Numa campanha marcada por ataques popularescos, expressão de simplismo político e programático, o eleitor não decifrou esse enigma.

Que os debates televisivos e o trabalho da imprensa independente possam desvendar, nos poucos dias que restam até a eleição, esse candidato --agora franco favorito para assumir a

⁷⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1171590-editorial-favorito-e-indecifrado.shtml>, acessado em 30 de outubro de 2012.

prefeitura em janeiro de 2013. Não é o caso de passar um cheque em branco, a quem quer que seja, numa incumbência tão importante.

22 - 14/10/2012 - 03h30 Folha de São Paulo ⁷⁹

Editorial: São Paulo quer saber

Começa amanhã a propaganda eleitoral do segundo turno na cidade de São Paulo. Fernando Haddad, do PT, e José Serra, do PSDB, disputam a preferência de uma capital que, em sua complexidade, expressão demográfica e peso econômico, é comparável a Estados ou mesmo a países.

A população municipal, de 11,5 milhões de habitantes, se equipara à da Bolívia e supera a de Portugal. O PIB da cidade anda pela casa dos R\$ 500 bilhões, equivalente ao de nações como Israel e Egito.

A magnitude dos problemas também impressiona. A extensão das linhas de metrô é de apenas 74 km; na Cidade do México chega a 200 km; em Madri, a 280 km. O tempo de escolaridade médio da população é de 7,6 anos; na China, alcança 12 anos. Nas demais áreas, precariedades análogas poderiam ser facilmente apontadas.

Embora as soluções nem sempre dependam apenas do poder municipal, o prefeito é o responsável pela definição de políticas e propostas para a cidade. O que os candidatos planejam fazer?

Na área de transporte público, por exemplo, os contratos de concessão de ônibus irão vencer no ano que vem. Que regras devem guiar a nova licitação? Haverá, como é necessário, racionalização dos percursos, melhoria da qualidade da frota e articulação com as linhas de trem e metrô? E qual será o critério de reajuste das tarifas?

Os corredores de ônibus prometidos -- masPA não realizados-- pela atual gestão serão, enfim, construídos? Em que prazo? Os repasses municipais para o Metrô vão continuar? Em que condições?

São Paulo precisa de estacionamentos e garagens subterrâneas em áreas estratégicas, como na vizinhança de terminais de ônibus, estações de trem e de metrô. Que modelo será adotado?

O atual Plano Diretor, de 2002, venceu, e um novo terá de ser aprovado. Ainda que pareça algo abstrato, distante do dia a dia da população, trata-se de ferramenta essencial para orientar o desenvolvimento urbano na próxima década.

As atuais linhas mestras serão mantidas? Quando e como a ideia, já formulada, de oferecer mais trabalho na periferia e mais moradia social no centro vai se transformar em realidade? A atual política de ocupação da cracolândia e o projeto da Nova Luz serão mantidos?

Na área administrativa, qual será a linha de gestão? O modelo das organizações sociais (OSs) tem dado bons resultados, embora se ressinta de fiscalização mais efetiva. A ideia é aperfeiçoá-lo ou voltar à gestão estatal direta? O funcionalismo precisa ser ampliado?

Na saúde, a atual administração prometeu três novos hospitais. Eles serão construídos? Em que prazo? Haverá verba pública suficiente ou serão feitas parcerias com o setor privado?

Tema polêmico na educação, a progressão continuada será preservada ou se pretende reavaliar o mecanismo, que faz sentido na teoria, masPA nem sempre dá bons resultados na prática? Os dois candidatos pretendem aumentar o tempo de permanência dos alunos nas escolas --como isso será feito, dentro de que cronograma, a que custo?

Quanto aos CEUs, lançados pela prefeita Marta Suplicy (2001-2004), foram bem acolhidos pela população a ponto de terem sido adotados nas gestões seguintes. Novas unidades devem

⁷⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/1168809-editorial-sao-paulo-quer-saber.shtml>, acessado em 30 de outubro de 2012.

ser construídas ou já é hora de optar por propostas menos custosas? E o deficit de creches, afinal, será sanado?

O eleitor paulistano consagrou no primeiro turno as duas principais forças políticas, PT e PSDB, mas PA o fez de maneira sinuosa e hesitante. Deu sinais de insatisfação com as opções tradicionais ao manter o candidato Celso Russomanno (PRB) durante semanas como líder nas pesquisas.

É razoável ver nesse movimento a inclinação por uma "terceira via", menos contaminada pelas rixas e vícios da velha política e mais promissora para a resolução de problemas práticos.

Não se trata de reivindicar, ao se constatar tal demanda, uma disputa meramente técnica --e despolitizada. A expectativa, entretanto, tratando-se de pleito municipal, é que os postulantes enfrentem as questões mais candentes do cotidiano e do futuro de São Paulo.

Embora a maioria dos problemas comporte diversas soluções, os candidatos, talvez pelo esforço de pasteurização dos publicitários, evitam assumir o confronto direto entre as propostas. Em uma democracia mais madura, todavia, as divergências podem ser mais nítidas, e as opções, mais transparentes.

Talvez seja exigir demais, quando se sabe que o candidato tucano chegou ao segundo turno sem ter se dado ao trabalho de apresentar um programa de governo --o que deve fazer somente amanhã.

As questões aqui levantadas são apenas algumas das inúmeras que dizem respeito à vida dos paulistanos. Há muitas outras, que vão da elevada dívida pública à remodelagem das subprefeituras.

Não falta assunto. Falta debate.

23 - Uma reforma tributária possível O Globo⁸⁰

Especialistas propõem um período de transição de oito anos para simplificação, unificação e redução das alíquotas de ICMS nas transações entre estados

A sonhada reforma tributária, mais do que necessária para que a economia brasileira passe a ter uma estrutura de impostos compatível com a de países concorrentes, não consegue avançar por força do conflito de interesses entre os entes federativos. O temor de perdas de um estado para outro levou a um impasse que, no fim das contas, prejudica o país como um todo.

Não sendo possível uma reforma ampla, estão em curso iniciativas para que as mudanças sejam feitas por partes. Não é o ideal, mas PA se forem executadas algumas das etapas que contribuam para remoção de obstáculos ao investimento, é melhor do que a situação de impasse.

Neste sentido, o Senado foi buscar a opinião de 13 notórios especialistas, que reuniram suas propostas e recomendações em um estudo que será de grande contribuição às futuras decisões dos parlamentares na tentativa de se constituir um novo pacto federativo. E já como um primeiro passo, o Senado deve se preparar para definir regras que possam acabar com a guerra fiscal entre os estados. Essa é uma questão específica sobre o qual o impasse terá de ser superado de alguma maneira, por força de decisões do Supremo Tribunal Federal que derrubaram incentivos fiscais e isenções concedidas por várias unidades da federação.

A proposta dos especialistas contempla um período de transição de oito anos e estabelece condições para que os estados menos desenvolvidos possam conceder incentivos fiscais. E o mais importante é que, ao longo desse período, as alíquotas de ICMS nas operações

⁸⁰ <http://oglobo.globo.com/opiniao/uma-reforma-tributaria-possivel-6577845>, acessado em 30 de outubro de 2012.

interestaduais serão unificadas e reduzidas para percentuais mais adequadas para a realidade da economia globalizada.

As mudanças exigirão a aprovação de uma lei completar e até de uma emenda constitucional, o que exigirá a aprovação por maioria qualificada de três quintos no Congresso. Por isso, as mudanças precisarão de apoio político de grande parte dos governadores e das bancadas estaduais.

Esta semana, a comissão dos especialistas deverá encaminhar ao Congresso o conteúdo do estudo, cujas propostas principais já foram antecipadas. Mesmo que aprovadas por partes, é preciso que as mudanças na estrutura tributária mantenham coerência em relação ao conjunto das finanças públicas. Não se trata de um jogo de ganhadores e perdedores, mas de um processo em que todos se beneficiam no médio e longo prazos pela simplificação e redução da carga excessiva de impostos que hoje recai sobre a produção.

Embora os problemas principais dessa estrutura estejam na esfera de estados e municípios, a concentração de receita tributária nos cofres da União obriga o governo federal a desempenhar papel relevante na busca de soluções. A partir do Senado, a presidente Dilma e sua equipe podem negociar o apoio político necessário para que essas imprescindíveis reformas finalmente se concretizem.

24 - Patrimônio descuidado O Globo⁸¹

Uma das maiores áreas verdes de lazer urbano no mundo, o Aterro do Flamengo apresenta um cenário melancólico de abandono e má administração

Embora construído ao custo da descaracterização da orla marítima de dois bairros, o chamado Aterro do Flamengo deu suficiente espaço à natureza para ser absolvido do crime ecológico (o que na época não era) e mesmo para ser considerado com justiça paisagem cultural da cidade. De fato, com seus 1 milhão e duzentos mil metros quadrados, ele é uma das maiores áreas verdes de lazer urbano no mundo. Certamente, graças à magnífica paisagem, felizmente não destruída, do Pão de Açúcar e das montanhas que circundam a baía, é a mais bela de todas. No entanto, diante dos exemplos de espaços semelhantes de outras cidades, como o Central Park de Nova York, o Parque del Retiro de Madri, os Kensington Gardens e Hyde Park de Londres, o Bois de Boulogne de Paris, o Golden Gate Park de São Francisco, ou mesmo os jardins de Palermo de Buenos Aires, para citar alguns que conheço, o Aterro apresenta um cenário melancólico de abandono e má administração.

Não falo dos equipamentos previstos no projeto original, como um grande aquário e um orquidário, que nunca foram implementados. Não falo das partes do parque (como a grande área de piquenique) invadidas e destruídas, às vezes pela própria prefeitura e, mais comumente, pelos concessionários da Marina da Glória, cuja empresa agora está sob controle da EBX, dona do Hotel Glória. Não falo da poluição da Baía de Guanabara, que persiste apesar dos milhões de dólares gastos sem apresentar resultados palpáveis. Falo de coisas que qualquer frequentador do parque presencia rotineiramente. Entorno de árvores transformados em banheiros públicos, árvores mortas ou doentes, saúvas devorando plantas sem serem incomodadas, pessoas dormindo nos bancos ou na grama, outras urinando nas árvores em plena manhã de domingo, outras, em geral crianças, balançando-se nos galhos das magníficas figueiras, barracas com rádio a toda altura, carros invadindo as pistas em alta velocidade em dias de semana, assaltos, cachorros soltos, dezenas de gatos abandonados, antigas placas de identificação da flora e da fauna destruídas, idem mapas do parque, idem as placas com o

⁸¹ <http://oglobo.globo.com/opiniaopatrimonio-descuidado-6575617>, acessado em 30 de outubro de 2012.

texto da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Tudo isso e muito mais acontece diante do olhar complacente de guardas municipais que alegam falta de competência para reprimir, ou a inutilidade de o fazer. Para ser justo, há uma coisa que funciona no Aterro, a Comlurb.

Pequenas melhorias que possam estar sendo implementadas não podem ser usadas como álibi. Elas estão a anos-luz de distância do que se poderia e deveria fazer para tornar o Aterro um centro de lazer urbano comparável aos que foram mencionados acima, para benefício de cariocas e visitantes. Centenas de milhões estão sendo gastos no preparo da cidade para a Copa e para as Olimpíadas. Alguns desses milhões poderiam ser investidos nesse magnífico patrimônio de que os governos parecem se lembrar apenas para ganhar títulos da Unesco que em nada beneficiam a população. Investir no Aterro é também bom negócio. O Central Park recebe 25 milhões de visitantes por ano, o Golden Gate, 13 milhões.

JOSÉ MURILO DE CARVALHO, historiador.

25 - 13/04/2011 às 00h00 Jornal do Brasil⁸²

Editorial: Desarmamento mesmo é com a Polícia Federal

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, antecipou para maio a campanha do desarmamento, prevista para junho até que um desajustado matasse a tiros 12 crianças numa escola da Zona Oeste do Rio. Assustado, o governo liberou R\$ 10 milhões para que sejam arrematadas as armas de fogo dos que querem desfazer-se delas. Tudo quase perfeito, embora o que desencadeou esse momento propício para um esforço de desarmamento tenha custado tantas vidas inocentes.

No entanto, tudo está quase perfeito porque o ilustre ministro da Justiça tem algo muito mais efetivo ao seu alcance. É ele, José Eduardo Cardozo, o chefe da Polícia Federal, instituição à qual cabe coibir a entrada de armamentos em território nacional. O Brasil é um país infestado de armas. Os depósitos já não chegam para tantos armamentos apreendidos, seja um simples revólver calibre 32 ou as sofisticadas máquinas de matar encontradas com os traficantes das favelas.

Além da campanha de desarmamento, o governo deveria empreender uma cruzada nas fronteiras para impedir o tráfico de armas. O mapa é conhecido por todos: Pedro Juan Caballero, no Paraguai, é um dos maiores entrepostos para a infiltração da muamba mortífera. Espera-se que o ministro ordene uma eficiente fiscalização.

Ao mesmo tempo, nossa sociedade deve repensar o festival de incentivo à beligerância exibido em todas as redes de TV. Uma farra que contamina as novas gerações desde os primeiros desenhos animados da manhã até os últimos filmes de “ação” das madrugadas.

26 - 31/10/2012 O Globo⁸³

Bons negócios, mas* e a sociedade?

⁸² <http://www.jb.com.br/jb-premium/noticias/2011/04/13/editorial-desarmamento-mesmo-e-com-a-policia-federal/>, acessado em 30 de outubro de 2012.

⁸³ <http://oglobo.globo.com/opiniao/bons-negocios-mas-a-sociedade-6587888>, acessado em 01/11/2012.

Faria mais sentido para o Sistema Único de Saúde que o mercado de planos de saúde fosse organizado a partir do regime de concessão, a exemplo do setor elétrico

A gigante americana UnitedHealth Group comprou a maior operadora de planos de saúde brasileira por R\$ 10 bilhões. Os negócios vão muito bem, mas PA até onde vai esse mercado? Uma vez americanizado o nosso sistema de saúde, mais exacerbada será sua segmentação, privatização e terceirização. Consolidaremos no futuro o modelo do *managed care*, criticado hoje nos Estados Unidos?

Cabe à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por meio da Lei 9.956/98, zelar pela defesa do consumidor e pela concorrência regulada, na tentativa de reestruturar o mercado, visando à redução das práticas oligopolistas e à eliminação dos abusos econômicos.

Uma vez que as ações e os serviços de saúde são definidos como relevância pública na Constituição, a Agência foi desenhada para ser orientada em defesa do interesse público, seguindo, à sua maneira, a tradição das legislações antitruste.

Nessa linha, são atribuições do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência — formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico — a análise, o julgamento de fusões e aquisições e as ações de prevenção e de repressão às infrações contra a ordem econômica.

A regulamentação do mercado de planos de saúde pode, assim, contar com instrumentos de defesa da concorrência e com próprio o Código de Defesa do Consumidor.

#MasPA, paradoxalmente, as normas regulatórias acabaram determinando mudanças substantivas na estrutura do mercado, dentre as quais a concentração, a centralização e a internacionalização das operadoras, e não existe consenso acerca dos possíveis efeitos colaterais desse fenômeno.

Há quem analise que, em certos ambientes regulatórios, a existência de extenso número de usuários na carteira dos planos de saúde garantiria melhor atendimento, cobertura e preço.

No caso brasileiro, ao contrário, suspeita-se que a influência dos oligopólios comprometa o custo e a qualidade da atenção médica privada; aumente o gasto dos empregadores com salários indiretos; reduza o nível de investimento na rede; promova a adoção de práticas gerenciais de ajustamento de risco — que acabam prejudicando a cobertura de doentes crônicos e idosos. Pior: amplie os escandalosos subsídios do governo federal (renúncia de arrecadação fiscal), que subtraem os recursos da saúde pública e concentram renda.

Desse modo, embora a aquisição da Amil pela United tenha sido aprovada pela ANS, o Ministério da Saúde deveria avaliar melhor os impactos da internacionalização sobre a concorrência e os consumidores. Deveria, igualmente, arguir o Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade dessa medida, uma vez que a decisão da Advocacia-Geral da União não é definitiva. O artigo 199 da Constituição, afinal, virou letra morta? Realmente faria mais sentido para o SUS que esse setor fosse organizado a partir do regime de concessão, a exemplo do setor elétrico.

Obama tentou convencer a opinião pública dos Estados Unidos sobre a necessidade de se criar um seguro público para competir com os planos privados. Parece que as autoridades governamentais brasileiras não entenderam seu principal recado: o Estado seria um parceiro mais confiável e previsível da sociedade do que o poderoso mercado de planos de saúde — para incrementar a qualidade e ampliar o acesso do sistema de saúde.

CARLOS OCTÁVIO OCKÉ-REIS, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

27 - 14/06/2012 Jornal do Brasil⁸⁴

Quem são e onde estão os inimigos?

Um dos principais trunfos da gestão do governador Sérgio Cabral, motivo, inclusive, de sua fácil reeleição para o cargo em 2010, a pacificação da cidade através de um bem sucedido plano de ocupação das principais comunidades dominadas por traficantes e facções criminosas parece estar sendo colocada em xeque.

Apesar de todo o reconhecimento dos novos tempos que os cariocas vivem, hoje se assiste ao Rio ser ocupado nas suas principais vias e viadutos, em especial na Zona Sul, por tropas militares, com fardamento próprio para combate, como se o inimigo estivesse prestes a mostrar suas garras. Há até patrulhamento na costa marítima, como se fosse possível um ataque de surpresa por embarcações adversárias.

Fica apenas uma questão sem resposta: quem é o inimigo tão temido?

Difícilmente, nesta quadra da vida da cidade, que mesmo antes da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) assistiu a diversas festas e shows reunindo multidões sem qualquer registro de violência, pode alguém imaginar que as outrora temidas facções criminosas fossem atacar os participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, no Riocentro.

Como o Brasil tem por tradição a convivência pacífica e amistosa entre pessoas de credos religiosos, posições ideológicas, origens raciais e condições sociais das mais diversas, dificilmente se justificaria todo este aparato com a alegação de possíveis ataques terroristas. Até porque, estes, se estiverem sendo planejados, não serão evitados com a mera presença policial, mas sim com um trabalho de investigação que incorpore Inteligência e métodos mais científicos do que ostensivos.

Todo este aparato, assim como a decretação de três dias de feriado municipal entre os dias 20 e 22, quando se espera a presença dos 130 chefes de estado na cidade, transforma-se em um verdadeiro atestado da incapacidade da cidade em receber grandes eventos.

Os feriados decretados são simplesmente uma confissão, do próprio prefeito Eduardo Paes, de que a cidade não se preparou para grandes eventos, por mais que estivessem programados há anos. Mostra que somos incapazes de garantir o trânsito das autoridades sem afetar a vida do cidadão comum.

Para recebermos os 130 chefes de Estado, somos obrigados a mandar para casa milhares de crianças, suspendendo as aulas em escolas até de bairros longínquos e distantes do Riocentro, para não afetar a locomoção das comitivas.

Toda esta "logística" só demonstra que ainda não nos preparamos a contento para lidar com grandes eventos sem sermos obrigados a mudar rotinas, afetando a vida dos cidadãos.

28 - 15/09/2011 Jornal do Brasil⁸⁵

O início do fim

As democracias não acabam pelos desmandos do Poder Executivo, e sim quando o Legislativo se desmoraliza ou é desmoralizado.

O habeas corpus eterno de uma democracia é a independência moral do Poder Legislativo. Quando os meios de comunicação — “Olho da democracia”, como dizia Ruy Barbosa —

⁸⁴ <http://www.jb.com.br/editorial/noticias/2012/06/14/quem-sao-e-onde-estao-os-inimigos/>, acessado em 01/11/2012.

⁸⁵ <http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2011/09/15/editorial-o-inicio-do-fim/>, acessado em 01/11/2012.

apontam os desmandos de todos os poderes, principalmente do Poder Legislativo, a democracia começa a morrer.

Anões do Orçamento, Severinos, nepotismo, salários de marajás, viagens — não de trabalho, mas SN de turismo — pagas com o dinheiro público. No Orçamento, dotações carimbadas para um objetivo tomam destino dos próprios parlamentares. É o início da falta de respeito com o povo.

De cinco ministros demitidos por suposto envolvimento em atos ilícitos, só um não era parlamentar, e o único que se demitiu sem envolvimento em atos de corrupção, por “coincidência”, ministro civil das áreas militares.

O fim do governo João Goulart começou quando os nomes que ele indicava, para virem a ser seu primeiro-ministro, eram desmoralizados pela imprensa e derrotados no Congresso. Por coincidência ou não, o agente fiscal do Imposto de Renda Ranieri Mazzili, quando indicado para presidir a Câmara dos Deputados, no primeiro momento de abertura do Legislativo, por ter o nome envolvido em corrupção, foi impedido de ser, com aplausos do povo.

Há quatro anos, o **JB** realizou o seminário Resgatando a Dignidade, em que homens como Itamar Franco, ministro Luiz Fux, senador Pedro Simon, João Pedro Stédile, Dalmo Dallari, Celso Antonio Bandeira de Melo e outros, também de reputação ilibada, se reuniram para discutir o futuro de um país que, com 80 milhões de menores de 24 anos, como reagiriam no futuro assistindo, naquele momento, aos desmandos de homens públicos no Parlamento brasileiro. E hoje, com tudo o que vivemos, o que devemos achar? Será o início ou o fim...

29 - 02/11/2012 O Estado de S. Paulo⁸⁶

A produção industrial não foi a esperada em setembro

Embora os industriais contassem com uma recuperação da produção no mês de setembro, os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a produção física não corresponderam à expectativa. Ela ficou 1% abaixo da do mês anterior, levando na devida conta o ajuste sazonal, com uma queda acumulada de 3,5% nos nove primeiros meses do ano.

Mais de 50% dos setores (16 dos 27) apresentaram queda, respondendo pelo mal-estar que se propaga no setor. A contradição entre as previsões e os resultados parece ter sua explicação na queda dos estoques (que é a contrapartida do aumento das vendas), que estimulou as empresas industriais a aumentar sensivelmente seus investimentos. Aliás, diante dos resultados efetivos de setembro - e apesar de registrar, nas sondagens, uma confiança maior dos consumidores -, tudo indica que a disposição do setor da indústria de transformação voltou a mostrar-se mais cautelosa em outubro. Trata-se de um fato importante, na medida em que deixa de lado a possibilidade de uma reação muito positiva para o último trimestre do ano, em razão das festas natalinas.

No exame da evolução da produção industrial em setembro, evidencia-se uma queda de 4,8% do setor de máquinas e equipamentos, sugerindo que haverá dificuldades para aumentar os investimentos no setor industrial, como esperava o governo, que, aliás, não parece dar o exemplo ao setor privado.

Os incentivos fiscais parecem ter tido um efeito positivo no caso dos veículos automotores, cuja produção recuou apenas 0,7%, mas PA outros setores apresentam maior queda: fumo, com recuo de 11,7% (compensado, é verdade, pelo aumento de 35,6% no mês anterior); produtos químicos, com queda de 33,2%; mobiliário, com 5,3%; e bebidas, com 2,2%. Só

⁸⁶ <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.a-producao-industrial-nao-foi-a-esperada-em-setembro-,954638,0.htm>, acessado em 02 de novembro de 2012.

dois setores importantes apresentaram resultados positivos: farmácia (6,6%) e outros equipamentos de transporte para entrega de produtos agrícolas.

A indústria não parece que se prepara para as vendas do final do ano, pois os bens de consumo duráveis acusam queda de 1,4%, com estagnação na área dos bens semiduráveis e não duráveis.

Apenas isenções fiscais animam o setor, e dificilmente poderão ser sempre prorrogadas. O setor se acostumou a depender da importação diante dos aumentos da demanda interna. Carga tributária excessiva e infraestrutura precária levam a indústria a desistir, exceto em casos excepcionais, de lutar para sobreviver.

30 - 01/11/2012 O Estado de S. Paulo⁸⁷

Ativos à venda

A piora de seu desempenho operacional e a queda de sua produção devem tornar ainda mais complicada para a Petrobrás a venda de ativos no exterior, que a empresa considera essencial para assegurar o equilíbrio financeiro do plano de negócios dos próximos cinco anos, que envolvem investimentos vultosos em exploração, produção e refino. MasPA as persistentes dificuldades financeiras e operacionais da Petrobrás, que, no segundo trimestre deste ano, registrou seu primeiro prejuízo em muitos anos, vêm sendo acompanhadas pelos investidores, e, muito provavelmente, os interessados na compra dos ativos colocados à venda pela empresa estão aguardando que, com o agravamento de seus problemas, seus preços caiam. O balanço do terceiro trimestre deve ter reforçado a resistência desses interessados, pois mostrou que a empresa continua com problemas de baixa eficiência, altos custos e dificuldades para obter recursos.

Entre os ativos à venda estão 175 blocos de exploração de petróleo no Golfo do México, refinarias nos EUA e no Japão e negócios na Argentina. Em alguns casos, como o da refinaria de Pasadena, no Texas, a venda poderá implicar pesadas perdas para a Petrobrás, que pagou US\$ 1,18 bilhão (incluindo os US\$ 820,5 milhões desembolsados em junho, na compra das ações que estavam em mãos de outros investidores) por uma unidade avaliada em menos de um décimo desse valor.

O Plano de Negócios 2012-2016 prevê receita de US\$ 14,88 bilhões com a venda desses ativos, a maior parte da qual deveria entrar no caixa da empresa neste ano. O diretor financeiro da Petrobrás, Almir Barbassa, prefere não fixar datas. Em encontro com investidores e analistas, Barbassa prevê que o plano de desinvestimento, como ele designa o programa de venda de ativos, será concluído na primeira metade do período 2012-2016. "Temos que ter um parceiro do outro lado e ele tem que ter seu tempo também", justificou.

O tempo tem ajudado os interessados nos ativos da Petrobrás, pois eles veem que os problemas persistem, quando não, se agravam. Embora tenha alcançado lucro líquido de R\$ 5,567 bilhões no terceiro trimestre de 2012, que representa uma melhora substancial em relação ao trimestre anterior, quando teve prejuízo de R\$ 1,346 bilhão, a empresa continua a mostrar ineficiências que corroem a já abalada confiança dos acionistas.

O lucro do terceiro trimestre é 12,1% menor do que o de igual período de 2011. O resultado acumulado nos nove primeiros meses de 2012, embora positivo (lucro de R\$ 13,435 bilhões), é 52% menor do que o de janeiro a setembro de 2011. Num período em que o consumo interno de combustível cresce contínua e rapidamente, graças aos estímulos oferecidos pelo governo para a compra de automóveis, a produção da Petrobrás está estagnada -

⁸⁷ <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ativos-a-venda,-954238.0.htm>, acessado em 02 de novembro de 2012.

rigorosamente, há um declínio, pois a produção média diária de 2012 é de 2,592 milhões de barris, contra 2,605 milhões de barris em 2011. Sem conseguir aumentar a produção nem sua capacidade de refino, a empresa está importando cada vez mais, e exportando cada vez menos, derivados de petróleo para atender ao crescimento da demanda interna. As importações aumentaram 7% nos nove primeiros meses do ano, na comparação com 2011, e as exportações diminuíram 5%.

Por interesse político do governo, o preço interno dos combustíveis, especialmente gasolina e diesel, não acompanha o preço internacional. Assim, a Petrobrás importa derivados em volumes crescentes, a preços que variam constantemente, mas a PA os vende a preços autorizados pelo governo. O reajuste concedido no primeiro semestre não foi suficiente para eliminar o problema. Quanto mais a Petrobrás importa derivados, mais cresce sua dívida, como reconheceu seu diretor financeiro. Sobre a defasagem de preços dos combustíveis, a presidente da empresa, Maria das Graças Foster, diz apenas que o aumento virá "certamente, em algum momento".

Até lá, é inútil esperar resultados melhores da Petrobrás, mesmo que consiga conter seus custos - o que até agora não vem conseguindo, apesar das seguidas promessas de sua diretoria.

31 - 01/11/2012 O Estado de S. Paulo ⁸⁸

Os dois fechamentos do 'Jornal da Tarde'

Para quem ainda não admite que o sentido das palavras muda conforme a classe social do cidadão que a pronuncia, aí vai mais uma: o verbo fechar, ou, se você preferir, o substantivo fechamento.

Se um jornalista diz que vai fechar o jornal, nada de novo sob o Sol. Após o fechamento (feito pelo jornalista), o diário vai para as rotativas e, depois de impresso, dobrado, refilado e encadernado, cairá, exemplar por exemplar, naqueles saquinhos plásticos alongados, dentro dos quais voarão por cima dos muros das casas dos assinantes, com notícias supostamente frescas. Quando o jornalista fecha, estamos em vida normal. E boa. Antigamente o fechamento era até comemorado, noite após noite. No tempo em que se fumava em cima da máquina de escrever, o pessoal fechava a edição e depois esticava a conversa em torno de um chope.

Hoje, como antes, fechamentos fazem subir o estresse e têm aquele tom ameaçador da "vitória do caos sobre a vontade augusta de ordenar a criatura", mas a PA, invariavelmente, terminam mais ou menos bem. Não se tem registro de um fechamento que não tenha, por assim dizer, fechado. O que faz a diferença, o que distingue um bom editor, é saber fechar bem. Saber fechar está para o profissional de imprensa assim como saber "finalizar" - no jargão do futebolismo pós-moderno - está para o artilheiro. Embora a qualidade editorial resida não no fim, mas no início do processo, com pautas bem concebidas e bem planejadas, os jornalistas vangloriam-se de ser grandes fechadores, mesmo quando não o são. O verbo fechar, enfim, é constitutivo da profissão, como um verbo positivo.

Agora, se a gente se afasta da redação e se aproxima dos escritórios da chamada gestão empresarial, a pior coisa que pode existir é um patrão que gosta de fechar. Quando o dono anuncia que vai fechar um jornal, até as rotativas empalidecem. O sentido do verbo se inverte, mortalmente. Jornalista, quando fecha, faz o jornal viver, mas a PA o empresário, ao fechar, mata.

⁸⁸ <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso.os-dois-fechamentos-do-jornal-da-tarde-.954215.0.htm>, acessado em 02 de novembro de 2012.

Infelizmente, é desse fechamento (fechamento no sentido empresarial) que se tem falado cada vez mais. Nos países que eram chamados de "ricos" até há dois ou três anos, alastra-se uma crise drástica: veículos impressos caem como frutos cujo tempo já foi, num morticínio sem recurso. Nos Estados Unidos, a partir da quebradeira de 2008, a devastação afetou principalmente os diários locais (que viviam dos classificados do mercado imobiliário, nada menos que o cerne do desastre financeiro daquele ano), numa derrocada que foi imediata e minuciosamente descrita no relatório *The Reconstruction of American Journalism* (um nome otimista para um cenário tétrico), escrito pelos professores Michael Schudson e Leonard Downie Jr. e editado pela Escola de Jornalismo de Columbia em 2009 (disponível na internet). Desde então o quadro só piorou. Recentemente a revista *Newsweek* avisou que depois de dezembro de 2012 suas edições impressas serão extintas. Quanto à *Time*, não anda passando muito bem, mais fina que um folheto de missa dominical.

No Brasil, onde os números parecem saudáveis e a circulação dos diários cresce, os sinais do estrangulamento vão pipocando. Ontem pudemos sentir mais um desses, com o fechamento do *Jornal da Tarde*. A última edição do JT circulou exatamente ontem, dia 31 de outubro de 2012. "No mundo todo, a competição das novas mídias digitais têm afetado os seus jornais", explicou o texto *Missão cumprida*, publicado na página 6A da edição de ontem. "Nesse contexto, o JT teve sua circulação reduzida, assim como seu número de anúncios. O Grupo Estado tentou diversas medidas para revitalizar o JT, mas PA decidiu focar sua estratégia para o futuro no seu principal título, *O Estado de S. Paulo*."

Aqui, a palavra fechamento vira sinônimo de falecimento. O JT está morto. Morreu aos 46 anos de idade. Os jornalistas de São Paulo estão de luto, como de luto estão os leitores, ainda que poucos. Um jornal que se fecha é uma voz que se cala, ou, mais ainda, como uma língua que desaparece, seja porque os falantes minguaram, seja por força das guerras, que dizimam a memória e a identidade dos povos conquistados. Bons jornais são uma cultura à parte, têm um léxico próprio, um "idioma" inconfundível.

Bem sabemos que jornais e revistas abrem e fecham (no sentido empresarial) o tempo todo; nascimentos e mortes são normais, corriqueiros, tanto para os seres humanos como para os órgãos de imprensa, embora nestes a mortalidade infantil seja bem mais alta (dos novos veículos são lançados nas bancas todos os meses, a maioria não sobrevive aos dois ou três primeiros anos). Mas PA o falecimento do JT não cabe na categoria das trivialidades. Trata-se de um passamento de outra ordem. Nas suas páginas se deu uma renovação jornalística que irrigou todo o ambiente da imprensa, em texto, no design e no uso da fotografia (no JT, uma única foto, imensa, sem que fossem necessárias palavras, era capaz de sintetizar sozinha a notícia e seu sentido). A sua redação ficará como um ponto de luz na história da imprensa paulistana, apesar das sombras que o levaram a desaparecer melancolicamente. Estamos realmente de luto.

No fim da tarde de terça-feira, por volta das 18 horas, um longo aplauso (longo mesmo, longo de três minutos) ecoou no sexto andar do prédio do Estadão, na Marginal do Tietê. Eram os jornalistas de todas as redações do grupo aplaudindo o último fechamento (no sentido jornalístico) do jornal que seria fechado (no sentido empresarial) no dia seguinte. Eram palmas de um funeral. Nos próximos dias os cronistas se ocuparão de lembrar os talentos que por ali criaram peças memoráveis e os episódios folclóricos do JT. Agora, fiquemos apenas com isto aqui, que não é nem um obituário; talvez seja apenas um lamento metalinguístico, um réquiem sem nomes próprios. O nosso mundo está menor e eu penso nisso enquanto fecho mais este artigo.

Eugenio Bucci, jornalista e professor da ECA-USP e da ESPM

32 - 02/11/2012 O Estado de S. Paulo⁸⁹

Evolução — e não apenas exaustão

Por mais que se queira não se consegue fugir ao tema que o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, chamou durante a conferência Rio+20, em junho, de "exaustão do sistema econômico e social planetário" - 868 milhões de pessoas que passam fome todos os dias, 1,3 bilhão vivendo abaixo da linha da pobreza, população total de 7 bilhões avançado para 9 bilhões até meados do século, recursos naturais usados em ritmo superior à reposição, "crise de finitude de recursos", impasse na produção de alimentos. Como produzir para mais 2 bilhões de pessoas no atual quadro?

Segundo a Rádio ONU, estudos do Banco Mundial dizem que, embora a pobreza venha diminuindo, 22% da população do mundo "em desenvolvimento" ainda vive com menos de US\$ 1,25 por dia (era 1,94 bilhão em 1981, baixou para 1,29 bilhão no fim da década passada; em 2015 ainda haverá 1 bilhão). Na África Subsaariana, uma em quatro pessoas na população de 856 milhões é subnutrida. Mesmo nos Estados Unidos 18,2% da população tem, segundo o Gallup, dificuldade para comprar alimentos (TV-Novosti, 28/9) - embora a própria Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) venha advertindo sobre o desperdício de 1,3 bilhão de toneladas anuais de alimentos no mundo, principalmente nos países mais ricos.

Um dos documentos mais contundentes, divulgado na semana passada em Nairóbi (Quênia) pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), diz que "os sustentáculos da segurança alimentar e da biodiversidade no mundo estão sendo minados". É urgente, por isso, incluir na agricultura e no seu planejamento os serviços prestados pela natureza para avaliar a situação em cada lugar - da mesma forma que, na Rio+20, a Universidade da ONU propôs um novo indicador, em lugar do produto interno bruto (PIB); esse Índice de Riqueza Inclusiva, avaliando o crescimento da China entre 1990 e 2008, e incluindo a perda de recursos naturais, baixou a taxa de 422% para menos de 20%; no Brasil, o índice caiu de mais de 40% no mesmo período para 13%.

O documento do Pnuma avalia a situação nas áreas da sobrepesca, do uso insustentável da água, das práticas agrícolas que degradam o ambiente e propõe novos caminhos - como na estocagem de alimentos de pequenos produtores (para eliminar desperdícios), uso restrito de fertilizantes e pesticidas, redução da mecanização. Tudo é fundamental, diz o Pnuma, já que a agricultura provê 90% do consumo mundial de calorias e a pesca, os outros 10%. MasPA, na primeira a competição pelo uso da água na irrigação, a perda da biodiversidade (com consequências na erosão e desertificação) e os desastres climáticos estão levando a situações insustentáveis. Na pesca, 55% dos estoques de espécies estão "plenamente explorados", 32% "explorados em excesso", 3% esgotados e 15% "moderadamente explorados". Os habitats costeiros de espécies, recifes de corais e mangues já se reduziram quase à metade. E o aquecimento e acidificação da água são causas importantes. Também nas culturas em áreas continentais os problemas são graves.

As recomendações incluem ainda a eliminação dos subsídios à pesca (US\$ 25 bilhões a US\$ 30 bilhões anuais) e a criação de impostos pesados para a pesca irregular; na agricultura, várias práticas para a conservação do solo, da diversidade biológica, da microfauna associada à fertilidade nas culturas, a redução de fertilizantes que provocam a eutrofização, a proibição do desmatamento.

No Brasil, estudo do Ministério do Desenvolvimento Social e da Universidade Rural Federal do Rio de Janeiro (26/10) tenta identificar as causas da alta dos preços dos alimentos para as

⁸⁹ <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,evolucao--e-nao--apenas-exaustao,-954539,0.htm>, acessado em 02 de novembro de 2012.

camadas mais pobres da população, superior ao aumento inflacionário. E já aponta "o pico do preço do petróleo", os baixos estoques, fatores climáticos e os sistemas de financiamento e de especulação financeira (já se mencionou neste espaço que há commodities agrícolas brasileiras que ao final de sua trajetória no "mercado futuro", ao serem entregues concretamente ao consumo, já passaram por até 40 intermediários, cada um deles aumentando o preço). Diz ainda o estudo que, após a alta de preços, estes não retornam ao estágio anterior. Apesar de todos esses fatores, com o crescimento do salário mínimo e a ampliação dos programas de assistência às famílias de mais baixa renda no Brasil a situação nessa faixa melhorou. O Instituto Data Popular confirma (Estado, 22/1) que a classe E representava em 2001 cerca de 10% da população (17,3 milhões de pessoas) e em 2011 caíra para 3,6% (7 milhões).

De qualquer forma, é tudo tão preocupante que economistas da Unicamp lançaram (Carta Maior, 22/10) um Manifesto em Defesa da Civilização, no qual afirmam que vivemos um período de "profunda regressão social" nos "países ditos desenvolvidos", com taxas muito altas de desemprego na Espanha e na Grécia. Por isso, pergunta: "Estamos vivendo crise que nega os princípios fundamentais da vida civilizada e democrática? E se isso for verdade, quanto tempo mais a humanidade suportará tamanha regressão?" Termina o texto dizendo que para não haver "uma reação inevitável, violenta e incontrollável" dos estratos mais prejudicados "é preciso colocar novamente em movimento as engrenagens da civilização".

Talvez possa ajudar nos lembrarmos de Teilhard de Chardin (O Fenômeno Humano, Editions Du Seuil, 1955), quando diz que "avançamos, como que em meio às dores de um grande parto, que traz à memória a história de crises da humanidade" - a Guerra de Troia, a queda do Império Romano, a invasão dos bárbaros, a aventura das cruzadas, as grandes navegações, as grandes descobertas e invenções, a Revolução Russa, o existencialismo, o movimento hippie, a Teologia da Libertação. Estaríamos evoluindo "para um mais-ser, um ser mais pleno e definitivo; porque o Universo, o nosso Universo, não apenas está em evolução, mas é uma evolução".

Washington Novaes, jornalista

33 - 02/11/2012 O Estado de S. Paulo⁹⁰

Na democracia, bom é mandar

A condenação de seus principais dirigentes - o chefe da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu, o presidente nacional José Genoíno, o presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha e o tesoureiro Delúbio Soares, entre outros -, por corrupção ativa e formação de quadrilha, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), não foi digerida pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

O atual presidente nacional petista, Rui Falcão, já descartou publicamente a expulsão dos afiliados condenados pelo Supremo dos quadros partidários, embora a punição seja prevista no estatuto do partido para quem cometer "crimes infamantes" ou "práticas administrativas ilícitas, com sentença transitada em julgado". Na festa do lançamento da edição n.º 5 mil do jornal do partido, Falcão decretou: "Nenhum deles está incluído. Não houve desvio administrativo. Quem aplica o estatuto somos nós. Nós interpretamos o estatuto". E mais: o PT faz questão de que Genoíno assuma uma cadeira na Câmara dos Deputados em 2013. Ele não foi eleito, mas PA ocupa a primeira suplência e um dos membros da bancada petista de

⁹⁰ <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,na-democracia-bom-e-mandar-,954546.0.htm>, acessado em 02 de novembro de 2012.

São Paulo na Câmara, Carlinhos Almeida, foi eleito e será empossado prefeito de São José dos Campos, abrindo a vaga. "Ele tem o direito de assumir o mandato", pontificou o dirigente. Genoio já foi condenado, masPA o julgamento do mensalão no STF ainda não foi concluído. O Supremo ainda não decidiu se os parlamentares condenados perderão seus mandatos automaticamente ou se deverão ser julgados pelos pares. Além de contrariar a iniciativa do réu de demitir-se do cargo de assessor especial do Ministério da Defesa para evitar constrangimentos para si próprio, colegas e chefes, a decisão de tornar a posse de Genoio fato consumado antes da decisão do Judiciário desafiaria o Estado Democrático de Direito, que o partido garante defender e jura proteger.

#MasPA, felizmente, o PT está dividido. A Folha de S.Paulo (pág. A4, 1/11/2012) noticiou que uma divisão interna do partido da presidente Dilma Rousseff forçou o adiamento da divulgação de um manifesto do PT contra a atuação do STF no julgamento do mensalão. A divulgação do texto, que, de acordo com a notícia, atacaria a condenação dos petistas, foi postergada para depois da fixação das penas porque o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua sucessora, Dilma Rousseff, não querem que em 2013 PT e governo travem uma batalha campal contra o Supremo. Nem que o partido assuma o ônus de uma eventual mobilização do gênero.

Em 20 de setembro passado, por iniciativa do presidente nacional do PT e com adesão constrangida de dirigentes de bancadas da base aliada, foi divulgado um manifesto em que o julgamento foi descrito como resultado da ação de inimigos do partido: "As forças conservadoras não hesitam em recorrer a práticas golpistas, (...) à denúncia sem provas". A chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, contudo, se opôs à atitude hostil dos petistas ao Supremo e defendeu o respeito à sua decisão. "Nós podemos gostar ou não de como as coisas se dão, masPA nós temos de respeitar resultados e instituições", disse. O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, publicou artigo na rede mundial de computadores qualificando o julgamento de "devido e legal" e seu resultado como "legítimo", de vez que os acusados tiveram amplo direito de defesa.

Se, de fato, mesmo se solidarizando com os condenados e atacando a "politização" do julgamento, o PT não fizer campanha permanente por eles para não dar impressão de revanchismo, fica patente que o partido de Lula, Dirceu e Dilma ainda não se definiu sobre seu papel na chamada "democracia burguesa". Não há clima para mobilizar a militância contra o Judiciário e Genro tem razão ao afirmar que isso seria inócuo, na prática. De qualquer maneira, o partido só se une para usufruir benefícios, pompas e glórias do governo no Estado Democrático de Direito, masPA ainda abriga revolucionários recalcitrantes que se dispõem a chegar às últimas consequências de uma crise indesejável sob todos os aspectos entre os Poderes da República para satisfazer ambições de mando unívoco e total acima das regras democráticas da impessoalidade da gestão pública e da alternância no poder político.

34 - 02/11/2012 O Estado de S. Paulo⁹¹

Protecionismo *versus* eficiência

Não há vítimas inocentes na guerra do protecionismo, intensificada desde a recessão de 2008-2009. As autoridades brasileiras entraram na luta, segundo alegam, sempre agindo em legítima defesa. Nos últimos seis meses, uma de cada três medidas de proteção comercial foi decidida em Brasília, segundo relatório divulgado por agências da ONU, pela Organização Mundial do Comércio e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A

⁹¹ <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,protecionismo-versus-eficiencia-954542.0.htm>, acessado em 02 de novembro de 2012.

troca de acusações pode levar a uma longa discussão sobre quem violou as normas internacionais - e o assunto fica mais complicado quando se introduz no debate a questão das políticas monetária e cambial. MasPA é preciso levar a discussão além do território da justiça internacional e das regras. Os brasileiros deveriam preocupar-se também com outras perguntas: a política seguida pelo governo torna a economia nacional mais eficiente e mais capaz de enfrentar a concorrência global? Não seria melhor concentrar esforços e recursos na solução de problemas estruturais internos?

A discussão é muito mais clara quando se trata das ações de outros governos. É mais fácil identificar o protecionismo e distinguir as ações legitimamente defensivas daquelas contrárias às normas internacionais. No caso da Argentina, as medidas protecionistas são inequívocas e indefensáveis, embora sejam toleradas e até estimuladas pelo governo brasileiro. Há, igualmente, elementos claros de protecionismo nas políticas agrícolas americana e europeia.

As questões cambiais são mais complexas e, de toda forma, continua muito difícil enquadrá-las na disciplina comercial. Brasília tem acusado o Federal Reserve, o banco central americano, de promover uma guerra cambial, ao emitir enormes volumes de moeda. Não há, no entanto, como atribuir esse objetivo à política monetária americana, embora o aumento da oferta acabe resultando na depreciação do dólar. Hoje é inviável levar esse assunto a julgamento na OMC. Muito mais claro é o protecionismo cambial da China, masPA os chineses, como os americanos, se opõem à regulação do câmbio como instrumento de comércio.

O quadro brasileiro é muito mais confuso, porque o governo mistura objetivos. Pode-se pôr de lado, sem muita dificuldade, uma porção de medidas meramente defensivas, como as ações antidumping, masPA sobra um emaranhado de iniciativas incluídas na chamada política industrial, ou, como prefere o governo, no Plano Brasil Maior.

Esse plano inclui umas poucas medidas estruturais, como o corte de encargos trabalhistas de algumas dezenas de setores. É uma solução mal construída, por ser improvisada, masPA a direção é correta. A maior parte da política é voluntarista e confusa. Tarifas de importação de 200 produtos foram recentemente elevadas. Foram mantidas dentro do limite acordado com a OMC, masPA, ainda assim, são claramente protecionistas. O objetivo é favorecer alguns setores, num estilo de ação típica da política do Mercosul. A isso se acrescenta a manipulação discriminatória do IPI, com alíquotas mais altas para veículos sem um determinado conteúdo nacional. Ações desse tipo são dificilmente defensáveis na OMC.

#MasPA a ilegalidade é apenas parte do problema. O Brasil tem longuíssima experiência de política industrial baseada em medidas protecionistas. Esse tipo de política durou muito além do prazo razoável, quando as indústrias só por brincadeira seriam classificadas como nascentes.

Qual o propósito dessas barreiras? O governo jamais respondeu de forma clara e convincente, assim como jamais realizou o esforço necessário para atacar a maior parte dos problemas estruturais. As mudanças tributárias são limitadas e improvisadas. Os investimentos em infraestrutura continuam lentos e o plano de logística, só recentemente anunciado, vai demorar a sair do papel. Discutir o câmbio necessário aos produtores brasileiros é quase uma brincadeira de mau gosto, quando fatores de produtividade de toda a economia são negligenciados. Para o Brasil, essa é a questão objetivamente mais importante.

35 - 03/10/2012 Brasil de Fato, SP ⁹²

⁹² <http://www.brasildefato.com.br/node/10788>, acessado em 02 de novembro de 2012.

A oportunidade de debater o modelo energético

Editorial ed. 501

A Plataforma Operária e Camponesa para a Energia sugere diversas emendas para que a Medida Provisória atenda as reivindicações populares e dos trabalhadores do setor

A Medida Provisória (MP) nº 579, de 11 de setembro de 2012, sobre a redução tarifária e as concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica – embora represente uma boa notícia para a população brasileira – contém aspectos preocupantes que devem ser enfrentados.

Não há dúvida sobre o aspecto positivo da queda de tarifa elétrica atendendo uma necessidade e reivindicação importante da luta popular. Igualmente, devemos saudar a importância de uma proposta regulamentadora que deixa claro a opção do governo em não realizar novas privatizações no setor elétrico.

As entidades sindicais e os movimentos sociais estão atentos à importância estratégica de uma proposta de regulamentação do setor elétrico. A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e seus sindicatos filiados por todo o Brasil, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), construíram uma proposta política com sugestões para um novo modelo energético para o Brasil. Em torno da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia, desenvolveram uma proposta factível que concretiza a construção de um projeto popular para um tema de importância estratégica para a soberania e o desenvolvimento nacional.

Numa campanha em que buscam combinar lutas populares com a pressão sobre os parlamentares, a Plataforma Operária e Camponesa para a Energia sugere diversas emendas para que a Medida Provisória atenda as reivindicações populares e dos trabalhadores do setor. Para garantir a transparência e a qualidade dos serviços aos consumidores, as emendas propõem que o texto da MP inclua a exigência de que as concessionárias apresentem ao governo, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) planos de metas e investimentos. Trata-se de um ponto fundamental. Na MP original, esse quesito está vago, como se a questão fosse opcional.

Outro aspecto que também merece uma emenda parlamentar é a determinação para que se condicionem os empréstimos e investimentos com dinheiro público à obrigatoriedade de as concessionárias cumprirem metas de investimento em manutenção e ampliação da capacidade produtiva. A mesma emenda também cobra a vinculação do uso de dinheiro público a garantias trabalhistas – fim da alta rotatividade no setor, fim das terceirizações nas atividades – fim e investimentos em saúde e segurança dos trabalhadores, entre outras.

A crescente terceirização da mão de obra nas empresas de energia elétrica tem se constituído num fator de aumento de custos e rebaixamento dos serviços prestados à população, além dos graves prejuízos causados aos empregados. O desrespeito a essas cláusulas trabalhistas está na raiz de diversos problemas e panes no serviço. Alta rotatividade, por exemplo, desvaloriza o saber e a qualificação dos profissionais do setor – a FNU calcula que a formação de quadros especializados leva pelo menos cinco anos. Já as terceirizações, que em 2010 atingiam 55% de todos os postos do setor, têm gerado mortes e acidentes.

Segundo o Dieese, 90% das mortes registradas atingem terceirizados. Em 2010, foram 75 acidentes fatais com terceirizados, média de uma morte por semana. Se a precariedade dessa forma de trabalho produz tal resultado sobre a vida dos profissionais, argumentam as entidades, os reflexos sobre a qualidade do serviço certamente são negativos. E o mais grave é que as terceirizações, comprovadamente não reduziram custos, gerando unicamente lucros a empresas muitas vezes suspeitas e de mera fachada.

As emendas encaminhadas pelos movimentos também preveem a necessidade de postos de atendimento físico para os clientes consumidores, com quadros de trabalhadores contratados

diretamente. A população sofre cotidianamente com o péssimo atendimento dos chamados “*call centers*”, campeões de queixas nas reclamações dos consumidores.

Outra emenda importante à medida provisória exige que parte dos recursos do setor seja investida em pesquisa e desenvolvimento de novas formas de energia. Trata-se de uma questão decisiva, que possibilita a construção de um novo modelo energético que seja sustentável e corresponda às necessidades nacionais.

É importante que a campanha iniciada pela Plataforma Operária e Camponesa se fortaleça envolvendo todas as centrais sindicais, entidades estudantis e mais movimentos sociais.

O modelo energético é um tema decisivo na construção de um Projeto Popular para o Brasil.

36 - 05/09/2012 Brasil de Fato, SP ⁹³

Prossegue o fatiamento dos direitos

Editorial ed. 497

Lei das Cooperativas pode converter-se no artefato mais perigoso apresentado contra a classe operária brasileira nos últimos anos

A chamada ofensiva neoliberal da década de 1990 pressionou os países submissos, a que providenciassem a adequação de sua ordem jurídica interna às necessidades da economia global, promovendo a desregulamentação, especialmente, no campo do Direito do Trabalho. Assim, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, os trabalhadores tiveram que travar uma batalha amarga contra esta pressão, materializada, à época, na famigerada Emenda Dornelles que propunha a chamada “prevalência do negociado sobre o legislado”, mimetizando o modelo de relações de trabalho dos EUA.

Ao longo destes difíceis anos a legislação trabalhista que era o pacote básico que o Capital colocava como barreira para diante da qual os sindicatos não poderiam caminhar, inverteu sua polaridade. Passou a ser a barreira diante da qual o Capital não consegue fazer os trabalhadores recuarem mais. Paradoxalmente, a classe trabalhadora passou a defender a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), enquanto as forças do capital aproveitavam a correlação de forças para destruí-la.

Os direitos foram sendo pouco a pouco fatiados através de normas e regulamentos e pela jurisprudência dos tribunais que sem muito alarde foi derrubando conquistas sociais importantes.

O pior é que esta ofensiva legal não acabou. Embora tenha surgido silenciosamente, sem nenhum festejo das entidades patronais, a Lei das Cooperativas pode converter-se no artefato mais perigoso apresentado contra a classe operária brasileira nos últimos anos.

É simples. No alvorecer do sistema capitalista inexistia qualquer direito assegurado ao trabalhador. A luta pelo direito a uma jornada de trabalho e ao reconhecimento do contrato de trabalho é umas das mais difíceis e prolongadas da classe trabalhadora em todo o mundo.

Desde então, a força de trabalho somente pode ser vendida através de um contrato de trabalho, que pressupõe um conjunto de direitos. Admitir a venda de força de trabalho através de qualquer outro mecanismo é fraudar essa conquista histórica.

É isso que ocorre com as chamadas Cooperativas de Trabalho. A deturpação de uma forma organizativa importante, onde as pessoas podem se unir para oferecer produtos, ferramentas e até a técnica, como um meio de descaracterizar o contrato de trabalho. Um grupo de trabalhadores se une para “vender força de trabalho”.

⁹³ <http://www.brasildefato.com.br/node/10512>, acessado em 02 de novembro de 2012.

No atual modelo de relações de trabalho, ao começar a prestar serviços para uma empresa, o empregado subscreve um enorme contrato de adesão que é a legislação trabalhista. A lei impede outro caminho e isto é uma conquista da classe trabalhadora. Se um patrão pode “escolher” se prefere contratar pagando todos os encargos previstos na CLT ou através de uma cooperativa de trabalho, estamos escancarando a porta da precarização e da supressão de direitos trabalhistas.

A Lei nº 12.690, recentemente sancionada pela Presidência da República é a tentativa de “regulamentar” essa fraude. Equivale a uma norma que admite o roubo, desde que o assaltante se mostre educado, não espanque a vítima e permita-lhe permanecer com seus documentos pessoais.

Outra iniciativa perigosa deste “fatiamento” de direitos é o chamado projeto de lei do Acordo Coletivo Especial. Apoiado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, detentor de uma valorosa história de luta, propondo-se a assegurar a “autonomia sindical”, acaba abrindo uma perigosa brecha para a flexibilização de direitos trabalhistas. Porém, a autonomia negocial, para melhorar as condições sociais e econômicas dos trabalhadores, nunca deixou de existir. A negociação com este objetivo, aliás, sempre foi incentivada pelo Direito do Trabalho, desde a sua formação. O que não se permite é que o negociado prepondere sobre o legislado para reduzir direitos!

Será que os combativos autores da proposta se esqueceram de que o conflito coletivo de trabalho é um conflito e, portanto, persistindo no truísmo, é resolvido mediante a capacidade de conflito dos agentes envolvidos? Será que imaginam que todas as categorias profissionais possuem o mesmo nível de organização e capacidade de pressão que os metalúrgicos do ABC?

Não percebem que a viabilização deste projeto poderá implicar em enormes perdas para a classe trabalhadora?

Parecem ignorar que desde os tempos áureos em que o sindicalismo do ABC teve seu papel histórico de embate com a ditadura militar, aconteceu todo um processo de reestruturação do sistema produtivo. Isso inverteu as situações de fato, de modo que algumas instituições jurídicas – que em outros tempos eram artefatos contra os trabalhadores – tornaram-se sólidos obstáculos à voracidade patronal. Sem reparar que os tempos mudaram, essa proposta será, com certeza, assumida pela bancada patronal no Congresso Nacional. Por melhores que sejam seus propósitos, terão a grave responsabilidade pelo fato.

É uma tragédia que seja um sindicato com história tão combativa que elabore um projeto que servirá para a desregulamentação do trabalho e, ainda por cima, apresentando o gato ao povo, como se fosse lebre.

É igualmente trágico que um governo eleito e apoiado pela maioria da classe trabalhadora sancione uma lei como a das Cooperativas de Trabalho, prosseguindo o nefasto percurso das pressões neoliberais.